

Telma Rosária Freitas Duarte

**Formação de 1.º ciclo em  
Serviço Social após adequação ao  
Processo de Bolonha em Portugal**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Coimbra  
2009



Instituto Superior Miguel Torga  
Escola Superior de Altos Estudos

Telma Rosária Freitas Duarte

**FORMAÇÃO DE 1.º CICLO EM SERVIÇO SOCIAL APÓS  
ADEQUAÇÃO AO PROCESSO DE BOLONHA EM PORTUGAL**

Dissertação de Mestrado em Serviço Social,  
apresentada ao I.S.M.T. e elaborada sob  
orientação da Prof. Doutora Alcina Martins

Coimbra  
2009



*Aos meus queridos pais, irmãos e sobrinhos que tanto adoro.*



## AGRADECIMENTOS

Neste momento de finalização de uma importante etapa da minha formação, gostaria de expressar o meu reconhecimento àqueles que considero essenciais na etapa que ora concluo.

Aos meus pais, pela vida que me concederam ter e escolher, por serem responsáveis pelos valores que possuo. Especialmente, pelo apoio dado à minha formação, desde o seu início. É graças a eles que este sonho foi realizado.

Aos meus irmãos, cunhada, sobrinhos e restante família, pela vossa existência e presença mas, sobretudo, pelo sentido que imprimem a essa rede tão indispensável: um *porto seguro*.

À orientadora deste trabalho pelo carinho, pelas trocas e pelas orientações. Sobretudo, pela minha admiração e reconhecimento, pelo seu empenho em defesa da formação e da profissão em todos os espaços que ocupa.

À minha profissão, tão difícil e complexa, pela paixão que desperta e pelos desafios que nos coloca no quotidiano profissional/pessoal.

E finalmente, a Deus por ser uma constante na minha vida.

Optei por não nominar todos os que participaram neste momento da minha vida, pois gratidão é algo que se sente.

MUITO OBRIGADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE CADA UM DE VÓS QUE, COM CERTEZA, SABERÁ RECONHECER-SE NESTES AGRADECIMENTOS!





## RESUMO

Esta dissertação elaborada no âmbito do V Curso de Mestrado em Serviço Social da Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga, intitulada por “Formação de 1.º ciclo em Serviço Social após adequação ao Processo de Bolonha em Portugal” tem como principal objectivo analisar a formação académica em Serviço Social no 1.º Ciclo após o Processo de Bolonha em Portugal, nomeadamente a análise dos planos de estudos das Instituições de Ensino Superior (IES) com curso de Serviço Social, de natureza pública (universitário e politécnico), particular e cooperativa (universitário e politécnico) e concordatário.

Os objectivos específicos desta investigação prendem-se com a identificação das posições tomadas por algumas organizações relativamente à adopção das orientações do Processo de Bolonha para a formação em Serviço Social, com o levantamento das Instituições de Ensino Superior com formação no 1.º Ciclo de Serviço Social em Portugal que efectuaram registo de adequação ao Processo de Bolonha, com a análise dos objectivos e saídas profissionais dos cursos de 1.º ciclo e com a análise dos planos de estudo na área científica de Serviço Social (componentes) e noutras áreas científicas.

Para atingir os objectivos partiu-se do pressuposto de que as vinte instituições que possuem o 1.º ciclo em Serviço Social iriam colaborar nesta investigação cedendo um conjunto de documentos solicitados. Tratando-se de uma pesquisa, recorreu-se a uma estratégia metodológica sobretudo de análise qualitativa (pesquisa bibliográfica e documental) e quantitativa (extensiva), na medida que se procurou abranger a totalidade dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social no país.

Verificou-se que todo o processo de reestruturação dos cursos para adequação a Bolonha foi realizado sem directrizes comuns para a definição dos planos de estudos e neste sentido cada IES teve ampla autonomia para a adequação a Bolonha. Partindo da construção de uma matriz teórica e de um documento de referência para a formação académica em Serviço Social das organizações internacionais da profissão, verificou-se a existência de várias lacunas nos planos de estudo analisados. Neste sentido, um dos aspectos conclusivos desta

investigação, prende-se com a necessidade de criação de formas de regulamentação da formação em Serviço Social, como por exemplo a criação de padrões comuns para os cursos de 1.º ciclo em Serviço Social.

**Palavras-chave:** Formação Académica, Serviço Social, Processo de Bolonha, Desregulamentação da Formação, Curriculum Mínimo, Padrões Globais da Formação.

## **ABSTRACT**

This dissertation was elaborated under the V Curso of the Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga's Master's degree on Social Services entitled "Formação de 1.º ciclo em Serviço Social após adequação ao Processo de Bolonha em Portugal" and its main goal is to analyse/investigate the academic teaching on Social Services 1<sup>st</sup> Cycle after Bologna's Process in Portugal, particularly the IES plan of studies as a Social Services course on the public (academic and polytechnic), the private and cooperative (academic and polytechnic) and the concordatory natures.

The specific goals of this investigation focus on the position taken by some organizations relatively to the adoption of Bologna's Process guidelines on the Social Services academic teaching; on the preparation of a list of the universities that teach on the 1<sup>st</sup> Cycle of Social Services in Portugal that are registered for the adequation to Bologna's Process; on the analysis of the objectives and the career opportunities of the 1<sup>st</sup> Cycle courses and on the analysis of the plan of studies in the Social Services scientific areas (components) and other scientific areas.

To achieve these goals, it was assumed that the twenty institutions that have the 1<sup>st</sup> Cycle of Social Services would collaborate in this research by giving a requested set of documents. Keeping in mind that this is a research, a particular methodological strategy was used, mainly of qualitative analysis (bibliographical and documentary research) and quantitative analysis (extensive) to the extent that it sought to cover all courses of the 1<sup>st</sup> Cycle of Social Services in the country.

It was found that the whole process of restructuring the courses for adequation to Bologna was done without common guidelines for the definition of plans and studies and, to that effect, each IES had broad autonomy to the adequation on Bologna's Process. Starting on the construction of a theoretical matrix and a reference document for the academic teaching in Social Services of the international organizations of the profession, there was a variety of shortcomings in the plans of the analyzed studies. Accordingly, one of the conclusions of this research is that there is a need to establish ways of regulating the teaching in

Social Services, for instance, the establishment of common standards for the Social Services 1<sup>st</sup> Cycle courses.

**Keywords:** Academic Teaching, Social Services, Bologna's Process, Deregulation Teaching, Minimum Curriculum, Global Teaching Standards.

## ÍNDICE

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....</b>	<b>I</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>III</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>13</b>
1. Globalização e Ensino Superior.....	15
2. O papel das Organizações internacionais: Banco Mundial e UNESCO.....	16
3. Emergência da Regulação através da Desregulação .....	18
4. Expansão do Ensino Superior Português .....	20
5. Processo de Bolonha.....	22
5.1. Definição de créditos académicos ECTS - European Credit Transfer System, graus académicos e processo de qualidade .....	25
5.2. O Processo de Bolonha em Portugal e alguns posicionamentos e reacções.....	29
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>CONCEPÇÕES E TRAJECTÓRIA DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>41</b>
1. Concepções da Formação em Serviço Social.....	42
1.1. Concepções teóricas da formação em Serviço Social .....	42
1.2. Propostas Curriculares das organizações da categoria profissional no Brasil (ABESS e CEDEPSS).....	56
1.3. Documento de referência para formação académica em Serviço Social das organizações internacionais da profissão (AIETS e FITS) .....	62
1.4. Proposta da formação em Serviço Social para adequação ao Processo de Bolonha em Espanha (ANECA) .....	70
2. Trajectória da Formação Académica em Serviço Social em Portugal.....	74

2.1. Trajectória da formação académica em Serviço Social até ao Processo de Bolonha .....	74
2.2. Durante o Processo de adequação da Licenciatura em Serviço Social.....	80
2.2.1. Posições de algumas organizações da categoria profissional face ao Processo de Bolonha .....	80
2.2.2. Registos de adequação das Licenciaturas existentes e de novas Licenciaturas ao Processo de Bolonha.....	89
2.3. Instituições de Ensino Superior com formação académica no 1.º ciclo em Serviço Social após o Processo de Bolonha.....	92

### **CAPÍTULO III**

#### **ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS CURSOS DE 1.º CICLO EM SERVIÇO SOCIAL APÓS ADEQUAÇÃO AO PROCESSO DE BOLONHA .....**

**95**

1. Estratégias metodológicas adoptadas .....	95
2. O processo de adequação dos planos de estudo em Serviço Social e suas exigências.....	101
3. Análise dos planos de estudo dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social após adequação ao Processo de Bolonha .....	104
3.1. Análise dos Objectivos e Saídas Profissionais identificadas nos planos de estudo.....	104
3.2. Estruturação dos planos de estudo por áreas científicas .....	118
3.2.1. Análise da formação na área científica de Serviço Social...	118
3.2.2. Análise da formação noutras áreas científicas .....	129
3.3. Estado da formação dos cursos de 1.º em Serviço Social .....	137

#### **CONCLUSÃO .....**

**143**

#### **BIBLIOGRAFIA .....**

**153**

## ÍNDICE DE APÊNDICES

<b>APÊNDICE N.º 1</b> - Instituições de Ensino Superior com curso de Serviço Social antes e após a adequação ao Processo de Bolonha .....	171
<b>APÊNDICE N.º 2</b> - Registo da adequação do 1.º Ciclo em Serviço Social .....	173
<b>APÊNDICE N.º 3</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Serviço Social por cada IES – 1.º ciclo.....	177
<b>APÊNDICE N.º 4</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Sociologia por cada IES – 1.º ciclo.....	178
<b>APÊNDICE N.º 5</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Psicologia por cada IES – 1.º ciclo .....	179
<b>APÊNDICE N.º 6</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Direito por cada IES – 1.º ciclo .....	180
<b>APÊNDICE N.º 7</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Economia por cada IES – 1.º ciclo .....	181
<b>APÊNDICE N.º 8</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Estatística/ Matemática por cada IES – 1.º ciclo .....	182
<b>APÊNDICE N.º 9</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Informática por cada IES – 1.º ciclo .....	183
<b>APÊNDICE N.º 10</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Línguas Estrangeiras por cada IES – 1.º ciclo .....	184
<b>APÊNDICE N.º 11</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciência Política por cada IES – 1.º ciclo.....	185
<b>APÊNDICE N.º 12</b> - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciências Sociais por cada IES – 1.º ciclo .....	186

**APÊNDICE N.º 13** - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciências Educação por cada IES – 1.º ciclo..... 187

**APÊNDICE N.º 14** - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Demografia por cada IES – 1.º ciclo..... 188

**APÊNDICE N.º 15** - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Antropologia por cada IES – 1.º ciclo ..... 189

**APÊNDICE N.º 16** - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de História por cada IES – 1.º ciclo ..... 190

**APÊNDICE N.º 17** - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Metodologia por cada IES – 1.º ciclo..... 191



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**ABESS** - Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social  
**AIDSS** - Associação de Investigação e Debate em Serviço Social  
**AIETS** - *Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social*  
**ANECA** - Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación  
**APSS** - Associação de Profissionais de Serviço Social  
**AS** – Assistentes Sociais  
**CCISP** - Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos  
**CEDEPSS** - Centro de Pesquisa e Documentação em Serviço Social  
**CFESS** - Conselho Federal de Serviço Social  
**CISSEI** - Centro de Investigação em Serviço Social e Estudos Interdisciplinares  
**CNE** - Conselho Nacional de Educação  
**CPIHTS** - Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social  
**CRUP** - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas  
**DGES** - Direcção geral de Ensino Superior  
**DN** - Diário de Notícias  
**ECTS** - European Credit Transfer System  
**EEES** - Espaço Europeu de Educação Superior  
**ENESSO** - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social  
**ENQA** - European Association for Quality Assurance  
**FCT** - Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
**FENPROF** - Federação Nacional dos Professores  
**FITS** – *Federación Internacional de Trabajadores Sociales*  
**GPEARl** - Gabinete de Planeamento Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais  
**IES** - Instituições de Ensino Superior  
**IP. Beja** - Instituto Superior Politécnico de Beja  
**IP. Castelo Branco** - Instituto Superior Politécnico Castelo Branco  
**IP. Gaya** - Instituto Superior Politécnico Gaya  
**IP. Leiria** - Instituto Superior Politécnico de Leiria

**IP. Portalegre** - Instituto Superior Politécnico de Portalegre

**IP. Viseu** - Instituto Superior Politécnico de Viseu

**ISBB** - Instituto Superior Bissaya Barreto

**ISCET** - Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo.

**ISCTE** - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

**ISMT** - Instituto Superior Miguel Torga

**ISSSB** - Instituto Superior de Serviço Social de Beja

**ISSSL** - Instituto Superior Serviço Social de Lisboa

**ISSSP** - Instituto Superior Serviço Social do Porto

**MCTES** - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**PUC-SP** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**RNESS** - Rede Nacional de Escolas de Serviço Social

**SNPSS** - Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social

**U. Açores** - Universidade dos Açores

**U. Coimbra** - Universidade de Coimbra

**U. Lusíada** - Universidade Lusíada de Lisboa

**U. Madeira** - Universidade da Madeira

**UC** – Unidades Curriculares

**UCP** - Universidade Católica Portuguesa

**UCP Beiras** - Universidade Católica Portuguesa Beiras

**UCP Braga** - Universidade Católica Portuguesa de Braga

**UCP Lisboa** - Universidade Católica Portuguesa de Lisboa

**UE** – União Europeia

**UFP** - Universidade Fernando Pessoa

**ULHT** - Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias

**UNESCO** - United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization

**UNICE** - Education International Pan-European Structure e Union of Industrial and Employers' Confederation of Europe

**UP** - Universidade do Porto

**UTAD** - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

**UTL** - Universidade Técnica de Lisboa

## **LISTA DE QUADROS**

**QUADRO N.º 1** – Número de Registos efectuados da adequação ao Processo de Bolonha e de novas Licenciaturas em Serviço Social nas várias IES.



## INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado intitulada “Formação de 1.º ciclo em Serviço Social após adequação ao Processo de Bolonha em Portugal” surge no âmbito do V Curso de Mestrado em Serviço Social da Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga.

A trajetória da formação académica em Serviço Social em Portugal, no século XXI, situa-se nos três ciclos de formação (1.º ciclo - Licenciatura, 2.º ciclo - Mestrado, 3.º ciclo - Doutoramento). Havendo ainda a realçar a diversidade de cursos de Pós-graduação que são ministrados nas diferentes Instituições de Ensino Superior em Portugal, de natureza pública (universitário e politécnico), particular e cooperativa (universitário e politécnico) e concordatário. Desta forma, assistiu-se a uma progressão da graduação em Serviço Social na última década.

Passado mais de três anos da publicação do Decreto-lei n.º 74/2006 de 24 de Março<sup>1</sup>, que está na base do Processo de Bolonha em Portugal, torna-se importante analisar o estado da formação e reflectir acerca das implicações do mesmo no Serviço Social.

Atendendo a que o Processo de Bolonha exigiu quer a adequação das Licenciaturas, quer a criação de novas Licenciaturas segundo o Despacho n.º 7287 – C/2006 (2.ª série) do Diário da República<sup>2</sup>, esta investigação apresenta-se como a primeira abordagem acerca do resultado da adequação dos planos de estudo de Serviço Social.

Tendo em conta, que existe investigações sobre formação académica em Serviço Social nos anos 80 e 90<sup>3</sup>, torna-se relevante na actualidade abordar o período após Bolonha.

---

<sup>1</sup> DIÁRIO DA REPÚBLICA—I SÉRIE-A, 2006. «Decreto-Lei n.º 74/ 2006 de 24 de Março». 2006. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/060A00/22422257.PDF>, consultado em 20/12/07.

<sup>2</sup> MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. «Despacho n.º 7287 – C/2006 (2.ª série)». *Diário da República*; 2006. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/533E0099-3E30-4EB0-BD5F-937B17AB34AD/1044/Despachon7287C2006.pdf>, consultado em 31/03/08.

<sup>3</sup> ANA CRISTINA FRANCO. *A Investigação em Serviço Social e a Formação ao nível da Licenciatura – Análise dos Planos de Estudo nos anos 90, em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra. 2003.

Esta investigação justifica-se também por “constituir espaços de socialização de conhecimentos, de aquisição e desenvolvimento de competências e perícias, de promoção de posturas investigativas e críticas das teorias e das práticas profissionais”<sup>4</sup>.

Para esta investigação tornou-se relevante situar teoricamente o Ensino Superior Português no contexto das transformações internacionais, com os contributos de alguns autores que trazem contributos significativos e reflexões acerca desta temática, tais como: *António Magalhães; Ana Seixas e Boaventura Sousa Santos*.

Durante as décadas de 80 e 90, por toda a Europa ocorrem importantes reformas no Ensino Superior, que colocam em relevo a crise da Universidade Tradicional e o debate sobre o papel do Estado e do mercado, tendo em conta as tendências emergentes de regulação do Ensino Superior, influenciadas em grande medida, por políticas e recomendações de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO - United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization). As transformações no Ensino Superior Português inserem-se nestas tendências internacionais, preconizando o aumento da autonomia institucional, associada a novas formas de avaliação e de financiamento. É um novo modelo de Ensino Superior, impulsionado pelo processo de globalização neoliberal.

O Processo de Bolonha constitui-se como uma política educacional supranacional, comum aos estados-membros da União Europeia, com vista à construção de um "espaço europeu de educação superior". O processo político e de reformas institucionais, realizado por cada governo nacional, conduzirá ao estabelecimento efectivo do novo sistema europeu de educação superior até 2010. Este processo foi desencadeado oficialmente com a Declaração de Bolonha, que foi assinada em 19 de Junho de 1999, sendo um documento conjunto assinado pelos Ministros da Educação de 29 países europeus, reunidos na cidade italiana de Bolonha. Portugal, como sendo um dos Estados que foi

---

<sup>4</sup> MARÍLIA ANDRADE. «Serviço Social, Formação Contínua e Éthos Profissional», in *Serviço Social: Unidade na Diversidade. Encontro com a Identidade Profissional - I Congresso Nacional de Serviço Social*, Lisboa, Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2002, p. 36.

signatário da Declaração de Bolonha, terá que reorganizar o sistema de Ensino Superior de acordo com os princípios constantes na referida Declaração.

O Processo de Bolonha enquanto política educacional trouxe consequências para o Ensino Superior Português e consequentemente algumas implicações para a formação académica em Serviço Social.

O objectivo geral desta investigação prende-se com o intuito de analisar a formação académica em Serviço Social no 1.º Ciclo, após o Processo de Bolonha em Portugal, mais especificamente os planos de estudos das Instituições de Ensino Superior (IES) de Serviço Social de natureza pública (universitário e politécnico), particular e cooperativa (universitário e politécnico) e concordatário<sup>5</sup>. Para tal, começou-se por construir uma matriz teórica tendo em conta as concepções da formação em Serviço Social e a análise de um documento de referência internacional para a formação académica.

A abordagem destas concepções pressupõem, por um lado, a análise dos perfis profissionais dos Assistentes Sociais (AS) e por outro a análise da articulação entre educação e trabalho/ emprego.

Para abordar os perfis profissionais recorre-se às considerações desenvolvidas por *Paulo Netto* e *Braga da Cruz* acerca desta temática.

Neste sentido, *Paulo Netto* considera que existem dois perfis profissionais: o técnico e o intelectual. O técnico pressupõe que o profissional esteja “treinado para intervir num campo de ação determinado com a máxima eficácia operativa”<sup>6</sup> e que desta forma vá “operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho tal como elas se apresentam”<sup>7</sup>. O perfil intelectual prevê que o profissional “habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido

---

<sup>5</sup> A análise aos planos de estudos será realizada por tipo de ensino: público (universitário e politécnico), particular e cooperativo (universitário e politécnico) e concordatário. Esta classificação foi adoptada porque a Direcção Geral de Ensino Superior classifica deste modo as Instituições de Ensino Superior em Portugal.

O Ensino Concordatário é constituído pela Universidade Católica Portuguesa que é uma instituição pública não estatal, criada em 1967, canonicamente erecta pela Congregação da Educação Católica e reconhecida pelo Estado Português através do Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de Julho. Goza de autonomia estatutária, científica, pedagógica, patrimonial, administrativa, financeira e disciplinar (Decreto-Lei n.º 128/90, de 17 de Abril).

<sup>6</sup> PAULO NETTO. «Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil», in *Serviço Social & Sociedade* n.º 50 – *O Serviço Social no Século XXI, Ano XVII*, Abril, São Paulo, Cortez Editora, 1996, pp. 125 - 126.

<sup>7</sup> IDEM, *ibidem*.

social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social”<sup>8</sup>, sendo portanto um profissional com uma “*compreensão teórico-crítica*, identificando a significação, os limites e as alternativas da acção focalizada”<sup>9</sup>.

*Braga da Cruz* traz, também, importantes reflexões acerca dos perfis profissionais destes profissionais, distinguindo entre os perfis mais técnicos e outros mais científicos, surgindo desta forma a distinção entre cientistas sociais e técnicos sociais. Os técnicos sociais “são profissionais com formação aplicada e desempenho mais centrado na intervenção social, com menos actividades de análise ou de estudo de estruturas e situações sociais”<sup>10</sup> e por outro lado, os cientistas sociais são profissionais com “capacidade para funções de diagnóstico e concepção, não se limitando a meras actividades de intervenção”<sup>11</sup>.

Quanto à análise da articulação entre educação e trabalho/ emprego, esta temática será abordada segundo as considerações de *Mariana Alves*.

Neste contexto, a autora considera a existência de dois modelos: os modelos funcionalistas e modelos académicos. A abordagem funcionalista baseia-se no pressuposto de que “a preparação profissional no Ensino Superior deve ser um dos seus principais objectivos e deve ser orientada pelas necessidades expressas pelos empregadores e mundo do trabalho, devendo ser promovida uma formação profissionalizante e especializada que privilegie formas de conhecimento pragmáticas e direccionadas para a acção que permitam a melhoria da competitividade e eficácia económicas”<sup>12</sup>. Enquanto que, para a abordagem académica o “Ensino Superior não é simplesmente uma forma de preparação para a vida profissional, mas é sobretudo uma experiência que tem valor em si própria e que deve contribuir para a produção do conhecimento”<sup>13</sup>. Para a autora

---

<sup>8</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>9</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>10</sup> MANUEL BRAGA DA CRUZ. «Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, Grupos por Área de Conhecimento». 2004. pp. 4 - 5. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Bolonha%20C.Sociais%20%20&%20Servi%E7o%20Social.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>11</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>12</sup> MARIANA GAIO ALVES. *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas; Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Julho de 2007. p. 226.

<sup>13</sup> IDEM, *ibidem*.



estas abordagens contemplam, por um lado aspectos positivos e por outro negativos. Porém, aponta para uma outra perspectiva na qual a aprendizagem no Ensino Superior não deve ser entendida “apenas como acumulação de saberes profissionais e/ou disciplinares, de conhecimento e/ou competências, mas sim, também, como desenvolvimento da capacidade de o indivíduo utilizar esses saberes, conhecimentos e competências em diferentes circunstâncias que analisa criticamente assumindo os seus posicionamentos intelectuais”<sup>14</sup>.

Nesta investigação, abordou-se também as propostas curriculares de formação em Serviço Social que têm sido desenvolvidas há décadas pelas organizações da categoria profissional no Brasil, nomeadamente pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e pelo Centro de Pesquisa e Documentação em Serviço Social (CEDEPSS).

A nível internacional surge orientações para a formação académica em Serviço Social com o documento “Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social”<sup>15</sup>, criado em 2004, em Adelaide/ Austrália, resultante do trabalho desenvolvido e aprovado pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e pela Federação Internacional de Assistentes Sociais.

Em Espanha, na sequência do Processo de Bolonha, surge o documento “Livro Branco – Título de grau/ graduação em Serviço Social”<sup>16</sup>, em 2005, desenvolvido pela Agência Nacional de Avaliação da Qualidade e Acreditação. Este documento constituiu-se como uma proposta de formação em Serviço Social para adequação ao Processo de Bolonha.

A abordagem do documento “Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social” será mais aprofundada, pois constitui-se um elemento de referência para a análise empírica. Este documento está incompleto e deverá ser

---

<sup>14</sup> IDEM, *ibidem*, p. 237.

<sup>15</sup> AIETS Y FITS. «Estándares Globales para la Educación y Capacitación del Trabajo Social». 2004. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.

O documento *Estándares Globales para la Educacion y Capacitacion del Trabajo Social* foi traduzido para *Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social*. Pelo facto de não se constituir como um conjunto de normas absolutas optou-se por designar por padrões e não por normas.

<sup>16</sup> AGENCIA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD Y ACREDITACIÓN. «Libro Blanco – Título de Grado en Trabajo Social». 2005. Disponível em: [http://www.aneca.es/activin/docs/libroblanco\\_trbjsocial\\_def.pdf](http://www.aneca.es/activin/docs/libroblanco_trbjsocial_def.pdf), consultado em 25/02/08.

O documento *Libro Blanco – Título de Grado en Trabajo Social* foi traduzido para *Livro Branco – Título de grau/ graduação em Serviço Social*.

constantemente revisto e adaptado às condições locais e aos contextos, no entanto existem padrões que deverão ser considerados internacionalmente.

Para analisar algumas das implicações do Processo de Bolonha para a formação académica em Serviço Social torna-se relevante conhecer a trajectória da formação antes e após o Processo de Bolonha e neste âmbito situar alguns marcos importantes da profissão nesta área e mencionar a situação actual.

Situar historicamente o Serviço Social exige conhecer o seu processo de génese, emergência e institucionalização. A construção do Serviço Social Português é um “processo complexo, polémico e contraditório, fruto dos confrontos com diversos projectos para a sociedade e o significado e função social que atribuem à profissão”<sup>17</sup>.

Numa breve revisão a esta formação em Portugal, pode constatar-se que, enquanto área de formação académica, o Serviço Social surge “em Abril de 1935 com a criação da 1.<sup>a</sup> Escola – Instituto de Serviço Social de Lisboa”<sup>18</sup>. Posteriormente, em 1937, em Coimbra é criado outro curso de Serviço Social e só depois em 1956 foi criado o terceiro no Porto.

A formação dada nos Institutos Superiores de Serviço Social a partir de 1961 é considerada superior, porém não universitária, uma vez que esta formação era “controlada pelo conservadorismo político e religiosos que os tempos de ditadura impunham em Portugal”<sup>19</sup>.

Em Portugal, após a Revolução de Abril de 1974, emerge a pertinência de redefinir acerca da qualificação e formação de profissionais no âmbito do Serviço Social. Nesta época, surge a necessidade de desenvolver a investigação nesta área.

Em 1989 aos Institutos de Serviço Social de Lisboa e Porto foi reconhecido o grau académico da Licenciatura em Serviço Social e efectuou-se a reestruturação curricular (a Licenciatura passou de 4 para 5 anos). Em 1995, é criado o 1º

---

<sup>17</sup> ALCINA MARTINS. «Serviço Social e Investigação», in *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajectória?*, Lisboa, São Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, 1999, p. 45.

<sup>18</sup> MARIA AUGUSTA GERALDES NEGREIROS. «Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social – o caso português», in *Serviço Social, Profissão & Identidade que trajectória?*, Lisboa, São Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, 1999, p.14.

<sup>19</sup> ROSA TOMÉ. «O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão». 2007. p. 10. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%E9.pdf>, consultado em 20/12/07.

Mestrado em Serviço Social em Lisboa (reconhecido pelo Ministério da Educação), que permite o desenvolvimento da verdadeira investigação académica nesta área. Relativamente ao Doutoramento, este grau surgiu em 1997 através da parceria do Instituto Superior Serviço Social de Lisboa com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (ISSSL/ PUC – SP), posteriormente em 2003, surge um em Ciências do Serviço Social através do Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Porto – Instituto Ciências Biomédicas Abel Salazar e o Instituto Superior Serviço Social do Porto (UP-ISSSP), e outro Doutoramento em Serviço Social na Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas. Posteriormente, em 2004, surge outro Doutoramento no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) em cooperação com o ISSSL.

É de realçar que todo este desenvolvimento do Serviço Social nas últimas décadas tem vindo a marcar o protagonismo do Serviço Social Português. O investimento humano e científico posto ao serviço da profissão, a qualificação e estatuto alcançado obteve o “reconhecimento de formação de referência por parte de estruturas da União Europeia e fazem parte da cultura profissional dos Assistentes Sociais Portugueses”<sup>20</sup>.

A criação recente de Licenciaturas em Serviço Social no ensino público veio relançar o debate sobre a qualidade da formação. A introdução do 1.º ciclo nas Instituições de Ensino Superior Público só se realizou no século XXI (2000-2008), num contexto de emergência da regulação através da desregulação subjacente às narrativas empreendedoras/ empresarialistas do Ensino Superior Português. Neste âmbito, o curso de Serviço Social no ensino público, surgiu numa conjuntura sócio-política de crise do Estado Social com a tendência para a privatização crescente do ensino. No caso deste curso, as Instituições de Ensino Superior Público competem com as do Ensino Superior Particular e Cooperativo, contrariamente ao que acontece em outras áreas.

O Processo de Bolonha desencadeou posicionamentos de variadas organizações da categoria profissional e neste sentido surge o objectivo

---

<sup>20</sup> CPIHTS, AIDSS, CISSEI. «Serviço Social & Processo de Bolonha - ACTA DE COIMBRA». 2006. p. 1. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Servi%E7o%20Social%20&%20Processo%20de%20Bolonha%20%20ACTA%20DE%20COIMBRA%202.pdf>, consultado em 20/12/07.

específico de identificar as posições tomadas por algumas organizações, nomeadamente: pelo Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), pela Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (AIDSS), pela Rede Nacional de Escolas de Serviço Social (RNESS), pela Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS), pelo Centro de Investigação em Serviço Social e Estudos Interdisciplinares (CISSEI) e pelo Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (SNPSS).

As IES portuguesas “apresentaram em Março e Novembro de 2006, à Direcção Geral de Ensino Superior (DGES), as propostas de reestruturação dos cursos para registo de adequação/ autorização de funcionamento, no âmbito de Bolonha, para funcionarem nos anos lectivos 2006/07 e 2007/08”<sup>21</sup>. Neste âmbito, constituiu-se como objectivo específico, realizar um levantamento das IES com formação no 1.º Ciclo de Serviço Social em Portugal, que efectuaram registo de adequação ao Processo de Bolonha nesse período.

Em Fevereiro de 2007 é criada pelo Conselho de Ministros a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior e esta, até 2009, terá que reapreciar todos os cursos adaptados a Bolonha<sup>22</sup>.

Esta investigação tem também como objectivo específico, analisar os *objectivos e saídas profissionais* dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social, identificados nos planos de estudo. Através da análise dos objectivos dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social, pretende-se aferir quais as dimensões e componentes contempladas nesta área, se os objectivos manifestam relação com outras áreas e, por fim, o tipo de perfil de formação privilegiado. Com a análise das saídas profissionais pretende-se aferir quais as áreas privilegiadas em relação ao mercado de trabalho.

Tendo por referência as abordagens de *Paulo Netto*<sup>23</sup> e *Braga da Cruz*<sup>24</sup> definiu-se dois tipos de perfis: o perfil mais técnico e de perfil mais científico/

---

<sup>21</sup> ALCINA MARTINS. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. p. 2. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>22</sup> Cf. FENPROF. «Agência de Acreditação vai reavaliar todos os cursos superiores até 2009». Disponível em: <http://www.fenprof.pt/SUPERIOR/?aba=37&cat=103&doc=2138&mid=132>, consultado em 20/12/07.

<sup>23</sup> PAULO NETTO. «Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil». in *Serviço Social & Sociedade n.º 50 – O Serviço Social no Século XXI, Ano XVII*, Abril, São Paulo, Cortez Editora, 1996, pp. 125 - 126.

intelectual e recorrendo às apreciações acerca de formação expostas por *Marilda Iamamoto* e *Paulo Netto*, adoptou-se a existência de 3 dimensões cruciais na formação académica em Serviço Social: dimensão teórico-metodológica; dimensão ético-política; e dimensão técnico-operativa.

Com a análise dos objectivos pretendeu-se ainda compreender se a definição destes contempla a relação com o mercado de trabalho, recorrendo às considerações teóricas de *Mariana Alves*<sup>25</sup>.

Constitui-se também, como objectivo específico desta investigação a análise dos *planos de estudo* do 1.º ciclo em Serviço Social tendo em conta esta área científica e restantes áreas. Nesta ambiciona-se analisar as componentes da formação pertencentes à mesma.

A investigação passou também pela análise do estado da formação dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social, na qual se estabelece a relação entre os objectivos, saídas profissionais e respectivos planos de estudo.

Face aos objectivos delineados, considerou-se essencial a colaboração das IES com cursos de 1.º ciclo em Serviço Social, através da cedência de informação ao nível dos planos de estudo e conteúdos curriculares<sup>26</sup>. Neste sentido partiu-se do pressuposto de que as instituições iriam colaborar nesta investigação.

Esta baseou-se em pesquisas de natureza descritiva e exploratória com o recurso a procedimentos metodológicos de natureza qualitativa (pesquisa bibliográfica e documental) e quantitativa (extensiva) na medida que se pretendia analisar os 20 planos de estudo<sup>27</sup>.

Estruturou-se a presente dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo: O Ensino Superior em Portugal no contexto das transformações internacionais, pretende-se compreender: a articulação entre a

---

<sup>24</sup> MANUEL BRAGA DA CRUZ. «Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, Grupos por Área de Conhecimento». 2004. pp. 4 - 5. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Bolonha%20C.Sociais%20%20&%20Servi%E7o%20Social.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>25</sup> MARIANA GAIO ALVES. *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas; Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Julho de 2007. p. 226.

<sup>26</sup> Os documentos solicitados e as respostas das instituições serão apresentados mais a frente na dissertação, mais especificamente no capítulo III, ponto 1.

<sup>27</sup> As estratégias metodológicas serão mais aprofundadas no capítulo III, ponto 1 desta dissertação.

globalização e o Ensino Superior, o conhecimento o papel das Organizações Internacionais: Banco Mundial e UNESCO na influência das políticas educativas, compreender a emergência da regulação através da desregulação e situar a expansão do Ensino Superior Português. Neste capítulo, pretende-se também, apresentar o Processo de Bolonha, nomeadamente a definição de créditos académicos ECTS - European Credit Transfer System, graus académicos e processo de qualidade, realiza-se ainda uma análise acerca do Processo de Bolonha em Portugal e identifica-se alguns posicionamentos e reacções face ao mesmo.

Relativamente ao segundo capítulo: Concepções e Trajectória da Formação em Serviço Social, realiza-se uma reflexão sobre as concepções teóricas da formação em Serviço Social, aborda-se as propostas curriculares das organizações da categoria profissional no Brasil (ABESS e CEDEPSS), apresenta-se o documento de referência para formação académica em Serviço Social das organizações internacionais da profissão (AIETS - *Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social* e FITS - *Federación Internacional de Trabajadores Sociales*) e é feita referência à proposta de formação em Serviço Social para adequação ao Processo de Bolonha em Espanha (ANECA - *Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación*). Pretende-se ainda conhecer a trajectória da formação académica em Serviço Social em Portugal; nomeadamente até ao Processo de Bolonha, durante o Processo de adequação da Licenciatura em Serviço Social, onde são identificadas as posições de algumas organizações da categoria profissional e os registos de adequação das Licenciaturas existentes e de novas Licenciaturas ao Processo de Bolonha; e por fim, identifica-se as IES com formação académica no 1.º ciclo em Serviço Social após o Processo de Bolonha.

No terceiro capítulo são apresentadas as estratégias metodológicas adoptadas nesta investigação. É feita a análise da formação dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social após adequação ao Processo de Bolonha, abordando-se o processo de adequação dos planos de estudo em Serviço Social e suas exigências. Ainda neste capítulo, analisa-se os planos de estudo nos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social após adequação ao Processo de Bolonha, mais precisamente os objectivos e saídas profissionais identificadas nos planos de

estudo, assim como a análise da formação na área de Serviço Social e noutras áreas científicas. Este capítulo culmina com a análise do estado da formação dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social





## CAPITULO I

### O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

O Sistema de Ensino Superior Português, de acordo com *Magalhães* “teve a sua origem em 1911 com a instauração do regime republicano, quase meio século depois de as sementes do sistema educativo português terem sido alcançadas pelo governo «iluminado» do Marquês de Pombal”<sup>28</sup>.

Nos sistemas de Ensino Superior ocorreram profundas transformações nas últimas duas décadas, o que realçou a crise da Universidade Tradicional. Segundo *Ana Seixas* “o número crescente de solicitações feitas à universidade coloca o problema da conciliação entre si destas mesmas exigências e o da sua possibilidade de realização, dados os recursos disponíveis”<sup>29</sup>.

Conforme *Boaventura Sousa Santos*<sup>30</sup>, a universidade defrontava três crises: a crise de hegemonia, de legitimidade e institucional.

A crise de hegemonia derivava das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe tinham sido atribuídas, Designadamente as contradições e tensões existentes na universidade entre a produção de conhecimentos exemplares e a produção de conhecimentos funcionais, ou seja, entre a alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média europeia e a produção de conhecimentos úteis para a formação de mão-de-obra qualificada adequada às necessidades do desenvolvimento económico/ capitalista. “A incapacidade da universidade para desempenhar cabalmente funções

---

<sup>28</sup> ANTÓNIO MAGALHÃES. *A Identidade do Ensino Superior – Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2004, p. 23.

<sup>29</sup> ANA SEIXAS. *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal: A inevitável presença do Estado*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p. 11.

<sup>30</sup> BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*; Brasília, Editora Cortez, 2004, pp. 4 - 89.

contraditórias levaram o Estado e os agentes económicos a procurar, fora da universidade, meios alternativos de atingir esses objectivos”<sup>31</sup>. A universidade entrara numa crise de hegemonia pois deixou de ser a única instituição no domínio do Ensino Superior.

A crise de legitimidade foi despertada “pelo facto de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições do acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares”<sup>32</sup>.

Por fim, a crise institucional é a que tem vindo a assumir maior centralidade nas últimas duas décadas. Resultava da “contradição entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e objectivos da universidade e a pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social”<sup>33</sup>. A austeridade financeira, combinada com um discurso de privatização, põe em causa a autonomia e a especificidade organizacional da instituição universitária.

Tendo em conta o que foi dito anteriormente, começa-se por abordar o impacto do processo de globalização nos Sistemas de Ensino Superior. De seguida apresentam-se as principais orientações de reforma dos sistemas de Ensino Superior preconizadas pelo Banco Mundial e pela UNESCO. É feita referência à emergência da regulação através da desregulação subjacente às narrativas empreendedoras/ empresarialistas. Aborda-se o processo de expansão do Sistema de Ensino Superior Português e a sua diversificação institucional com a criação do Ensino Superior politécnico, assim como, da evolução do Ensino Superior privado em Portugal. Explana-se a temática do Processo de Bolonha, através da definição de Créditos Académicos ECTS - European Credit Transfer System, graus académicos e processo de qualidade. Por fim analisa-se o Processo de Bolonha em Portugal e identifica-se alguns posicionamentos e críticas face ao mesmo.

---

<sup>31</sup> IDEM, *ibidem*, p. 5.

<sup>32</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 5 e 6.

<sup>33</sup> IDEM, *ibidem*.

## 1. Globalização e Ensino Superior

O conceito de globalização procura traduzir a crescente interdependência mundial a nível económico, político e cultural. Através do processo de globalização acontecimentos que ocorrem em locais distantes influenciam acontecimentos locais.

Segundo *Ana Seixas*, “de uma forma aparentemente paradoxal, a emergência nos anos 80 de um mercado global neoliberal implicou também alterações no papel do estado, associadas à crise do Estado - Providência e a uma retracção das despesas em áreas consideradas não fundamentais para a competitividade económica, nacional, nomeadamente as políticas de bem-estar”<sup>34</sup>.

O neoliberalismo ou globalização neoliberal, a partir da década de 1980, impôs-se internacionalmente e provocou a “perda da prioridade na universidade pública nas políticas públicas do Estado”<sup>35</sup>.

Com a globalização exige-se uma maior eficiência dos sistemas, não só na formação de trabalhadores qualificados, mas também na componente de investigação e desenvolvimento. Surge então a exigência de manter a posição nacional na Economia mundial.

Segundo *Boaventura Sousa Santos*, ocorre duas fases no processo de mercadorização da universidade. “Na primeira, que vai do início da década de 1980 até meados da década de 1990, expande-se e consolida-se o mercado nacional universitário. Na segunda, ao lado do mercado nacional, emerge com grande pujança o mercado transnacional da educação superior e universitária”<sup>36</sup>.

A transnacionalização do mercado de serviços universitários está articulada à redução do financiamento público mas não se limita a ele. A mercadorização da educação e desenvolvimento de modelos gerencialistas na gestão das Instituições de Ensino Superior é então encorajada pelos cortes orçamentais e pelos discursos de produtividade e eficiência.

---

<sup>34</sup> ANA SEIXAS. *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal: A inevitável presença do Estado*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, pp. 19 - 20.

<sup>35</sup> BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*; Brasília, Editora Cortez, 2004, p. 9.

<sup>36</sup> IDEM, *ibidem*, p. 11.

*Santos*, menciona que existem dois processos que são muito marcantes da década, o “desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil das universidades (...) são os dois pilares de um vasto projecto global de política universitária destinado a mudar profundamente o modo como o bem público da universidade tem sido produzido, transformando-o num vasto campo de valorização do capitalismo educacional”<sup>37</sup>.

No contexto português também não é possível ignorar a globalização e suas consequências a nível económico e cultural. Assim sendo, e de acordo com *Magalhães* “a maioria das tentativas de modernização social e política no campo do Ensino Superior resultaram no reforço do desencontro entre o próprio projecto modernizador e a realidade do contexto a que este pretendia aceder e transformar. Desde a sua criação que o Ensino Superior português pretendeu, pelo menos em termos discursivos, colocar lado a lado as instituições portuguesas e as dos países mais desenvolvidos; contudo, muitas vezes o diagnóstico foi feito com base numa visão universalista das necessidades de modernização e, por isso, fechando os olhos à complexidade do contexto português”<sup>38</sup>.

## **2. O papel das Organizações internacionais: Banco Mundial e UNESCO**

É essencial considerar o papel das organizações internacionais, especialmente as que estão directamente comprometidas no desenvolvimento e implementação de políticas no domínio da educação e da cultura, nomeadamente o Banco Mundial e a UNESCO.

Segundo *Ana Seixas*, “ao produzirem documentos de orientação para a elaboração de políticas educativas para o Ensino Superior, embora afirmem não pretender impor modelos ou directivas rígidas, dada a necessidade de se ter em conta a diversidade e especificidade dos diferentes contextos nacionais, estas

---

<sup>37</sup> IDEM, *ibidem*, p. 11.

<sup>38</sup> ANTÓNIO MAGALHÃES. *A Identidade do Ensino Superior – Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004, p. 347.

organizações configuram modalidades legítimas de definição dos problemas e soluções, contribuindo para a definição de um modelo de Ensino Superior transnacional de mercado”<sup>39</sup>.

No âmbito dos constrangimentos económicos, a actual “crise” dos sistemas de Ensino Superior deve-se à dificuldade que estes apresentam, em responder, de forma adequada e oportuna, às novas solicitações que o aumento e diversificação da procura e a produção científica levantam.

A autora menciona que “os baixos níveis de eficiência, interna e externa, dos sistemas de Ensino Superior reclamam a realização de reformas tendo fundamentalmente em consideração as questões do seu financiamento, qualidade e relevância”<sup>40</sup>.

O Banco Mundial destaca orientações para maior eficiência, qualidade e equidade no Ensino Superior. Refere a importância da redefinição do papel do Estado, associada a uma maior autonomia institucional, assim como, uma maior diversificação institucional nos sistemas de Ensino Superior, incluindo o desenvolvimento do sector privado. Por fim, são encaradas como fundamentais as reformas no financiamento e gestão do Ensino Superior, estimulando uma diversificação das fontes de financiamento e uma maior ligação deste com o desempenho das instituições.

O Banco Mundial segue as orientações do modelo neoliberal na educação, baseadas na redução do papel do Estado e fortalecimento do papel do mercado, associado a um processo de privatização dos sistemas educativos. Esta organização privilegia os ensinos básicos e secundários, não vê o Ensino Superior como área prioritária porém, financeiramente apoia reformas nos sistemas de Ensino Superior tendo como objectivo aumentar a sua eficiência e reduzir as suas despesas públicas.

A UNESCO aponta a forte expansão quantitativa, a diversificação institucional e a existência de importantes constrangimentos financeiros no Ensino Superior a nível mundial.

---

<sup>39</sup> ANA SEIXAS. *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal: A inevitável presença do Estado*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003, p. 30.

<sup>40</sup> IDEM, *ibidem*, p. 35.

Tanto o Banco Mundial como a UNESCO, perante a actual “crise” do Ensino Superior, realçam a necessidade de reformas tendo como objectivo aumentar os seus baixos níveis de eficiência interna e externa. Dada a diversidade e especificidade dos diferentes contextos nacionais, ambas as organizações afirmam desempenhar uma função de aconselhamento técnico e de orientação para a elaboração das políticas educativas nacionais. Declaram não pretender impor modelos ou directivas rígidas, porém, o “Banco Mundial acaba por prescrever um “pacote” bem definido de medidas de política educativa para todos os países”.<sup>41</sup>

O Banco Mundial tem como pressuposto a expansão do Ensino Superior, adequada às necessidades de mercado e ao menor custo público possível, é pois considerado um modelo basicamente economicista e baseado numa ideologia tecnocrática. A UNESCO realça a promoção de valores éticos e morais na sociedade e no desenvolvimento da personalidade, do sentido do cívico e da cidadania, no âmbito do Ensino Superior (visão humanista).

O Banco Mundial encara o Ensino Superior como um problema actual, nomeadamente o Ensino Superior Público, enquanto que, a UNESCO encara-o como uma das formas de resolução de problemas na sociedade global actual. De acordo com Ana Seixas, para esta organização última organização, “o Ensino Superior tem de ser visto, pelo Estado e pela sociedade em geral, como um investimento nacional a longo termo, investimento social, económico, cultural e político, e não como uma despesa para as finanças públicas.”<sup>42</sup>

### **3. Emergência da Regulação através da Desregulação**

Nos últimos vinte e cinco anos, no mundo ocidental tem ocorrido transformações ao nível dos sistemas de produção, de distribuição e de consumo. Transformações essas que contribuíram para as alterações dos modelos de Ensino Superior.

---

<sup>41</sup> IDEM, *ibidem*, p. 37.

<sup>42</sup> IDEM, *ibidem*.

De acordo com *Magalhães*, “(...) à medida que o conhecimento se foi tornando num factor central de produção, os sectores económicos exercem uma pressão considerável sobre as Instituições de Ensino Superior no que diz respeito à produção de conhecimento, transferência de conhecimento, formação de recursos humanos, em suma, no que diz respeito à sua relevância económica”<sup>43</sup>.

O mercado está a ser crescentemente proposto como «a melhor» forma de regulação e aceita-se cada vez mais que a desregulação do estado é a forma mais eficiente de coordenar os sistemas sociais. A desregulação do Estado, perante o Ensino Superior, assume então uma posição central relativamente à coordenação política do Ensino Superior. E como refere *Magalhães*, “(...) o Estado, até aqui o principal regulador, está a ser substituído pelo «mercado» e por dispositivos do tipo dos do mercado (como a «fé» no Estado enquanto coordenador dos sistemas nacionais) é narrativamente construída, sendo a eficiência (sobretudo financeira) um dos seus principais esteios retóricos”<sup>44</sup>.

Desde a segunda metade da década de oitenta, está a impor-se um novo modelo de regulação: a desregulação através da implementação de mecanismos do tipo dos do mercado. Trata-se de um desenvolvimento da regulação estatal, na medida em que é promovida pelo próprio Estado.

De acordo com *Magalhães* “as pressões das exigências do pós-fordismo e a assunção do Ensino Superior como uma mercadoria para consumo individual, o que colocam como risco é a colonização do Ensino Superior, algo totalitária, pelas exigências económicas e pragmáticas”<sup>45</sup>. No Sistema de Ensino Superior Português estas pressões e exigências vêm simultaneamente de dentro e de fora do Ensino Superior.

Surge discursos acerca dos argumentos da narrativa empreendedora/ empresarialista e à narrativa do mercado. O argumento principal é duplamente pragmático, uma vez que, primeiramente “assume-se que o empreendedorismo/ empresarialismo é a «melhor maneira» de lidar com o Ensino Superior de massas e de o gerir ao nível do sistema e ao nível das instituições; em segundo lugar, ao

---

<sup>43</sup> ANTÓNIO MAGALHÃES. *A Identidade do Ensino Superior – Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004, p. 20.

<sup>44</sup> IDEM, *ibidem*, p. 29.

<sup>45</sup> IDEM, *ibidem*, p. 351.

nível narrativo o mercado surge discursivamente como sendo mais adequado à fragmentação e pluralidade”.<sup>46</sup>

A tendência para a estratificação como modelo, para o desenvolvimento do Sistema de Ensino Superior Português corresponde a uma importação mecânica de soluções políticas. Portugal parece ter adoptado o modelo de coordenação política próxima do modelo que, dominantemente, surgia como padrão na Europa, isto é, a regulação através da desregulação.

O equilíbrio do desenvolvimento do Ensino Superior não deve ser deixado a cargo das instituições ou de qualquer sistema de auto-regulação. O mercado não parece, por si só, providenciar condições para um desenvolvimento equilibrado do sistema e das suas instituições, tornando-se assim imprescindível a regulação estatal. Segundo *Magalhães* “a regulação estatal não se deve retirar das tarefas fundamentais do Ensino Superior, apoiando e incrementando aquilo que a mão invisível do mercado se revela incapaz de apoiar e incrementar”<sup>47</sup>.

#### **4. Expansão do Ensino Superior Português**

Em 1974, a taxa de participação dos estudantes no Ensino Superior era aproximadamente de 7% e em 1996 cerca de 40%. Entre 1987 e 1991 houve um aumento de 40% no número de estudantes no sector público e no privado esse crescimento foi de 250%.

A divisão, público/privado foi um meio político para elevar as taxas de participação no Ensino Superior para níveis próximos dos parceiros europeus. O mercado foi concebido como uma alternativa à «hegemonia estatal» na coordenação do sistema.

Segundo *Magalhães*, “as instituições privadas cresceram como cogumelos por todo o lado, de uma forma algo descontrolada, e em 1991 as vagas oferecidas pelo sector privado já eram em maior número do que as do sector público”<sup>48</sup>. Este desenvolvimento do sistema, de acordo com o autor referido, “parece ser o

---

<sup>46</sup> IDEM, *ibidem*, p. 356.

<sup>47</sup> IDEM, *ibidem*, p. 338.

<sup>48</sup> IDEM, *ibidem*, p. 301.



resultado de decisões políticas tomadas no quadro da narrativa da modernização reconfigurada nos seus matizados (democratização, massificação, preparação de recursos humanos, factor de desenvolvimento económico, empreendedorismo/ empresarialismo, etc)”<sup>49</sup>.

Instituído o Ensino Superior Politécnico, o intuito foi de diversificar o Ensino Superior, assim como, de satisfazer necessidades de vários sectores sócio-económicos. O sistema binário foi então desenvolvido para diversificar o sistema de Ensino Superior e a condução política desse sistema.

Em Portugal, mais de vinte anos após a implementação do Ensino Superior Binário, as universidades continuam a acolher a maioria de estudantes.

A educação politécnica, actualmente em Portugal “parece apresentar-se mais como uma alternativa imposta pelo sistema do que uma real escolha oferecida, devendo, por isso, a sua consolidação enquanto tal ser configurada na gestão política da própria consolidação da expansão do sistema e não só como mera forma de resolução da aparente contradição entre ensino de massas e a necessidade de excelência académica”<sup>50</sup>.

Em 1979, a Universidade Católica era a única instituição de Ensino Superior não estatal a actuar em Portugal.

De acordo com *Magalhães*, “a criação de instituições privadas de Ensino Superior e dos respectivos cursos foi em parte produto desta atitude de «fechar os olhos» por parte do Estado, numa mais ou menos clara cumplicidade entre os governos e as instituições”<sup>51</sup>.

O crescimento do sector privado deve-se à combinação de estratégias, mais ou menos pragmáticas, das instituições com políticas governamentais desenvolvidas, para criar um mercado educacional ou no sentido de introduzir regulação do tipo da do mercado no âmbito da educação.

O autor menciona que “a assunção do mercado, ou da sua lógica, como o principal regulador dos sistemas sociais, constitui uma das bases mais importantes da introdução do tipo de regulação estatal - a regulação através da

---

<sup>49</sup> IDEM, *ibidem*, p. 302.

<sup>50</sup> IDEM, *ibidem*, p. 337.

<sup>51</sup> IDEM, *ibidem*, p. 308.

desregulação”<sup>52</sup>. Porém, a gestão política do sistema binário e da clivagem público/ privado, não pode ser deixada à auto-regulação das instituições e do sistema.

A clivagem, *politécnicos/ universidades* parece originar clivagens sociais e não a lógica de diversificação como é narrada. Enquanto que, a clivagem *público/ privado*, parece induzir aos cidadãos o estatuto de clientes, o que não constituiu uma escolha clara dos mesmos.

## 5. Processo de Bolonha

Numa perspectiva de política educativa, o Processo de Bolonha iniciou-se informalmente em Maio 1998, com a Declaração de Sorbonne<sup>53</sup>. Nesta declaração é definido o conceito de “Europa do Conhecimento” que é inicialmente subscrito pela França, Alemanha, Itália e Inglaterra. A “Europa do Conhecimento” é largamente reconhecida como “factor insubstituível para o crescimento social e humano e como componente indispensável para a consolidação e o enriquecimento da cidadania europeia, capaz de dar aos cidadãos as competências necessárias para enfrentarem os desafios do novo milénio, juntamente com uma consciência de valores partilhados e pertencentes a um espaço social e cultural comum”<sup>54</sup>.

Posteriormente, em 19 de Junho de 1999, arrancou oficialmente a Declaração de Bolonha<sup>55</sup> que foi assinada por Ministros da Educação de 29 países europeus. Esta define um “conjunto de etapas e de passos a dar pelos sistemas de Ensino

---

<sup>52</sup> IDEM, *ibidem*, p. 309.

<sup>53</sup> MINISTERS IN CHARGE FOR FRANCE, GERMANY, ITALY AND THE UNITED KINGDOM. «Sorbonne Joint Declaration». 1998. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/395/SorbonneDeclaration1.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>54</sup> DGES. «Dimensão Europeia do Ensino Superior». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Dimens%C3%A3o+Europeia+do+Ensino+Superior/>, consultado em 20/12/07.

<sup>55</sup> MINISTROS EUROPEUS DA EDUCAÇÃO. «Declaração de Bolonha». 1999. Disponível em: [http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/394/Declaracao\\_Bolonha\\_portugues.pdf](http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/394/Declaracao_Bolonha_portugues.pdf), consultado em 20/12/07.

Superior Europeus no sentido de construir, até ao final da presente década, um Espaço Europeu de Ensino Superior globalmente harmonizado<sup>56</sup>.

A Declaração de Bolonha tem como objectivos gerais: o aumento da competitividade do sistema europeu de Ensino Superior e a promoção da mobilidade e empregabilidade dos diplomados no espaço europeu. Para atingir estes objectivos gerais torna-se necessário a obtenção dos seguintes objectivos específicos:

- a) A adopção de um sistema de graus comparável e facilmente inteligíveis, incluindo a aplicação do Suplemento ao Diploma<sup>57</sup>;*
- b) A adopção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos, pré e pós-graduado, incluindo:*
  - Um primeiro ciclo relevante para o mercado de trabalho;*
  - Um segundo ciclo requerendo ter completado um primeiro ciclo, de pelo menos três anos;*
- c) O estabelecimento de um sistema (de acumulação e transferência) de créditos, tal como o ECTS;*
- d) A promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e outro pessoal;*
- e) A cooperação na avaliação da qualidade;*
- d) A dimensão europeia do Ensino Superior<sup>58</sup>.*

Em Maio de 2001, em Praga<sup>59</sup>, na continuação do compromisso político em Bolonha, os Ministros da Educação Europeus acrescentam mais 3 linhas de acção:

- a) Promoção da aprendizagem ao longo da vida;*
- b) Maior envolvimento dos estudantes na gestão das Instituições de Ensino Superior;*
- c) Promoção da atractividade do Espaço Europeu do Ensino Superior<sup>60</sup>.*

<sup>56</sup> DGES. «O Processo de Bolonha». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>, consultado em 20/12/07.

<sup>57</sup> O Suplemento ao Diploma é um documento complementar ao diploma que é conferido no final de um programa de estudos e em que consta a descrição do sistema de Ensino Superior do país de origem do diploma, caracterizando a instituição que ministrou o ensino e que conferiu o diploma, a formação realizada e o seu objectivo, providenciando, igualmente, informação detalhada sobre a formação realizada e os resultados obtidos.

<sup>58</sup> PEDRO LOURTIE. «A Declaração de Bolonha». p. 2. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/PedroL.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>59</sup> MINISTROS EUROPEUS. «A CAMINHO DA ÁREA EUROPEIA DE ENSINO SUPERIOR - Comunicado do encontro dos Ministros Europeus do Ensino Superior». *Comunicado de Praga*. 2001. Disponível em: [http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/551/Declaracao\\_de\\_Praga.pdf](http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/551/Declaracao_de_Praga.pdf), consultado em 20/12/07.

<sup>60</sup> DGES. «O Processo de Bolonha». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>, consultado em 20/12/07.

Em 2003 em Berlim<sup>61</sup>, os Ministros responsáveis pela área do Ensino Superior de 33 países europeus, reafirmaram os objectivos definidos em Bolonha e em Praga e adicionaram os seguintes:

- a) A necessidade de promover vínculos mais estreitos entre o espaço europeu do Ensino Superior e o espaço europeu de investigação, de modo a fortalecer a capacidade investigadora da Europa, de forma a melhorar a qualidade e a atractividade do Ensino Superior europeu;*
- b) O alargamento do actual sistema de dois ciclos, incluindo um terceiro ciclo no Processo de Bolonha, constituído pelo Doutoramento, e aumentar a mobilidade quer ao nível do Doutoramento como do post-Doutoramento<sup>62</sup>.*

Em 2005 em Bergen<sup>63</sup>, os ministros dos 45 países participantes do Processo de Bolonha assumiram a definição das suas prioridades para 2007:

- a) “Reforço da dimensão social do programa e da mobilidade;*
- b) Implementação dos standards para a avaliação conforme proposto nas instituições europeias registadas e creditadas para o efeito (European Association for Quality Assurance (ENQA), Education International Pan-European Structure e Union of Industrial and Employers’ Confederation of Europe (UNICE);*
- c) Implementação das redes nacionais de qualificação;*
- d) Reconhecimento dos graus;*
- e) Criação oportunidades para a flexibilidade de aprendizagem no Ensino Superior<sup>64</sup>.*

Os ministros reafirmam também a importância dos objectivos de Berlim alusivos à “promoção de vínculos mais estreitos entre o espaço europeu do Ensino Superior e o espaço europeu de investigação e ao Doutoramento”<sup>65</sup>.

---

<sup>61</sup> MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO ENSINO SUPERIOR. «Comunicado Berlim». 2003. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/393/ComunicadodeBerlim1.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>62</sup> DGES. «O Processo de Bolonha». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>, consultado em 20/12/07.

<sup>63</sup> MINISTERS RESPONSIBLE FOR HIGHER EDUCATION. «Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education». *Comunicado de Bergen*, 2005. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/392/BergenCommunique1.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>64</sup> ROSA TOMÉ. «O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão». 2007. p. 3. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%E9.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>65</sup> DGES. «O Processo de Bolonha». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>, consultado em 20/12/07.

Neste âmbito e de acordo com *Alcina Martins* “o Processo de Bolonha tem por base um compromisso, assumido em 1999 por governantes de países europeus, que pretende harmonizar, até 2010, os graus e diplomas atribuídos, para facilitar as equivalências de cursos nas universidades dos 45 estados subscritos, a mobilidade e a empregabilidade dos estudantes no espaço comunitário. Pretende promover mudanças na forma de ensinar e aprender procurando tornar os alunos mais independentes e autónomos”<sup>66</sup>.

O Processo de Bolonha, pretende criar no espaço europeu um sistema de graus, comparável e facilmente compreensível por todos e que contribuiu de forma decisiva para a internacionalização de Ensino Superior.

Para alcançar os objectivos da Declaração de Bolonha são necessárias reformas nacionais e ao nível das instituições, bem como alterações nas atitudes.

### **5.1 Definição de créditos académicos ECTS - European Credit Transfer System, graus académicos e processo de qualidade**

Um dos aspectos mais relevantes da Declaração de Bolonha é a proposta de da generalização de uma unidade de estudo elementar coerente, tal como, um sistema de acumulação e transferência de créditos – ECTS. Este sistema foi criado pela comissão das Comunidades Europeias, com o objectivo de gerar procedimentos comuns que garantissem o reconhecimento sistemático de qualificações e da equivalência académica dos estudos efectuados noutros países.

Os créditos ECTS expressam a “quantidade de trabalho que cada módulo exige relativamente ao volume global de trabalho necessário para concluir com êxito um ano de estudos no estabelecimento, ou seja: aulas teóricas, trabalhos práticos, seminários, estágios, investigações ou inquéritos no terreno, trabalho pessoal — na biblioteca ou em casa — bem como exames ou outras formas de avaliação. Assim, o ECTS baseia-se no volume global de trabalho do estudante e não se

---

<sup>66</sup> ALCINA MARTINS. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. pp. 1 - 2. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

limita apenas às horas de aulas (contacto directo)”<sup>67</sup>, indicam o volume total de trabalho anual que cada módulo ou área exige no estabelecimento ou no departamento responsável pela atribuição dos créditos ECTS.

O sistema ECTS assenta no princípio de que “60 créditos medem a carga de trabalho em tempo integral ao longo de um ano académico para um estudante típico; normalmente, 30 créditos correspondem a um semestre e 20 a um trimestre, correspondendo 1 crédito a cerca de 30 horas de trabalho. A carga de trabalho de um programa de estudo integral na Europa atinge na maior parte dos casos 1500-1800 horas anuais por ano lectivo e nesses casos um crédito equivale a 25-30 horas de trabalho”<sup>68</sup>.

A utilização generalizada de uma unidade de estudo elementar coerente e de um sistema de acumulação e transferência de créditos, constitui-se como um objectivo para o reconhecimento sistemático de qualificações e períodos de estudos. Torna-se relevante a identificação de “níveis de referência comuns europeus, eventualmente por áreas do conhecimento”<sup>69</sup>.

As IES devem decidir como subdividir os créditos entre as diferentes disciplinas.

Outro dos objectivos da Declaração de Bolonha é promover as oportunidades de trabalho e a competitividade, para tal torna-se importante a adopção, por parte dos países signatários, de um sistema de graus facilmente compreensível e comparável, baseado em três ciclos. O primeiro ciclo corresponde ao grau de Licenciatura, o segundo ao grau de Mestrado e o terceiro ao grau de Doutoramento. A estrutura “Licenciatura/Mestrado/Doutoramento” converteu-se num padrão mundial e facilitou o reconhecimento dos graus na Europa.

O primeiro ciclo tem uma “duração compreendida entre seis e oito semestres (correspondentes a um mínimo de 180 correspondentes a um mínimo de 180 crédito ECTS) e visa assumir relevância para o mercado de trabalho europeu

---

<sup>67</sup> DGES. «ECTS: European Credit Transfer System (Sistema europeu de transferência de créditos)». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/ECTS/>, consultado em 20/12/07.

<sup>68</sup> DGES. «O Processo de Bolonha». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo%20de%20Bolonha/Objectivos/ECTS/>, consultado em 20/12/07.

<sup>69</sup> PEDRO LOURTIE. «A Declaração de Bolonha». p. 4. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/PedroL.pdf>, consultado em 20/12/07.

oferecendo um nível de qualificação apropriado”<sup>70</sup>. O segundo grau “terá uma duração compreendida entre três e quatro semestres (correspondentes a 90 ou 120 créditos ECTS), salvo algumas exceções”<sup>71</sup>.

Esta estrutura “Licenciatura/Mestrado/Doutoramento” tem como grande benefício “conjugar o equilíbrio entre a formação básica (o aprender a aprender), as capacidades transversais, os conhecimentos e habilidades específicas de uma disciplina e a competência profissional e a possibilidade de oferecer aos estudantes programas que permitem uma maior flexibilidade individual, encorajando assim também a mobilidade”<sup>72</sup>.

Contudo, dentro de cada um dos países signatários da Declaração de Bolonha existem IES que têm diferentes missões, níveis de autonomia, graus e em consequência estatutos. Estas diferenças reflectem-se em algumas dificuldades relativamente à universalização do reconhecimento de graus e créditos. Surge então a necessidade da avaliação da qualidade académica, como forma de desenvolver a confiança nos créditos e qualificações atribuídos pelos estabelecimentos, tanto a nível nacional como europeu.

No Processo de Bolonha a garantia de qualidade académica e de sistemas de avaliação externa e de acreditação, é uma ferramenta indispensável de promoção da dimensão europeia de garantia de qualidade. Uma vez que, na maior parte das IES da Europa Ocidental “subsiste uma relevante tradição de autonomia que se traduziu, em alguns casos, na ausência de mecanismos externos de vigilância e certificação, e, noutros, na implementação de formas de controlo de qualidade académica à margem da supervisão governamental. No entanto, tal situação está a ser alterada com celeridade, em virtude da consolidação do processo comunitário europeu e a consequente procura de integração económica e cultural da Europa”<sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> DGES. «Sistema de graus académicos». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Sistema+Graus/>, consultado em 20/12/07.

<sup>71</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>72</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>73</sup> DGES. «Garantia de qualidade». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Garantia+de+Qualidade/>, consultado em 20/12/07.

É de realçar que as IES até Bolonha abarcavam, “uma forte identidade local, o que constituiu uma diversidade de esquemas, normas e protótipos curriculares, alheios à dimensão europeia”<sup>74</sup>. Com o Processo de Bolonha, cada país tem que realizar uma reforma curricular de forma a alcançar a implementação de créditos e ciclos acordada.

No entanto, todo este processo depende da forma como as IES encararem o desafio da competência global e da importância de fomentar uma sociedade civil mais forte na Europa. Isto deve-se ao facto de estas instituições actuarem a nível mundial e terem um papel importante na inovação e desenvolvimento económico sustentável.

As IES possuem duplo papel com a Declaração de Bolonha, pois esta realça tanto a sua “contribuição para com o mercado de trabalho dos seus diplomados, como a necessidade de melhorar a sua competitividade e excelência à escala mundial”<sup>75</sup>.

De acordo com a Direcção Geral de Ensino Superior (DGES), no seguimento desta declaração o Ensino Superior evoluiu de forma fundamental, uma vez que, “por um lado trata-se de um sector cada vez mais integrado nas políticas económicas como factor chave da competitividade dos diplomados no seio da sociedade do conhecimento e dos estados e regiões no marco da globalização e, por outro lado, define a sua dimensão europeia medindo a sua pertinência e a sua qualidade cada vez mais em função do marco social e do bem público europeu do que do nacional”<sup>76</sup>.

Constata-se então, que um dos grandes desafios do Processo de Bolonha é garantir que as reformas levadas a cabo, sejam convergentes a nível europeu ou então que, pelo menos, não sejam divergentes, visto que as especificidades nacionais e os interesses das IES ou de grupo, podem condicionar o bom desenvolvimento do processo.

O futuro do Ensino Superior europeu depende da capacidade para gerir eficazmente a sua valiosa diversidade. Torna-se imprescindível reforçar a

---

<sup>74</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>75</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>76</sup> IDEM, *ibidem*.



colaboração académica entre as IES para que, sem prejuízo da sua autonomia, se apoiem mutuamente a fim de melhorar a qualidade dos seus programas.

## **5.2. O Processo de Bolonha em Portugal e alguns posicionamentos e reacções**

O Processo de Bolonha favoreceu a reflexão sobre o Ensino Superior em Portugal e seu enquadramento no espaço europeu.

“O Programa do XVII Governo estabeleceu como um dos objectivos essenciais da política para o Ensino Superior, no período de 2005-2009, garantir a qualificação dos portugueses no espaço europeu, concretizando o Processo de Bolonha oportunidade única para incentivar a frequência do Ensino Superior, melhorar a qualidade e a relevância das formações oferecidas, fomentar a mobilidade dos nossos estudantes e diplomados e a internacionalização das nossas formações”<sup>77</sup>.

Numa revisão à legislação podemos verificar que na sequência dos compromissos assumidos no âmbito do Processo de Bolonha, foi publicado o Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro que aprova os princípios reguladores dos instrumentos para a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, nomeadamente no que concerne ao Suplemento ao Diploma.

Posteriormente, surge a Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto, que corresponde à segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e a primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior.

Esta lei consagra:

- *a criação de condições para que todos os cidadãos possam ter acesso à aprendizagem ao longo da vida, modificando as condições de acesso ao Ensino Superior para os que nele não ingressaram na idade de referência, atribuindo aos estabelecimentos de Ensino Superior a responsabilidade pela sua selecção e criando condições para o reconhecimento da experiência profissional;*
- *a adopção do modelo de organização do Ensino Superior em três ciclos;*

---

<sup>77</sup> DIÁRIO DA REPÚBLICA—I SÉRIE-A. «Decreto-Lei n.º 74/ 2006 de 24 de Março». 2006. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/060A00/22422257.PDF>, consultado em 20/12/07.

- a transição de um sistema de ensino baseado na ideia da transmissão de conhecimentos para um sistema baseado no desenvolvimento de competências;
- a adopção do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS—European Credit Transfer and Accumulation System), baseado no trabalho dos estudantes<sup>78</sup>.

O Decreto-Lei 64/2006 regulamenta as provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do Ensino Superior dos maiores de 23 anos.

Posteriormente, surge o Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, relativo ao novo modelo de organização do Ensino Superior, que está na base da adequação dos cursos de Ensino Superior em Portugal, no âmbito do Processo de Bolonha.

O Ensino Superior é organizado em três ciclos de formação (conducentes, respectivamente, ao grau de licenciado, Mestre e doutor), que já existiam anteriormente ao processo de Bolonha. A duração do 1.º ciclo (grau de licenciado) e 2.º ciclo (grau de Mestre) deve completar cinco anos e o 3.º ciclo (grau de doutor) três anos. “A diferença reside no encurtamento de formações, na redução a efectuar na formação do ciclo inicial. Deste modo, a duração de uma Licenciatura de 5 anos, no sistema anterior, pode variar hoje entre uma formação de 1.º ciclo e 2.º ciclo, consoante se trate ou não de uma profissão regulamentada no espaço europeu”<sup>79</sup>. O Processo de Bolonha não obriga a qualquer alteração do sistema de graus nacional mas sim na sua duração.

No que diz respeito ao sistema de equivalências e reconhecimentos nacional, este necessita de “ser revisto, à luz da Convenção de Lisboa, já ratificada por Portugal, independentemente do Processo de Bolonha”<sup>80</sup>. De acordo com *Pedro Lourtie*, o sistema de equivalência de qualificações a nível nacional é de grande dificuldade entre IES nacionais, entre politécnicos e universidades. O mesmo autor refere ainda que a “abordagem nacional é fortemente centrada na equivalência estrita dos conteúdos e muito pouco nas competências

<sup>78</sup> DGES. «Situação em Portugal». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/Situa%C3%A7%C3%A3o+em+Portugal/>, consultado em 20/12/07.

<sup>79</sup> ALCINA MARTINS. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. p. 2. Disponível: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>80</sup> PEDRO LOURTIE. «A Declaração de Bolonha». p. 9. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/PedroL.pdf>, consultado em 20/12/07.

desenvolvidas, o que sendo consistente com a forma como é definida a maioria dos planos de estudos nacionais, é posto em causa pela Convenção de Lisboa e, mais ainda, pela Declaração de Bolonha”<sup>81</sup>. Na realidade nacional é dominante o termo de equivalência, porém, a nível internacional este é cada vez mais substituído pelo termo de reconhecimento.

Relativamente ao sistema de créditos nacional, este distancia-se das tendências europeias pois baseia-se em horas de contacto e numa tipologia dificilmente interpretável em imensas áreas do conhecimento. Quanto aos ECTS estes baseiam-se essencialmente na carga de trabalho. Para Portugal e grande parte dos países europeus a implementação de créditos ECTS implica uma alteração dos paradigmas educacionais, tais como:

- *O processo de formação deixa de ser centrado no ensino e passa a ser centrado na aprendizagem, ou seja, no estudante e a carga de trabalho dos estudantes neste sistema, consiste no tempo requerido para completar todas as actividades de aprendizagem planeadas tal como aulas teóricas, seminários, estudo individual, preparação de projectos, exames, etc.;*
- *As Metodologias de aprendizagem devem propiciar o desenvolvimento não só de competências específicas, mas também ter capacidades e competências horizontais, como sejam o aprender a pensar, o espírito crítico, o aprender a aprender, a capacidade para analisar situações e resolver problemas, as capacidades comunicativas, a liderança, a inovação, a integração em equipa, a adaptação à mudança, etc.;*
- *O papel do professor vai além do espaço físico da aula e passa a assumir funções de orientador, de apoio e de suporte;*
- *As áreas das instituições tais como bibliotecas, laboratórios, etc. são considerados espaços de aprendizagem;*
- *Torna relevante o acesso à informação – escrita, oral, Internet - a capacidade de a seleccionar, de a organizar e de a sintetizar;*
- *Permite flexibilizar os percursos formativos*<sup>82</sup>.

De acordo com Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março<sup>83</sup>, pode-se abordar o número de créditos dos ciclos em Portugal. Neste sentido, no que se refere ao 1.º Ciclo (Licenciatura) e de acordo com o artigo 8.º alínea1, no âmbito do ensino politécnico, o “ciclo de estudos conducentes ao grau de licenciado tem 180

---

<sup>81</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 9 - 10.

<sup>82</sup> DGES. «ECTS: European Credit Transfer System (Sistema europeu de transferência de créditos)». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/ECTS/>, consultado em 20/12/07.

<sup>83</sup> DIÁRIO DA REPÚBLICA—I SÉRIE-A. «Decreto-Lei n.º 74/ 2006 de 24 de Março». 2006. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/060A00/22422257.PDF>, consultado em 20/12/07.

créditos, e uma duração normal de seis semestres curriculares de trabalho dos alunos”<sup>84</sup>. No entanto, e de acordo com o artigo 8.º alínea 2, “exceptuam-se do disposto no número anterior os casos em que seja indispensável, para o acesso ao exercício de determinada actividade profissional, uma formação de até 240 créditos, com uma duração normal de até sete ou oito semestres curriculares de trabalho, em consequência de normas jurídicas expressas, nacionais ou da União Europeia, ou de uma prática consolidada em instituições de referência de Ensino Superior do espaço europeu”<sup>85</sup>.

O ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado no ensino universitário tem 180 a 240 créditos e uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho dos alunos (artigo 9.º alínea 1). De acordo com o artigo 9.º alínea 2 “na fixação do número de créditos deste ciclo de estudos para as diferentes áreas de formação, os estabelecimentos de ensino universitário devem adoptar valores similares aos de instituições de referência de ensino universitário do espaço europeu nas mesmas áreas, tendo em vista assegurar aos estudantes portugueses condições de mobilidade e de formação e de integração profissional semelhantes, em duração e conteúdo, às dos restantes Estados que integram aquele espaço”<sup>86</sup>.

Relativamente ao 2.º Ciclo (Mestrado) e de acordo com o artigo 18.º alínea 1, o ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre tem 90 a 120 créditos e uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho dos alunos. Excepcionalmente, o ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre numa especialidade pode ter 60 créditos e uma duração normal de dois semestres curriculares de trabalho em consequência de uma prática estável e consolidada internacionalmente nessa especialidade (artigo 18.º alínea 2).

De acordo com o artigo 19.º alínea 1, “no ensino universitário, o grau de Mestre pode igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado, com 300 a 360 créditos e uma duração normal compreendida entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho, nos casos em que, para o acesso ao exercício de uma determinada actividade profissional, essa duração: seja fixada por normas legais

---

<sup>84</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>85</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>86</sup> IDEM, *ibidem*.

da União Europeia e que resulte de uma prática estável e consolidada na União Europeia”<sup>87</sup>.

No ciclo de estudos, referido no parágrafo anterior, é conferido o grau de licenciado aos que tenham realizado os 180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho (artigo 19.º alínea 3).

Quanto ao 3.º ciclo (Doutoramento), e de acordo com o artigo 31.º, o ciclo de estudos conducente ao grau de doutor integra: a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade; assim como a eventual realização de unidades curriculares (UC) dirigidas à formação para a investigação, cujo conjunto se denomina curso de Doutoramento, sempre que as respectivas normas regulamentares o prevejam.

O Ensino Superior é organizado em três ciclos de formação os quais são objecto de acreditação prévia<sup>88</sup>. Cada ciclo é estruturado de acordo com o sistema europeu de créditos curriculares, e visa a passagem de um sistema de ensino baseado na ideia da transmissão de conhecimentos para um sistema baseado no desenvolvimento de competências e a promoção da mobilidade e da competitividade profissional.

De acordo com *Alcina Martins* as “instituições públicas, universitárias, do ensino politécnico e do ensino privado apresentaram em Março e Novembro de 2006, à Direcção Geral de Ensino Superior, as propostas de reestruturação dos cursos para registo de adequação/ autorização de funcionamento, no âmbito de Bolonha, para funcionarem nos anos lectivos 2006/07 e 2007/08”<sup>89</sup>. A agência de acreditação é uma entidade dotada de autonomia científica e técnica e articula-se com os estabelecimentos de Ensino Superior, as associações profissionais e outras entidades relevantes. A mesma é “criada pelo Conselho de Ministros

---

<sup>87</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>88</sup> Veja-se artigo 54 do Decreto-Lei n.º 74/ 2006 de 24 de Março.

<sup>89</sup> ALCINA MARTINS. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. p. 2. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

(Fevereiro 2007) e terá até 2009 que reapreciar todos os processos adaptados a Bolonha, calculando-se cerca de 2500 cursos”<sup>90</sup>.

Em Março de 2007, foi apresentada uma proposta de Lei para Avaliação da Qualidade do Ensino Superior e em Julho foi aprovada na generalidade a lei para reestruturação das Instituições de Ensino Superior. A existência de sistemas de avaliação da qualidade credíveis é essencial ao processo de Bolonha.

A Declaração de Bolonha estabelece objectivos que tocam com todos os aspectos de política do Ensino Superior e é de realçar que se esta declaração prevê a cooperação no espaço europeu para ser competitivo a nível internacional mais vasto, também está-se a competir no próprio espaço europeu.

De acordo com *Rosa Tomé*, “a partir de 2001 o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), em 2002 o Conselho Nacional de Educação (CNE) e em 2004 o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (CCISP) manifestaram publicamente a sua posição de reconhecimento da importância da adesão aos processo de Bolonha”<sup>91</sup>. Porém, surgiram também discursos no sentido de não se perder a pluralidade dos percursos nacionais e consequentemente levar a uma uniformização e homogeneização.

O CNE realça a importância de “inscrever a abordagem do Processo de Bolonha num quadro mais global e inserido numa perspectiva estratégica de mudança do Ensino Superior em Portugal, que passa pelo reforço da sua qualidade e em que o papel e condições da investigação devem ser, por isso mesmo, valorizados”<sup>92</sup>. No entanto, a atenção pela forma como foi implementado o Processo de Bolonha, um projecto de homogeneização dos graus e diplomas atribuídos em toda a Europa com o objectivo de facilitar a mobilidade e empregabilidade dos estudantes no espaço comunitário. O mesmo menciona ainda que a “aplicação de Bolonha traduziu-se numa redução substancial do número de horas de aulas, sem o devido apoio tutorial por parte dos professores

---

<sup>90</sup> Cf. FENPROF. «Agência de Acreditação vai reavaliar todos os cursos superiores até 2009». 2007. Disponível em: <http://www.fenprof.pt/SUPERIOR/?aba=37&cat=103&doc=2138&mid=132>, consultado em 20/12/07.

<sup>91</sup> ROSA TOMÉ. «O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão». 2007. p. 6. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%E9.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>92</sup> CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. «A Declaração de Bolonha e o Sistema de Graus no Ensino Superior – Parecer do Conselho Nacional de Educação». 2002. p. 6. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/CNE.pdf>, consultado em 20/12/07.

e sem o desenvolvimento das capacidades de trabalho autónomo por parte dos alunos, o que "pode levar-nos para um caminho de perda de qualidade e de aprofundamento das desigualdades sociais"<sup>93</sup>.

De acordo com *Alcina Martins* o "Delegado Nacional do Processo de Bolonha, e o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos fazem um "balanço negativo", considerando que a tutela deveria ter aproveitado Bolonha para ordenar a oferta educativa encontrando-se o primeiro preocupado com a qualidade da formação, que vai levar tempo a analisar e a corrigir"<sup>94</sup>.

O CRUP reconhece a "relevância da política de criação de um espaço europeu do Ensino Superior como contribuição para uma maior integração europeia"<sup>95</sup> e afirma que as "universidades públicas portuguesas estão empenhadas em participar activamente neste processo de convergência e de reconhecimento da situação concreta e específica da realidade portuguesa"<sup>96</sup>. No entanto, para o presidente do CRUP "a percepção é que, por parte do Estado, houve uma desvalorização política do processo. O ano de arranque de Bolonha coincidiu com o de desinvestimento no Ensino Superior"<sup>97</sup>.

O CNE constata também que o processo de Bolonha é condicionado por preocupações quanto a implicações de natureza financeira, e preconiza "uma clarificação prévia, por parte do Governo, no sentido de que a evolução para formações mais curtas não acarretará uma desresponsabilização do Estado no que respeita ao financiamento do sistema de Ensino Superior, incluindo percursos posteriores ao ciclo de formação inicial, sem prejuízo, naturalmente, dos requisitos de qualidade a serem cumpridos"<sup>98</sup>.

---

<sup>93</sup> SOL. «Conselho critica aplicação do Processo de Bolonha». 2007. Disponível em: [http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content\\_id=24793](http://sol.sapo.pt/PaginalInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=24793), consultado em 20/12/07.

<sup>94</sup> ALCINA MARTINS. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. p. 3. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>95</sup> CRUP. «Posição do CRUP sobre a Declaração de Bolonha». 2001. p. 1. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/CRUP.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>96</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>97</sup> ALCINA MARTINS. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. pp. 2 - 3. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>98</sup> CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. «A Declaração de Bolonha e o Sistema de Graus no Ensino Superior – Parecer do Conselho Nacional de Educação». 2002. p. 7. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/CNE.pdf>, consultado em 20/12/07.

Segundo o documento “Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, Grupos por Área de Conhecimento” constata-se que “os grandes objectivos da Declaração e dos sucessivos textos subsequentes, são merecedores de concordância e de adesão”<sup>99</sup>, porém realçam “o risco de que a implementação do processo de Bolonha possa vir a traduzir-se numa degradação da qualidade da formação superior, por via da contracção da sua duração”<sup>100</sup>. No mesmo documento podemos também verificar que existe mesmo quem “tema que o processo encubra desígnios que visem diminuir o investimento na educação, muito embora se reconheça a vantagem e a necessidade de racionalizar e otimizar recursos, suprimindo factores de desperdício”<sup>101</sup>.

Recorrendo a *Alcina Martins*, se atendermos aos trabalhos de *Almerindo Janela Afonso* e nomeadamente ao artigo de *Fátima Antunes (2006)* podemos salientar dois aspectos relacionados com o Processo de Bolonha:

1. O défice democrático - as decisões políticas envolveram principalmente ou exclusivamente os Ministros da Educação ou os Chefes de Estado e de Governo, levando à eliminação sumária e extra-legal dos controlos democráticos inerentes ao processos políticos estabelecidos nos sistemas nacionais. No caso de Bolonha só recentemente têm vindo a participar, “nos debates e grupos de trabalho, entidades que agregam, ao nível europeu, Instituições de Ensino Superior e associações de estudantes, tendo os docentes e investigadores sido liminarmente excluídos até à 4ª ou 5ª Conferência Ministerial de Maio de 2005 em Bergen, na Noruega”. O desenvolvimento das políticas educativas tem-se vindo a afastar dos princípios democráticos de representatividade, legitimidade e negociação”.

2. A deslocação do processo de formação das políticas para a educação em direcção ao nível supranacional provoca uma mudança do papel do Estado, “reservando a responsabilidade em última instância e a autoridade sobre a regulação, mas transferindo o seu exercício e controlo directos para outras entidades ou actores, por exemplo, agências de avaliação, de certificação ou de acreditação”. “A adopção e generalização de formas de acreditação de âmbito europeu, ou mesmo que nacional (...) sendo susceptíveis de aprofundar o impacto das lógicas mercantis e concorrenciais no sector e de reduzir à sua mínima expressão os valores, as lógicas e poderes associados ao trabalho académico”<sup>102</sup>.

<sup>99</sup> MANUEL BRAGA DA CRUZ. «Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, Grupos por Área de Conhecimento». 2004. pp. 4 - 5. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Bolonha%20C.Sociais%20%20&%20Servi%20o%20Social.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>100</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>101</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>102</sup> ALCINA MARTINS. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. p. 3. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.



De acordo com *Fátima Antunes* constata-se então que os efeitos indirectos das dinâmicas de globalização no campo da educação são visíveis, quer nas mutações do processo de elaboração das políticas educativas, quer na reconfiguração da governação da educação<sup>103</sup>.

*Rosa Tomé*, afirma ainda que surgem algumas críticas no âmbito do sector político, nomeadamente: “a cedência em primeiro lugar aos objectivos do mercado e a consequente natureza classista e elitista da organização de um sistema de Ensino Superior que perde a referência da formação pessoal, social e da cultura intelectual, para uma formação curta, instrumentalizada para o mercado. Esta formulação questiona o processo, nos seus objectivos sociais, para a promoção da coesão social na Europa”<sup>104</sup>.

Com o Processo de Bolonha assiste-se a uma tendência para a redução da duração das formações iniciais no Ensino Superior, o que se verifica na maioria dos Países. “A certificação de aprendizagens de nível superior ligadas a formações mais curtas, não constando dos objectivos explícitos da Declaração de Bolonha, esteve no entanto implicitamente presente na génese do processo, tendo em vista procurar responder a uma maior diversidade de vocações e capacidades e, por essa via, atenuar as taxas de abandono, bem como defender a competitividade do sistema europeu de Ensino Superior”<sup>105</sup>. No entanto, a redução tendencial da duração das formações iniciais podem traduzir-se numa degradação da qualidade da formação superior.

*Rosa Tomé*, menciona que existe quem suspeite de determinações economicistas subjacentes à forma como tem sido assumido o desenrolar do processo e que as consequências fizeram-se sentir principalmente ao “nível da qualidade do ensino e nas condições de contratação e de trabalho dos

---

<sup>103</sup> FÁTIMA ANTUNES. «Governação e Espaço Europeu de Educação: regulação da educação e visões para o projecto Europa», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 75, Outubro 2006.

<sup>104</sup> ROSA TOMÉ. «O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão». 2007. p. 2. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%E9.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>105</sup> CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. «A Declaração de Bolonha e o Sistema de Graus no Ensino Superior – Parecer do Conselho Nacional de Educação». 2002. p. 4. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/CNE.pdf>, consultado em 20/12/07.

investigadores, professores universitários e funcionários dos estabelecimentos de Ensino Superior”<sup>106</sup>.

Tendo em conta a importância do Processo de Bolonha para o futuro do Ensino Superior em Portugal, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) considera que é muito negativo:

*a) Que não tenha sido, afinal, constituído o grupo de missão para promover uma correcta aplicação do Processo de Bolonha nas instituições;*

*b) Que se acentue a instabilidade em muitas escolas do Politécnico e em algumas Universidades, devido aos cortes orçamentais sofridos e às perspectivas de novos cortes no futuro, que têm provocado uma crescente insegurança de emprego e o despedimento de muitos docentes contratados a prazo, por ausência de oportunidades de passagem ao quadro;*

*c) Que esta situação de incerteza quanto ao futuro de instituições e de docentes esteja a impossibilitar o clima de serenidade necessário à consolidação e ao desenvolvimento dos projectos indispensáveis à viabilização das instituições e ao pleno aproveitamento das capacidades instaladas em recursos humanos qualificados em benefício do desenvolvimento do país”<sup>107</sup>.*

A FENPROF destaca “a necessidade de o Governo e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) criarem as bases materiais – e não apenas as legislativas – necessárias para que a aplicação do Processo de Bolonha não venha a revelar-se uma oportunidade perdida que acabe por colocar o nosso país em grande desvantagem face aos países da União Europeia (UE), realizando-se assim o objectivo, indiciado por um relatório de um grupo de trabalho da Comissão Europeia, de remeter o nosso país para um papel secundário e desvalorizado no âmbito do futuro espaço europeu do Ensino Superior”<sup>108</sup>.

No que diz respeito ao papel dos estudantes no Processo de Bolonha, considera-se que é central e reconhecido internacionalmente e de acordo com *João Pita* “a Lei consagra a participação dos estudantes na avaliação interna das IES, como elementos a serem consultados nos processos de avaliação externa e

---

<sup>106</sup> ROSA TOMÉ. «O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão». 2007. p. 7. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%E9.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>107</sup> FENPROF. «Posição da FENPROF a propósito do Anteprojecto de Decreto-Lei dos graus académicos e diplomas do Ensino Superior». 2005. p. 2. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Posi%E7%E3o%20da%20FENPROF.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>108</sup> IDEM, *ibidem*.

ainda com representação do Conselho Consultivo da Agência de Avaliação”<sup>109</sup>. No entanto, e de acordo com o autor “Portugal está no lote dos países que não coloca os estudantes como parceiros na tomada de decisão dos painéis externos nem no governo da Agência de Avaliação”<sup>110</sup>. Assim sendo, verifica-se que o Processo de Bolonha em Portugal foi implementado sem debate com os estudantes, porém “os estudantes são membros de pleno Direito do processo avaliativo, que apenas tem a ganhar com a sua presença eficaz e responsável, desde que entendida como membros de pleno Direito”<sup>111</sup>.

Constata-se que na actualidade e passado 10 anos depois da Declaração de Bolonha de Junho de 1999, “Portugal está, entre 48 participantes, no grupo restrito de cinco países - a par de Dinamarca, Suécia, Irlanda e Escócia - que cumprem todas as exigências para ter a transformação dos seus sistemas de Ensino Superior concluída no final de 2010”<sup>112</sup>. De acordo com *Pedro Sousa Tavares*<sup>113</sup>, 98% dos cursos nacionais já se adequaram ao Processo de Bolonha mudando o sistema de graus e diplomas, de acordo com as regras europeias, porém só tinham de estar concluídas em 2010.

Numa conferência internacional serão apresentadas as conclusões, que se baseiam na análise de “10 indicadores, distribuídos por três grupos - sistemas de controlo de qualidade, reconhecimento de graus e mobilidade internacional -, em que o País aparece a “verde” em todas as categorias”<sup>114</sup>. De acordo com a afirmação do secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Heitor*, “são dados que mostram que somos bons alunos de Bolonha”<sup>115</sup>. Acrescentou ainda que “a nível internacional, vêm credibilizar o Ensino Superior

---

<sup>109</sup> JOÃO PITA. «A centralidade estudantil no Processo de Avaliação». In *Seminário sobre Qualidade e Acreditação*. Aprofundar Bolonha. Universidade de Coimbra. 30 de Abril de 2009. p. 5.

<sup>110</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>111</sup> IDEM, *ibidem*. p. 7.

<sup>112</sup> PARAR BOLONHA. «Portugal é dos mais rápidos a cumprir Bolonha na UE». 27 de Abril de 2009. Disponível em: <http://pararbolonha.blogspot.com/>, consultado em 28/04/09.

<sup>113</sup> PEDRO TAVARES. «Portugal é dos mais rápidos a cumprir Bolonha na UE». In *Diário de Notícias de Portugal*, 27 de Abril de 2009. Disponível em: [http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1213355](http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1213355), consultado em 28/04/09.

<sup>114</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>115</sup> IDEM, *ibidem*.

português, porque somos o único país do Sul da Europa com estes indicadores"<sup>116</sup>.

No entanto, esta opinião não é compartilhada por alguns dirigentes de IES, professores e alunos ouvidos pelo Diário de Notícias (DN). Estes afirmam que "Bolonha foi aplicada "à pressa" e sem qualidade. Isto é, sem uma adaptação da filosofia do ensino aos novos objectivos: a promoção da empregabilidade dos cursos e a orientação do ensino para a busca do conhecimento"<sup>117</sup>. Mais afirmam que "Portugal ainda não tem em funcionamento a Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior que irá verificar a qualidade da oferta que é prestada pelas universidades"<sup>118</sup>.

Na mesma notícia, realça ainda que "os novos cursos continuam, ainda assim, a ser encarados com desconfiança pelo mercado de trabalho e por alguns grupos profissionais, que passaram a defender o Mestrado como qualificação mínima"<sup>119</sup>. Porém, *Manuel Heitor* "garantiu que estas formações de menor duração são "irreversíveis" e para respeitar"<sup>120</sup>.

---

<sup>116</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>117</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>118</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>119</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>120</sup> IDEM, *ibidem*.

## CAPÍTULO II

### CONCEPÇÕES E TRAJECTÓRIA DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo, pretende-se abordar duas temáticas importantes para a formação em Serviço Social: as concepções e a trajectória desta formação académica em Portugal.

Na primeira temática, analisa-se as concepções teóricas da formação em Serviço Social e apresentam-se as propostas curriculares das organizações da categoria profissional no Brasil (ABESS e CEDEPSS), aborda-se o documento de referência para formação académica em Serviço Social das organizações internacionais da profissão (AIETS Y FITS) e faz-se uma breve apresentação à proposta de formação em Serviço Social para adequação ao Processo de Bolonha em Espanha (ANECA).

No documento *da AIETS Y FITS* aborda-se a definição internacional e finalidades do Serviço Social e são apresentados os *Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social*. Serão apresentados os padrões referentes aos objectivos programáticos e seus resultados; ao Programa Curricular, incluindo o estágio; ao Programa Curricular Básico (*Domínio do Serviço Social, Domínio do Assistente Social Componente Prática e Paradigma da Profissão*); à diversidade cultural, étnica e inclusão de género e por fim os Padrões referentes aos valores e códigos éticos de conduta do Serviço Social.

No que diz respeito, à segunda temática abordada neste capítulo, pretende-se conhecer a trajectória da formação académica em Serviço Social, nomeadamente até ao Processo de Bolonha; durante o processo de adequação desta Licenciatura e por fim apresenta-se a situação desta formação académica após o Processo de Bolonha (1.º ciclo).

## 1. Concepções da Formação em Serviço Social

### 1.1. Concepções teóricas da formação em Serviço Social

Emerge desde já a necessidade de clarificar a concepção de Serviço Social adoptada. Deste modo, considera-se o Serviço Social como sendo uma profissão socialmente construída e inserida na divisão social do trabalho. *Alcina Martins*, deixa claro que “a análise do Serviço Social como profissão socialmente construída, inserida na divisão social do trabalho, implica uma abordagem dos contextos sócio-históricos em que o Serviço Social se desenvolveu e a forma como os profissionais foram respondendo às questões e aos desafios que se foram colocando na sociedade, nas várias conjunturas históricas”<sup>121</sup>. Neste contexto e segundo *Myrian Veras Baptista*, a prática profissional é então uma “intervenção socialmente construída, posta, na divisão sócio-técnica do trabalho. Portanto, não é simplesmente fruto da decisão de grupos determinados: existem, no tipo de relações sociais que se estabelecem no capitalismo monopolista, necessidades e expectativas de práticas determinadas, legitimadas pela sociedade; dentre estas se situam aquelas que cabem ao assistente social executar”<sup>122</sup>.

O Serviço Social Português tem a sua génese no “contexto do ideário republicano, no regime monárquico”<sup>123</sup>. O projecto republicano apresenta-se com ideais de solidarismo e com estratégias de secularização e laicização, numa alternativa à caridade e à intervenção da igreja relativamente à assistência. O Serviço Social é considerado um projecto da I República que emerge como alternativa às tradicionais formas de intervenção no domínio da assistência. Contudo, a crise social e financeira da I República tornaram o regime republicano impopular, o que fez com que o Serviço Social não tivesse as condições necessárias para se desenvolver.

---

<sup>121</sup> ALCINA MARTINS. «Serviço Social e Investigação», in *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajetória?*, Lisboa, São Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, 1999, p.45.

<sup>122</sup> MYRIAN BAPTISTA. «A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social», in *Cadernos ABESS n.º 5 – A Produção do Conhecimento e o Serviço Social*, Maio, 1992, p. 89.

<sup>123</sup> ALCINA MARTINS. «Serviço Social e Investigação», in *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajetória?*, Lisboa, São Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, 1999, pp.45 - 46.

Em pleno Estado Novo, surge uma aliança entre o Estado e a Igreja Católica e de acordo com *Alcina Martins*, “a institucionalização do Serviço Social, na conjuntura de aliança do Estado Novo com a Igreja Católica, vem assim, servir tanto os interesses do Estado quanto os da Igreja”<sup>124</sup>.

A institucionalização do Serviço Social surge no contexto sócio-político do Estado Novo, através da proposta de criação das primeiras três escolas em Lisboa, Porto e Coimbra com a responsabilidade pela formação de Assistentes Sociais segundo princípios e planos de estudo legalmente aprovados.

Em todo o percurso de mudança no Serviço Social é essencial perceber a existência de actores envolvidos. *Maria Augusta Negreiros*<sup>125</sup>, expõe que existem vários *actores sociais* que são estruturas permanentes nos processos de profissionalização. Estes estão em interacção e mantêm relações de articulação/ conflito.

A autora identifica como actores sociais presentes: o *Estado* “pelo seu poder de licenciar/ reconhecer e credenciar a formação académica e, pelo poder regulador que detem na negociação e estruturação das carreiras profissionais”<sup>126</sup>; as *Estruturas Académicas* enquanto produtoras e reprodutoras dos conhecimentos e com impacto na “formulação das competências teóricas necessárias face aos campos de intervenção e aos desafios e papéis sociais a desempenhar”<sup>127</sup> e o *Corpo Profissional* e seus representantes, enquanto actores interessados em dar “legitimidade, sentido e significado social”<sup>128</sup> a todas as lutas realizadas.

As questões da educação, da formação e qualificação ocupam um espaço estratégico na estruturação das profissões. Torna-se necessário conhecer as particularidades da articulação entre a prática profissional e a formação, numa relação de continuidade e de ruptura com esse processo. *Marilda Iamamoto* traz uma importante contribuição à discussão mencionando, que é uma relação de continuidade, uma vez que preserva as conquistas obtidas, no entanto, é também

---

<sup>124</sup> IDEM, *ibidem*, p.47.

<sup>125</sup> MARIA AUGUSTA NEGREIROS. «Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social – o caso português», in *Serviço Social, Profissão & Identidade, Que Trajectória?*, Lisboa/ São Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, 1999. p. 38.

<sup>126</sup> IDEM, *ibidem*, p. 39.

<sup>127</sup> IDEM, *ibidem*, p. 40.

<sup>128</sup> IDEM, *ibidem*, p. 41.

uma relação de ruptura no que diz respeito a alguns impasses que se verificam e que se consubstanciam em reclamações da própria categoria profissional<sup>129</sup>.

Um dos maiores desafios para o Serviço Social diz respeito à forma como enfrenta as refrações da questão social, quer seja no campo da formação ou no próprio campo do trabalho. A base da fundação do Serviço Social enquanto especialização do trabalho encontra-se na questão social. Esta é “apreendida enquanto o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”<sup>130</sup>.

No campo do trabalho, propriamente dito, o assistente social enfrenta condições desfavoráveis devido a transformações societárias e alterações político – institucionais. Conforme *Paulo Netto*, isto ocorre, porque “inseguros pelas fragilidades da sua formação (ou por causa de uma formação que não responde à realidade em que se inserem), desmotivados pelas baixas remunerações, pressionados pela concorrência de outros profissionais (aparentemente mais “seguros”, mais “legitimados”), condicionados ainda por um lastro conservador em relação aos seus papéis e atribuições – por isso e muito mais, é frequente uma atitude defensiva e pouco ousada dos Assistentes Sociais em face das novas demandas, o que acarreta a perda de possibilidades de ampliação do espaço profissional”<sup>131</sup>.

Um projecto de formação profissional em Serviço Social deve sintetizar as discussões acerca do perfil profissional exigido frente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, bem como na categoria profissional.

*Paulo Netto*, traz importantes contributos relacionados com o perfil profissional dos Assistentes Sociais. O autor aponta que a questão que se coloca é a do perfil que se pretende garantir: “um técnico treinado para intervir num campo de ação

---

<sup>129</sup> MARILDA VILLELA IAMAMOTO. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez Editora, 1998. p. 52.

<sup>130</sup> MARILDA VILLELA IAMAMOTO. «As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo». p. 16. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf), consultado em 18/12/2008.

<sup>131</sup> PAULO NETTO. «Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil», in *Serviço Social & Sociedade* n.º 50 – *O Serviço Social no Século XXI*, Ano XVII, Abril, São Paulo, Cortez Editora, 1996, p. 111.



determinado com a máxima eficácia operativa ou um *intelectual* que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social”<sup>132</sup>. O autor remete então para dois “paradigmas” de profissional: o técnico e o intelectual. O profissional técnico “bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho *tal como elas se apresentam*”<sup>133</sup> ou o profissional “intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua *compreensão teórico-crítica*, identificando a significação, os limites e as alternativas da acção focalizada”<sup>134</sup>.

Com relação aos perfis profissionais dos Assistentes Sociais, *Braga da Cruz*<sup>135</sup> refere que, existem perfis mais técnicos e outros mais científicos, existindo deste modo uma distinção entre cientistas sociais e técnicos sociais. Os cientistas sociais pressupõem desempenhos com a “capacidade para funções de diagnóstico e concepção, não se limitando a meras actividades de intervenção”<sup>136</sup>. Os técnicos sociais “são profissionais com formação aplicada e desempenho mais centrado na intervenção social, com menos actividades de análise ou de estudo de estruturas e situações sociais”<sup>137</sup>. Deste modo, os técnicos sociais necessitam de uma formação mais curta e de cariz politécnico, enquanto que, os cientistas sociais necessitam de uma formação científica mais ampla e de cariz universitário<sup>138</sup>.

O autor considera que a formação universitária de cientistas sociais e a formação politécnica de técnicos de intervenção social implica formações distintas. Mediante isto, a formação universitária de cientistas sociais “deve contemplar e harmonizar, na formação académica básica, uma sólida preparação teórica científica e uma indispensável preparação metodológica e técnica, e na

---

<sup>132</sup> IDEM, *ibidem*, pp. 125 e 126.

<sup>133</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>134</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>135</sup> MANUEL BRAGA DA CRUZ. «Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, Grupos por Área de Conhecimento». 2004. pp. 4 - 5. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Bolonha%20C.Sociais%20%20&%20Servi%E7o%20Social.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>136</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>137</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>138</sup> IDEM, *ibidem*.

formação avançada, níveis de especialização sectorial”<sup>139</sup>. Já a formação politécnica de intervenção social “deve facultar uma boa compreensão básica da realidade social, e proporcionar um adestramento prático das Metodologias e técnicas de intervenção”<sup>140</sup>.

Inicialmente a profissão de assistente social estava muito ligada à mera actividade de intervenção porém, actualmente a profissão evoluiu para actividades de “análise e diagnóstico de estruturas e situações sociais, e de concepção e aplicação de medidas de política social”<sup>141</sup>. Para além destas capacidades, a formação de Assistentes Sociais requer também uma formação específica<sup>142</sup>.

Qualquer tipo de perfil profissional tem subjacente um determinado modelo de articulação entre educação e trabalho/ emprego. Neste sentido, a relação entre Ensino Superior e vida profissional assume maior visibilidade, existindo uma grande diversidade de posições perante esta matéria. Torna-se proveitoso abordar dois modelos relativos à preparação para a vida profissional no Ensino Superior. Neste contexto, os modelos funcionalistas e académicos são duas abordagens contraditórias, sendo encarados como dois pólos opostos que concedem uma multiplicidade de posições intermédias.

*Mariana Alves*, afirma que a “abordagem funcionalista é dominante ao nível dos debates públicos”<sup>143</sup> e de acordo com esta perspectiva “a preparação profissional no Ensino Superior deve ser um dos seus principais objectivos e deve ser orientada pelas necessidades expressas pelos empregadores e mundo do trabalho, devendo ser promovida uma formação profissionalizante e especializada que privilegie formas de conhecimento pragmáticas e direccionadas para a acção que permitam a melhoria da competitividade e eficácia económicas”<sup>144</sup>. Nesta abordagem, a aprendizagem é enaltecida principalmente “pelos seus produtos, os

---

<sup>139</sup> IDEM, *ibidem*, p. 5.

<sup>140</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>141</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>142</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>143</sup> MARIANA GAIO ALVES. *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas; Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Julho de 2007. p. 226.

<sup>144</sup> IDEM, *ibidem*.

quais devem privilegiar o treino de capacidades e a acumulação de conhecimento”<sup>145</sup>.

Consoante a abordagem académica o “Ensino Superior não é simplesmente uma forma de preparação para a vida profissional, mas é sobretudo uma experiência que tem valor em si própria e que deve contribuir para a produção do conhecimento”<sup>146</sup>. Conforme esta perspectiva a principal inquietação do Ensino Superior não deverá ser a preparação para a vida profissional, uma vez que, o “Ensino Superior não deve ser reduzido à formação de técnicos competentes mas socialmente iletrados; quer dizer, técnicos incapazes de questionar as práticas e soluções encontradas no mundo profissional, antevendo alternativas e reflectindo sobre as suas consequências”<sup>147</sup>. Esta abordagem estimula que os estudantes reflectam proporcionando o desenvolvimento das capacidades críticas e reflexivas.

Os defensores das duas abordagens criticam-se mutuamente, neste sentido os “defensores da abordagem funcionalista criticam a formação do Ensino Superior pela sua excessiva academização e apontam a necessidade de a profissionalizar, os defensores da abordagem académica consideram que a formação no Ensino Superior não pode submeter-se às exigências do mercado e não deve deixar de expressar os interesses académicos e disciplinares”<sup>148</sup>.

Cada uma destas abordagens abarca aspectos positivos e negativos, logo nenhuma delas é sustentável na sua totalidade. Porém constitui-se como um ponto de partida para reflectir sobre a preparação dos estudantes no Ensino Superior para a vida profissional.

Face a insuficiência das abordagens, *Mariana Alves* aponta para outra perspectiva no sentido de superar as dicotomias entre funcionalistas e académicos, levando-nos a “conceber o *desenvolvimento pessoal* como seu objectivo central”<sup>149</sup>. Esta visão alude para o “desenvolvimento pessoal do sujeito na sua globalidade enquanto finalidade da educação”<sup>150</sup>. Assim, a aprendizagem

---

<sup>145</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>146</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>147</sup> IDEM, *ibidem*, p. 227.

<sup>148</sup> IDEM, *ibidem*, p. 229.

<sup>149</sup> IDEM, *ibidem*, p. 235.

<sup>150</sup> IDEM, *ibidem*, p. 236.

no Ensino Superior não deve ser entendida “apenas como acumulação de saberes profissionais e/ou disciplinares, de conhecimento e/ou competências, mas sim, também, como desenvolvimento da capacidade de o indivíduo utilizar esses saberes, conhecimentos e competências em diferentes circunstâncias que analisa criticamente assumindo os seus posicionamentos intelectuais”<sup>151</sup>.

*Mariana Alves*, considera que é fundamental “adoptar uma postura de conciliação de perspectivas antagónicas, reconhecendo que modelos funcionalistas e académicos estão subjacentes aos debates públicos e reformas políticas, mas procurando ultrapassá-los, enquanto posicionamentos ideológicos, de modo a aprofundar a compreensão científica da questão em estudo”<sup>152</sup>.

Face ao exposto partilha-se da opinião de *Mariana Alves*, bem como, dos autores: *Luiz Wanderley* e de *Alba Carvalho*, acerca da finalidade da universidade. Conforme *Luiz Wanderley*, a universidade “tem que formar o homem de cultura, o intelectual, tem que formar o técnico e o profissional responsáveis, aqueles que irão questionar e intervir na realidade. Tudo isto requer uma sólida formação geral que capacite as pessoas para a vida, que forneça espírito, que imprima responsabilidade individual e colectiva, uma dimensão ética, e uma formação profissional adequada ao desenvolvimento”<sup>153</sup>. *Alba Carvalho*, aponta que “(...) a Universidade não apenas no seu aspecto de transmissão de conhecimentos técnicos ou de inovações tecnológicas, mas como um caminho onde fosse possível rebater, fazer incidir aquilo que passa fora dela, adquirindo no seu interior uma coerência que é específica das funções do conhecimento”<sup>154</sup>.

Reconhece-se que é no espaço da formação académica e da estruturação curricular que se constituem as bases imprescindíveis de afirmação, de desenvolvimento e legitimação da profissão.

O entendimento que as IES de Serviço Social fazem da forma como a profissão é reconhecida, e do próprio reconhecimento dos Assistentes Sociais como meros

---

<sup>151</sup> IDEM, *ibidem*, p. 237.

<sup>152</sup> IDEM, *ibidem*, p. 241.

<sup>153</sup> LUIZ EDUARDO WANDERLEY. «Conjuntura, a universidade e o profissional», in *Cadernos ABESS, n.º 1 – O Processo da Formação Profissional do Assistente Social*, São Paulo, Cortez Editora, 1986, p. 14.

<sup>154</sup> ALBA MARIA PINHO DE CARVALHO. «O projecto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira», in *Cadernos ABESS, n.º 1 – O Processo da Formação Profissional do Assistente Social*, São Paulo, Cortez Editora, 1986, p. 45.

interventores, que utilizam os conhecimentos das Ciências Sociais, ou que participam no processo de produção de conhecimento, está directamente relacionado com o projecto de formação adoptado por cada IES. A adopção de determinado projecto de formação, representa sempre a visão de um grupo que ao seleccionar os conteúdos e disciplinas que alinharão o plano de estudos, estabelecerá as linhas ou eixos que deverão ser perseguidos e aplicados na sala de aula. Este grupo usualmente constituído por docentes e de acordo com *Maria Bastos* “os docentes mais qualificados teriam a responsabilidade de coordenar o processo de formação dos alunos, dando direcção aos eixos temáticos do currículo e às disciplinas básicas, agregando professores por áreas e disciplinas, formando núcleos executivos do curso. Esse processo não só contribuiria para garantir a qualidade do ensino, por ser coordenado por seus melhores quadros, como também abriria espaço para a correção de problemas e distorções no encaminhamento das disciplinas no decorrer do semestre letivo, como é o caso de professores que se consideram senhores absolutos dos conteúdos e avaliações das disciplinas, impermeáveis às ponderações dos alunos e de seus departamentos, quando não simplesmente omissos e faltosos. Enquanto a distribuição das atividades académicas estiver dominada pelo critério isonómico hora-aula e não a especificidade das tarefas, e ainda não se implantar um sistema de avaliação do trabalho docente, envolvendo inclusive os estudantes, poucos avanços teremos nessa área”<sup>155</sup>.

O plano de estudos é um forte instrumento de cultura pois, através dele pode-se instituir os conhecimentos e os perfis de profissionais que se deseja para a sociedade. Longe de se constituir uma simples justaposição de conteúdos programáticos, é a expressão de um conjunto de concepções, é a explicitação de tendências políticas, teóricas e metodológicas que são inerentes à direcção social que se deseja imprimir a um projecto de formação profissional.

O conhecimento e a compreensão da proposta curricular de um curso são fundamentais para uma actuação profissional, actuação exercida de modo consciente, reflexivo e integrado, uma vez que o plano de estudo é um meio

---

<sup>155</sup> MARIA DURVALINA FERNANDES BASTOS. «Desafios atuais à formação universitária», in *Serviço Social & Sociedade*, n.º 47, Ano XVI, Abr., São Paulo, Cortez Editora, 1995, pp. 11 - 12.

articulado e intencional de formação. A organização do plano de estudos precisa ser continuamente confrontada com os objectivos educacionais.

Nenhuma proposta curricular é aplicada no abstracto, mas sim construída quotidianamente, no processo de formação académica, nas relações que se estabelecem nos espaços institucionais, inclusive, e principalmente, na sala de aula. É principalmente na sala de aula que se desenvolvem e se confrontam tensões que derivam das representações dos sujeitos envolvidos no processo de ensino. É nela que se expressam visões e concepções de mundo, de homem, de educação e de universidade. É nela também, que se manifestam às expectativas e necessidades tanto dos professores, como dos alunos e que se põe em curso o projecto de formação profissional de Serviço Social.

Neste sentido, a sala de aula é um espaço de possibilidade para repensar o ensino e o agir profissional. Nela se configuram os saberes da profissão, as tensões entre o particular e o universal, abarcando o plano da diversidade e da heterogeneidade.

No campo do Serviço Social, *Suely Costa* traz à tona uma importante reflexão acerca do currículo. A autora expõe que “o currículo hoje em vigor permite situar a decisão de colocar o assistente social, como outrora, em contato com múltiplas áreas do conhecimento sobre o social (Filosofia, Economia, Sociologia, Antropologia, História, Política, Psicologia etc., só que agora com abordagens críticas impensáveis em outras décadas), através de conteúdos organizados segundo conjuntos teóricos próprios a essas disciplinas”<sup>156</sup>. Com relação ao possível ecletismo do currículo, a autora menciona que “atribuir o ecletismo do currículo à falta de uma “direção social” do curso, entendida como a direção marxista, localiza mais uma falsa questão. Há sempre razões históricas para a existência de uma dada cultura profissional”<sup>157</sup>.

*Marilda Iamamoto*, salienta a necessidade de “formar profissionais qualificados, com relevante gabarito político, ético, metodológico e interventivo, significa apontar-lhes caminhos e ensinar-lhes a aprender, pela convivência permanente

---

<sup>156</sup> SUELY GOMES COSTA. «Formação profissional e currículo de Serviço Social: referências para debate», in *Serviço Social & Sociedade* n.º 32, Ano XI, Maio, São Paulo, Cortez Editora, 1990, p. 22.

<sup>157</sup> IDEM, *ibidem*.

com a teoria, a História, a pesquisa e o cotidiano das práticas presentes nos diversos campos de estágio formal ou nos programas de extensão”<sup>158</sup>.

Uma importante reflexão acerca dos elementos constitutivos da profissionalização contemporânea é realizada por *Paulo Netto*, que aponta quatro elementos: “uma demanda social reconhecida; uma formação institucional específica e regulamentada; a organização profissional; e a regulamentação profissional”<sup>159</sup>.

O primeiro elemento chamado pelo autor de *demandas social* pressupõe que uma vez “reconhecida, acaba por requisitar um certo tipo de intervenção profissional”<sup>160</sup>.

O autor considera o segundo elemento, *formação institucional específica e regulamentada*, imprescindível, uma vez que, “não basta a existência de requerimentos, de requisições para uma intervenção profissional se simultaneamente não houver um sistema institucional que forme, que dê legitimidade à acção de certos quadros profissionais”<sup>161</sup>.

Para *Paulo Netto*<sup>162</sup>, após a conquista, por parte dos Assistentes Sociais Portugueses, do grau de Licenciatura, Mestre e doutor, é absolutamente impensável pensar a formação profissional em nível académico sem reunir três dimensões, sendo elas: ensino; pesquisa/ investigação; extensão.

No que diz respeito à dimensão do ensino, segundo o autor “nós temos um know-how, um património, um acervo de saberes, e mais do que isto temos uma relação com as Ciências Sociais que nos dão um quadro de referências que é transmissível que é comunicável, esta é a dimensão específica do ensino, que não é o único constitutivo da formação profissional”<sup>163</sup>.

---

<sup>158</sup> MARILDA VILLELA IAMAMOTO. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez Editora, 1998. p. 252.

<sup>159</sup> PAULO NETTO. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.

<sup>160</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>161</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>162</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>163</sup> IDEM, *ibidem*.

Quanto à dimensão de pesquisa/ investigação, *Paulo Netto* considera que “a investigação, é um dos objectivos primordiais da instituição académica”<sup>164</sup>. Afirmar ainda que, “sem investigação é inconcebível a estabilização de um reconhecimento profissional hoje em qualquer área. Quem se dispõe a pensar uma profissão de nível académico e reconhecida como tal, não pode se ater quando pensar a formação profissional tão somente ao domínio do ensino, é necessário, é fundamental incorporar as actividades de investigação e de pesquisa, isso evidentemente não significa que todo o profissional de Serviço Social será necessariamente um investigador”<sup>165</sup>.

*Alcina Martins*, também chama a atenção para a importância da Investigação nomeadamente como componente integrante da formação dos Assistentes Sociais. De acordo com a autora, “para que os Assistentes Sociais desenvolvam uma postura investigativa no exercício profissional, torna-se necessário que a investigação corresponda efectivamente a uma componente da sua formação de base, ao ser ensinada tanto no plano disciplinar como de aplicação e treino, de iniciação à prática de investigação. Os Assistentes Sociais vêem as suas competências reforçadas com a capacitação para o desenvolvimento da investigação, que virá a repercutir-se no alargamento dos espaços sócio-ocupacionais e na sua empregabilidade”<sup>166</sup>.

Outra dimensão da formação mencionada por *Paulo Netto*, como sendo absolutamente fundamental é que a mesma “envolva também a extensão – políticas de extensão, de experimentação que ponham o saber desenvolvido, articulado, processado no interior da instituição académica, que o ponham ao serviço de comunidades, colectividades para além dos muros universitários”<sup>167</sup>.

O autor menciona ainda, que a formação deve dotar o profissional de *três tipos de competências*, nomeadamente: a competência teórica, técnica e política<sup>168</sup>.

---

<sup>164</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>165</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>166</sup> ALCINA MARTINS. «Investigação em Serviço Social no Portugal Contemporâneo. Paradoxos e Desafios». 2008. p. 33. Disponível em: [http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial/page8/files/page8\\_9.pdf](http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial/page8/files/page8_9.pdf), consultado em 10/01/09.

<sup>167</sup> PAULO NETTO. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.

<sup>168</sup> IDEM, *ibidem*.



No que diz respeito à *competência teórica*, “o Assistente Social é um profissional ao qual cada vez mais são necessários instrumentos de análise, instrumentos categoriais e conceptuais, pois isto faz parte da sua competência teórica. É necessário um quadro profissional que seja capaz no seu local de trabalho, no seu local de intervenção de reconhecer as múltiplas dimensões que trazem para esse local de trabalho as determinações sociais macroscópicas”<sup>169</sup>.

Quanto à *competência técnica*, o profissional de Serviço Social deve “dispor de instrumentos interventivos, de alavancas, de ferramentas que lhe propiciem a intervenção transformadora dessa conjuntura”.

Relativamente à *competência política*, o autor menciona que corresponde a uma “formação que qualifique o profissional para identificar o significado sócio-político da sua intervenção, que de uma vez por todas elimine os mitos da neutralidade, da imparcialidade frequentemente confundidas com a objectividade da intervenção”<sup>170</sup>. De acordo com o mesmo, esta competência permite “fazer análises institucionais, estabelecer leques de aliança, identificar aliados, adversários, inimigos e, em suma, detectar e prospectar a viabilidade de projectos de intervenção”<sup>171</sup>.

De acordo com *Paulo Netto*, se na formação estiverem asseguradas as dimensões de ensino, pesquisa e extensão, assim como, as competências: teórica, técnica e política, os profissionais formados estarão aptos a “constituir uma categoria profissional com perfil próprio e capaz de servir a sociedade”<sup>172</sup>.

Outro elemento constitutivo da profissionalização diz respeito à *organização profissional*. O autor entende como organização profissional “o conjunto de instituições, associações profissionais, sindicatos, organismos colectivos que representem as escolas, os centros de formação e de investigação e que sejam capazes na sua polaridade de articular a vontade colectiva dos profissionais”<sup>173</sup>. Mais afirma que a categoria profissional não é homogénea, porém, existe uma identidade profissional, expressa pela maioria da categoria.

---

<sup>169</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>170</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>171</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>172</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>173</sup> IDEM, *ibidem*.

*Alcina Martins*, também se expressa relativamente às questões da organização profissional chamando a atenção para a sua importância no que respeita ao reconhecimento do Serviço Social e dos seus profissionais. A autora afirma que “as mudanças na formação, os problemas resultantes da Reforma da Administração Pública e suas consequências no exercício profissional, as alterações no mercado de trabalho, o desemprego e a precarização de trabalho entre os Assistentes Sociais exigem que se reforce a organização da categoria profissional”<sup>174</sup>.

Por fim, o último elemento referido por *Paulo Netto*, diz respeito à regulamentação profissional e de acordo com o mesmo é “a base dos três elementos anteriores, a demanda profissional, a formação institucional e a organização da categoria profissional, só a partir desse chão, deste solo, deste piso, que se pode pensar no reconhecimento jurídico-legal da profissão”<sup>175</sup>.

*Paulo Netto*, menciona a importância da existência de um *projecto profissional*<sup>176</sup> que contenha dupla natureza, *natureza ética* e *natureza política*. De acordo com o autor “a natureza ética define-se pela explicitação dos valores que devem nortear a acção profissional, valores que devem contemplar garantias aos profissionais, portanto, um elenco de garantias ao sujeito da acção profissional, ao Assistente Social de que garantias ele dispõe, garantias laborais, de remuneração, de ascensão profissional, de coordenação e articulação com os seus pares, os seus companheiros, garantias que definam no âmbito da categoria profissional o seus deveres e atribuições mas que também, e essa é a dimensão

---

<sup>174</sup> ALCINA MARTINS. «Serviço Social: Que desafios profissionais na sociedade contemporânea?». Aula Sapiens de Alcina Martins no ISMT de Serviço Social. 2007. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/11/aula-sapiens-de-alcina-martins-no-ismt.html>, consultado em 10/12/2007.

<sup>175</sup> PAULO NETTO. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.

<sup>176</sup> Consoante *Paulo Netto* “os projectos profissionais, construídos colectivamente pela categoria, apresentam a auto-imagem da profissão; elegem valores que a legitimam socialmente; delimitam e priorizam seus objectivos e funções; formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas (entre estes, também e destacadamente, com o Estado, ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais)”.

PAULO NETTO. «A construção do projecto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea»; in *Serviço Social, Ética, Deontologia & Projectos Profissionais*, Lisboa, Madrid, São Paulo; CPIHTS, Veras, ICSA; 2001; pp. 11 - 29.

política, que defina claramente que tipos de sociedade nós queremos”<sup>177</sup>. Mais afirma que “a categoria profissional dos Assistentes Sociais compromete-se com valores, essa é a sua dimensão ética, com valores como a liberdade, autonomia, emancipação”<sup>178</sup>.

O autor conclui que a junção das duas dimensões (ética e política) permite a construção de um projecto profissional, fruto de um debate da categoria profissional, o qual permita explicitar a visão de mundo, concepção de sociedade e qual o sentido da profissão<sup>179</sup>.

Relativamente ao Serviço Social Brasileiro *Marilda Iamamoto*, menciona que o projecto profissional se apoia em alguns pilares tais como: “legislação relativa à regulamentação da profissão, que representa uma defesa da profissão na sociedade e as diretrizes curriculares para a formação em Serviço Social, que vêm sendo construídas coletivamente no bojo do processo de renovação do Serviço Social nos vários países”<sup>180</sup>. A autora conclui que o projecto profissional “expressa uma condensação das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas no Serviço Social, englobando a formação e o exercício profissional”<sup>181</sup>.

Relativamente ao Serviço Social Português, *Alcina Martins* menciona que o projecto profissional “pressupõe uma clara definição da intencionalidade e do sentido a dar à profissão, o que requer uma ampla mobilização de todos os AS, das suas organizações, incluindo o movimento estudantil, que nos anos 90 contribuiu para as conquistas obtidas para a profissão”<sup>182</sup>. Mais afirma, que o

---

<sup>177</sup> PAULO NETTO. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.

<sup>178</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>179</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>180</sup> MARILDA VILLELA IAMAMOTO. «As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo». p. 26. Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf), consultado em 18/12/2008.

<sup>181</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>182</sup> ALCINA MARTINS. «Serviço Social: Que desafios profissionais na sociedade contemporânea?». Aula Sapiens de Alcina Martins no ISMT de Serviço Social. 2007. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/11/aula-sapiens-de-alcina-martins-no-ismt.html>, consultado em 10/12/2007.

mesmo “tem de se constituir marco de referência tanto para a intervenção quanto para a formação”<sup>183</sup>.

A formação em Serviço Social em Portugal desenvolvida actualmente nos 3 ciclos não tem inerente qualquer processo de auto-regulação da profissão.

Neste âmbito, *Alcina Martins* menciona que existe a necessidade da profissão de Serviço Social “ter uma voz pública e independente sobre a formação em Serviço Social, qualquer que seja a sua natureza, desenvolvendo uma proposta de regulação do ensino em Serviço Social, com a definição e fundamentação de parâmetros mínimos”<sup>184</sup>. Refere ainda, que a formação em Serviço Social “tem vindo a apresentar disparidades de vária natureza”<sup>185</sup>. A autora apela ainda para que se constituía um “grupo de ensino da APSS que poderá vir a desenvolver uma proposta de regulação do ensino em Serviço Social, com a definição e fundamentação de parâmetros mínimos de formação”<sup>186</sup>. Partilha-se da opinião da autora de que “face à inexistência quer da regulação da formação, quer da profissão um dos maiores desafios que os AS têm pela frente é a necessidade de não desistir do caminho para a auto-regulação profissional”<sup>187</sup>.

## **1.2. Propostas Curriculares das organizações da categoria profissional no Brasil (ABESS e CEDEPSS)**

Contrariamente ao que se passa em Portugal, as organizações da categoria no Brasil têm vindo há décadas a construir propostas de formação em Serviço Social,

---

<sup>183</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>184</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>185</sup> ALCINA MARTINS. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. p. 7. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>186</sup> IDEM, *ibidem*, p. 8.

<sup>187</sup> ALCINA MARTINS. «Serviço Social: Que desafios profissionais na sociedade contemporânea?». Aula Sapiens de Alcina Martins no ISMT de Serviço Social. 2007. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/11/aula-sapiens-de-alcina-martins-no-ismt.html>, consultado em 10/12/2007.

nomeadamente a proposta curricular de 1953; de 1970<sup>188</sup>, de 1982<sup>189</sup> e de 1996<sup>190</sup>.

A Proposta curricular de 1996 resulta do processo de revisão do currículo mínimo de Serviço Social, aprovado no ano de 1982, desencadeado pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e pelo Centro de Pesquisa e Documentação em Serviço Social (CEDEPSS), durante a gestão que compreendeu o período de 1993-1995, e foi oficialmente concluído com a aprovação do novo currículo em Assembleia Geral Extraordinária da ABESS no dia 8 de Novembro de 1996 no Rio de Janeiro. Este processo contou com o auxílio decisivo da Entidade Nacional Representativa dos Profissionais de Serviço Social através do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assim como, dos estudantes, através da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Nesta nova proposta curricular surgem pressupostos, princípios e directrizes norteadoras pelo processo de formação profissional. Esta proposta expressa Núcleos de Fundamentação orientadores da formação profissional dos quais derivam as matérias e actividades obrigatórias, com conteúdos direccionados a concretizar os princípios e metas da formação profissional.

Relativamente aos pressupostos da concepção de formação profissional, consta da proposta curricular os seguintes:

*1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.*

*2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.*

---

<sup>188</sup> As propostas curriculares de 1953/1970 enfatizavam os aspectos mais técnicos da profissão, expressos por uma carga horária menor, com disciplinas específicas da profissão e ênfase na aprendizagem prática.

<sup>189</sup> Na proposta curricular de 1982 é destacada uma formação mais política e teórica, expressa por uma ampliação da carga horária, pela incorporação de um conjunto de disciplinas afins e pela visão do ensino da prática ser transferida para as disciplinas de estágio.

<sup>190</sup> Proposta curricular de 1996 é expresso um conjunto de directrizes curriculares, que sinalizam para uma formação teórica, técnica e política, mas que se preocupa em resgatar o ensino da prática e da pesquisa durante o processo de formação e não apenas nas disciplinas de Estágio e Pesquisa, reforçando o conteúdo teórico e incorporando actividades de carácter complementar que possibilitam uma flexibilidade maior na formação do aluno. Na década de 90 e início do século XXI, a formação revela um perfil profissional que habilita para o exercício competente da profissão nas suas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas.

3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho;

4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais<sup>191</sup>.

Fazem parte do Currículo Mínimo<sup>192</sup> um conjunto de princípios que o fundamentam, sendo eles:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo;
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares;
5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos;
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional;
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais;

---

<sup>191</sup> ABESS/CEDEPSS. «Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social». Rio de Janeiro, Novembro 1996, pp. 7 - 8. Disponível em: <http://74.125.77.132/search?q=cache:0CPQ5YdZ7VMJ:www.ssrede.pro.br/Curr%2520minimo%25201996.doc+Curr%C3%ADculo+M%C3%ADnimo+para+o+curso+de+Servi%C3%A7o+Social&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&client=firefox-a>, consultado em 25/02/08.

<sup>192</sup> Entende-se por Currículo Mínimo um conjunto de directrizes que estabelecem uma base comum, no plano nacional, para os cursos de Serviço Social, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo. Este tem função prescritiva, no sentido de assegurar os princípios fundamentais de um projecto de formação, no entanto permite adequações por parte de cada IES.

*10 Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular;*

*11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional<sup>193</sup>.*

Os princípios acima apresentados definem directrizes curriculares da formação em Serviço Social, que pressupõem *capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa* para:

- 1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;*
- 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;*
- 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;*
- 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;*
- 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor<sup>194</sup>.*

A nova lógica curricular sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, sendo eles: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira; e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social “compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório”<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> ABESS/CEDEPSS. «Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social». Rio de Janeiro, Novembro 1996, pp. 7 - 8. Disponível em: <http://74.125.77.132/search?q=cache:0CPQ5YdZ7VMJ:www.ssrede.pro.br/Curr%2520minimo%25201996.doc+Curr%C3%ADculo+M%C3%ADnimo+para+o+curso+de+Servi%C3%A7o+Social&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&client=firefox-a>, consultado em 25/02/08.

<sup>194</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 9 - 10.

<sup>195</sup> COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. «Diretrizes curriculares – Curso Serviço Social». Brasília. 1999. p. 3. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=28&func=fileinfo&id=18](http://www.abepss.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=28&func=fileinfo&id=18), consultado em 25/02/08.

O Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira remete para a “compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social no seu carácter contraditório e das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatais e privada”<sup>196</sup>.

O Núcleo de fundamentos do trabalho profissional “compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajectória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planeamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normalizadas por lei”<sup>197</sup>.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos que se especifica em matérias, que por sua vez, se desdobram em disciplinas<sup>198</sup>, seminários temáticos<sup>199</sup>, oficinas/laboratórios<sup>200</sup>, actividades complementares<sup>201</sup> e outros componentes curriculares.

---

<sup>196</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 3 - 4.

<sup>197</sup> IDEM, *ibidem*. p. 4.

<sup>198</sup> “Constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e actividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com uma carga horária pré-fixada”.

IDEM, *ibidem*. p. 12.

<sup>199</sup> “Momentos de especificidade e aprofundamento de temáticas relevantes em diferentes enfoques, visando detalhamento de abordagens voltadas para a problematização e o estímulo da criatividade”.

IDEM, *ibidem*.

<sup>200</sup> “Espaços de vivência que permitam o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes, utilizando-se de diferentes formas de linguagem”.

IDEM, *ibidem*.

<sup>201</sup> “Conjunto de actividades hoje existentes, mas ainda não reconhecidas formalmente nos currículos plenos. Estas actividades complementares podem ser distribuídas em visitas monitoradas, monitoria, produção científica, pesquisas e extensão, participação em encontros, seminários, congressos com apresentação de trabalho e disciplinas não previstas no currículo pleno. As actividades formativas básicas têm por objectivo dar relevância às actividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade”.

IDEM, *ibidem*.



No que se refere às matérias necessárias à formação em Serviço Social consta desta proposta curricular as seguintes matérias: “Sociologia; Ciência Política; Economia Política; Filosofia; Psicologia; Antropologia; Formação sócio-histórica do Brasil; Direito; Política Social; Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais; Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social; Processo de Trabalho do Serviço Social; Administração e Planejamento em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; e Ética Profissional”<sup>202</sup>.

É de realçar que o estágio supervisionado<sup>203</sup> e o trabalho de conclusão de curso<sup>204</sup> surgem como actividades obrigatórias integradoras do currículo e devem ser desenvolvidas “durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período lectivo escolar”<sup>205</sup>. O estágio supervisionado configura-se a partir da “inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objectivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática”<sup>206</sup>. A supervisão é realizada “conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio”<sup>207</sup>.

---

<sup>202</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>203</sup> “É uma actividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objectivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita obrigatoriamente pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período lectivo escolar”.

IDEM, *ibidem*.

<sup>204</sup> “É uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. É também um processo científico, realizado dentro de padrões de exigências metodológica e académico-científica. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora”.

IDEM, *ibidem*.

<sup>205</sup> MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. «Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social – Resolução n.º 15, de 13 de Março de 2002». 2002. p. 3. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes\\_cursos.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf), consultado em 25/02/08.

<sup>206</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>207</sup> IDEM, *ibidem*.

Face ao exposto constata-se que as organizações da categoria profissional no Brasil desde há décadas desenvolveram propostas curriculares dando origem a currículos mínimos.

### **1.3. Documento de referência para formação académica em Serviço Social das organizações internacionais da profissão (AIETS e FITS)**

O documento *Estándares Globales para la Educacion y Capacitacion del Trabajo Social*<sup>208</sup> surge em 2004, em Adelaide na Austrália pela *Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social (AIETS)* e a *Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS)*, como grande referência para formação académica em Serviço Social.

A Associação Internacional de Escolas de Serviço Social e a Federação Internacional de Assistentes Sociais organizaram-se no sentido de enfrentar os múltiplos desafios que afectaram o Serviço Social ao nível local, nacional e internacional, no final dos anos noventa.

O objectivo principal do documento é eleger um conjunto de padrões que assegurassem a formação de alta qualidade. “El documento está incompleto y así seguirá, ya que debe ser revisado regularmente, enmendado para tomar en cuenta los nuevos desarrollos y requisitos, y cambiado a la luz de las experiencias adquiridas con su aplicación”<sup>209</sup>.

O referido documento não é prescritivo, mas sim facilitador. Deste modo, “entrega un marco que puede ser adaptado a las condiciones locales y a los contextos, asegurando una aplicabilidad local, pero reteniendo las pautas que identifican las normas que creemos deben ser reconocidas internacionalmente”<sup>210</sup>.

---

<sup>208</sup> AIETS Y FITS. «ESTÁNDARES GLOBALES PARA LA EDUCACIÓN Y CAPACITACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL». 2004. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.

<sup>209</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>210</sup> IDEM, *ibidem*.

O processo de desenvolvimento dos *Padrões Globais para a Educação e Formação do Serviço Social*<sup>211</sup> é tão importante como o produto.

Para a realização deste documento os autores partiram da definição internacional e das finalidades do Serviço Social.

A *AIETS Y FITS* em Julho de 2001, adoptaram a seguinte definição internacional de Serviço Social:

*La profesión del trabajo social promueve el cambio social, la resolución de problemas en relaciones humanas y la habilitación y liberación de personas para aumentar el bienestar. Utilizando teorías de comportamiento humano y sistemas sociales, el trabajo social interviene en los puntos donde la gente interactúa con sus ambientes. Los principios de derechos humanos y justicia social son fundamentales para el trabajo social*<sup>212</sup>.

No que se refere às finalidades do Serviço Social, estas organizações identificaram as seguintes:

- *Facilitar a inclusão dos grupos de pessoas marginalizadas, socialmente excluídas, privadas, vulneráveis e em risco;*
- *Trabalhar com e mobilizar indivíduos, famílias, grupos, organizações e comunidades para aumentar seu bem-estar e sua capacidade de solucionar problemas;*
- *Ajudar as pessoas a obter serviços e recursos nas suas comunidades;*
- *Formular e implementar políticas e programas que fortaleçam o bem-estar das pessoas, seu desenvolvimento e Direitos humanos, e promovam a harmonia social colectiva e a estabilidade social, sempre que essa estabilidade não viole os Direitos humanos;*
- *Fomentar que as pessoas se comprometam com a defesa de assuntos internacionais, locais, nacionais e regionais que lhes concirnam;*
- *Alegar pelas e com as pessoas, à formulação e implementação focalizada de políticas coerentes com os princípios éticos da profissão;*
- *Alegar pelas e com as pessoas, para a mudança das condições estruturais que mantêm as pessoas em condições marginais, privadas e vulneráveis e das condições que infringem a harmonia social colectiva e a estabilidade dos distintos grupos étnicos, sempre que essa estabilidade não viole os Direitos humanos;*
- *Trabalhar pela protecção das pessoas que não estão em condições de fazê-lo por si mesmas, por exemplo, crianças que necessitem cuidado, e pessoas que sofram de doenças mentais, de atraso mental, dentro dos parâmetros de uma legislação aceite e eticamente razoável;*

---

<sup>211</sup> Este documento foi tido como referência no que diz respeito aos padrões alusivos à formação em Serviço Social, pois constitui-se como objecto desta investigação, a análise da formação e não da educação em Serviço Social.

<sup>212</sup> AIETS Y FITS. «ESTÁNDARES GLOBALES PARA LA EDUCACIÓN Y CAPACITACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL». 2004. p. 3. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.

- *Comprometer-se com a acção política e social para implementar a política social e o desenvolvimento económico e efectuar mudanças através da crítica e a eliminação das desigualdades;*
- *Tornar as sociedades estáveis, harmoniosas e com mútuo respeito não violem os Direitos humanos das pessoas;*
- *Promover o respeito pelas tradições, culturas, ideologias, crenças e religiões entre os diferentes grupos étnicos e sociedades, desde que estas não estejam em conflito com os Direitos humanos fundamentais das pessoas;*
- *Planificar, organizar, administrar e administrar programas e organizações dedicadas a qualquer dos propósitos delineados anteriormente*<sup>213</sup>.

Este documento detalha nove conjuntos de padrões sendo eles:

1. *Estándares sobre el propósito fundamental o la declaración de misión de la escuela;*
2. *Estándares relativos a los objetivos programáticos y sus Resultados”;*
3. *Estándares respecto del currículum, incluyendo el trabajo en terreno;*
4. *Estándares en relación con el currículum fundamental:*
  - *Dominio del Trabajo social;*
  - *Dominio del Trabajador social;*
  - *Métodos de Práctica;*
  - *Paradigma de la profesión;*
5. *Estándares respecto del personal profesional;*
6. *Estándares respecto a alumnos de trabajo social;*
7. *Estándares respecto a la estructura, administración, gobierno y recursos;*
8. *Estándares con respecto de la diversidad cultural, étnica e inclusión de género;*
9. *Estándares respecto a los valores y códigos éticos de conducta del servicio social*<sup>214</sup>

Embora o documento *Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social*, contemple nove padrões, somente serão contemplados na análise dos planos do 1.º ciclo de Serviço Social os padrões relativos aos: Objectivos programáticos e seus resultados; Programa Curricular, incluindo o estágio; Programa Curricular Básico (*Domínio do Serviço Social; Domínio do Assistente Social; Componente Prática; Paradigma da Profissão*); Diversidade cultural, étnica e inclusão de género e por fim os Padrões referentes aos valores e códigos éticos de conduta do Serviço Social. Serão contemplados apenas estes padrões porque são os mais pertinentes para os objectivos desta investigação.

<sup>213</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 4 e 5.

<sup>214</sup> IDEM, *ibidem*. p. 3.

### Padrões referentes aos objectivos programáticos e seus resultados<sup>215</sup>

Relativamente aos objectivos e resultados do programa, as IES deveriam empenhar-se em alcançar os seguintes padrões:

- Especificar os objectivos do seu programa e os resultados educacionais esperados;
- Reflectir os valores e princípios éticos da profissão no desenho e implementação do programa;
- Identificar os métodos de ensino do programa, e sua coerência com a aquisição de um desenvolvimento tanto cognitivo como afectivo por parte dos alunos de Serviço Social;
- Indicar como o programa reflecte o conhecimento, os processos, os valores e as competências da profissão de Serviço Social, de acordo com as realidades específicas;
- Indicar de que forma o programa é coerente com os objectivos profissionais definidos em forma nacional e regional/ internacional e como o programa enfrenta as necessidades e prioridades locais, nacionais e regionais/ internacionais;
- O programa deveria reflectir a importância do impacto da interacção global nas características culturais, económicos, comunicacionais e sociológicas;
- Promover uma preparação educacional que seja relevante para começar a prática do Serviço Social com indivíduos, famílias, famílias, grupos e comunidades em qualquer contexto.

---

<sup>215</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 6 - 7.

### Padrões referentes ao Programa Curricular, incluindo o estágio<sup>216</sup>

No que diz respeito aos padrões acerca do programa curricular, as IES deveriam aspirar constantemente a:

- Que o programa e os métodos de ensino sejam coerentes com os objectivos do programa dos Estabelecimentos de Ensino e os resultados esperados;
- Ter planos claros para a organização, implementação e avaliação dos componentes educativos teóricos e práticos do programa;
- Conceder atenção específica à constante revisão e desenvolvimento do programa;
- Garantir que o programa ajuda os alunos de Serviço Social a desenvolver competências de pensamento crítico e atitudes de raciocínio, abertura a novas experiências e paradigmas, assim como o compromisso de aprendizagem ao longo da vida;
- O estágio deveria ter a suficiente extensão, complexidade de áreas e oportunidades de aprendizagem para garantir que os estudantes estão preparados para o exercício da profissão;
- Que exista uma coordenação e cooperação planificada entre os Estabelecimentos de Ensino e as Organizações seleccionadas para o estágio;
- Promover a inclusão e participação de orientadores de estágio no desenvolvimento do programa, especialmente no que diz respeito ao estágio;
- Que exista um trabalho conjunto entre a instituição educacional, organização e os utentes dos serviços, para a toma de decisões sobre o estágio e a avaliação do desempenho dos alunos.

---

<sup>216</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 7 - 8.

## Padrões referentes ao Programa curricular básico<sup>217</sup>

Quanto ao programa curricular básico este deveria estar organizado em 4 componentes conceptuais:

### *Domínio do Serviço Social*

- Uma compreensão crítica de como as inadequações sócio-estruturais, a discriminação, a opressão e as injustiças sociais, políticas e económicas, têm impacto no funcionamento humano e seu desenvolvimento em todos os níveis, incluindo o global;
- Conhecimento do comportamento humano e contexto social, desenvolvimento do curso de vida e a interacção entre os factores biológicos, psicológicos, sócio-estruturais, económicos, políticos e culturais (incluindo os espirituais) na confirmação do desenvolvimento humano e comportamento;
- Conhecimento da influência das tradições, cultura, religiões e costumes no funcionamento humano e no desenvolvimento em todos os níveis, incluindo como estas podem constituir fontes de recursos e obstáculos para o crescimento e o desenvolvimento;
- Uma compreensão crítica das origens e propósitos do Serviço Social;
- Compreensão das origens e desenvolvimento específico do Serviço Social;
- Conhecimento das profissões relacionadas que facilitem a colaboração inter-profissional e de equipa;
- Conhecimento das políticas de bem-estar social e sua carência, serviços e leis ao nível local, nacional e regional/ internacional, assim como da planificação de políticas, sua implementação, avaliação e os processos de mudança social;
- Uma compreensão crítica de como a estabilidade social, a harmonia, o respeito mútuo e a solidariedade colectiva influenciam o funcionamento humano e o desenvolvimento em todos os níveis, incluindo o global, sempre que essa

---

<sup>217</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 8 - 10.

estabilidade, harmonia e solidariedade não sejam utilizadas para manter um status quo em relação à violência dos Direitos humanos.

### *Domínio do Assistente Social*

- Preparação dos Assistentes Sociais dentro de um marco holístico, com competências que o capacitem para exercer a profissão numa variedade de contextos, com distintos grupos étnicos, culturais e “raciais”, grupos de género e outras formas de diversidade;
- O desenvolvimento do Assistente Social que seja capaz de conceptualizar o conhecimento do Serviço Social derivado de diferentes culturas, tradições e costumes de vários grupos étnicos, sempre que a cultura, tradição, costumes e etnicidade não sejam usadas para violar os Direitos humanos.

### *Componente Prática*

- As competências profissionais adequadas e o conhecimento sobre a evolução e intervenção a fim de atingir os objectivos identificados no programa com o propósito de efectuar intervenções de desenvolvimento, protecção, prevenção e terapêuticas, dependendo do enfoque particular do programa;
- A aplicação dos valores, princípios éticos, conhecimentos e competências do Serviço Social, para combater a desigualdade e as injustiças sociais, políticas e económicas;
- Conhecimento e competências em investigação no Serviço Social, incluindo o uso ético de paradigmas de investigação relevantes e apreciação crítica da investigação na prática de Serviço Social;
- A aplicação dos valores de Serviço Social, princípios éticos, o conhecimento e as competências para promover o respeito e a responsabilidade entre os membros de uma sociedade.



### Paradigma da Profissão

Importância para a educação, capacitação e prática do Serviço Social dos seguintes paradigmas epistemológicos que o programa básico deveria conter:

- Uma aceitação e reconhecimento da dignidade, valor e singularidade de todos os seres humanos;
- Reconhecimento da inter-conectividade que existe dentro e através de todos os sistemas a níveis micro, médio e macro;
- Enfatizar a importância da defesa e mudança das condições sócio-estruturais e as condições económicas que debilitem, marginalizem e excluam as pessoas;
- A capacidade de desenvolver e fortalecer os indivíduos, famílias, grupos, organizações e comunidades através de um enfoque de desenvolvimento centrado no ser humano;
- Solução de problemas e socialização antecipada, por meio de uma compreensão do desenvolvimento do ciclo de vida, das suas fases e respectivas crises relacionadas com a idade tendo em conta as expectativas socioculturais;
- Apreciação e respeito pela diversidade em relação à raça, cultura, religião, etnia, origem linguística, género e orientação sexual;

### Padrões referentes à diversidade cultural, étnica e inclusão de género<sup>218</sup>

Relativamente à diversidade cultural e étnica, as IES deveriam aspirar ao seguinte:

- Inclusão da diversidade cultural, étnica e a análise de género no programa como forma de garantir o enriquecimento da experiência educativa;
- Promover a sensibilidade e incrementar o conhecimento acerca da diversidade cultural e étnica e a análise de género;

---

<sup>218</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 13 - 14.

- Garantir que aos estudantes de Serviço Social seja proporcionado as oportunidades para desenvolver auto-consciência relativamente aos valores pessoais e culturais, crenças e tradições e como estes poderiam influenciar as competências para estabelecer relações com as pessoas e trabalhar com diversos grupos de população;
- Garantir que os estudantes de Serviço Social sejam capazes de estabelecer relações com todas as pessoas e trata-las com respeito e dignidade, sem tomar em conta suas crenças culturais, étnicas e orientações;
- Garantir que os estudantes de Serviço Social se formam dentro de um enfoque de Direitos humanos básicos.

#### Padrões referentes aos valores e códigos éticos de conduta do Serviço Social<sup>219</sup>

Uma vez que os valores, a ética e os princípios de Serviço Social são componentes indispensáveis da profissão, as IES deveriam:

- Contar com objectivos referentes aos valores, princípios e código de ética do Serviço Social.

### **1.4. Proposta da formação em Serviço Social para adequação ao Processo de Bolonha em Espanha (ANECA)**

O documento “*Libro Blanco – Título de Grado en Trabajo Social*”<sup>220</sup> foi realizado pela “Agencia Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación” em Madrid, Março de 2005.

---

<sup>219</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 14 - 15.

<sup>220</sup> AGENCIA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD Y ACREDITACIÓN. «Libro Blanco – Título de Grado en Trabajo Social». 2005. Disponível em: [http://www.aneca.es/activin/docs/libroblanco\\_trbjsocial\\_def.pdf](http://www.aneca.es/activin/docs/libroblanco_trbjsocial_def.pdf), consultado em 25/02/08.

Este documento apresenta o resultado do trabalho levado a cabo por uma rede de universidades espanholas, com o propósito de servir como referencial para as universidades no desenho de um título de grau/ graduação adoptado ao Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). Trata-se de uma proposta que será apresentada ao Conselho de Coordenação Universitária e ao Ministério de Educação e Ciência para informação e consideração.

O *Livro Branco – Título de grau/ graduação em Serviço Social*, corresponde à vontade de todas as partes implicadas no Serviço Social em Espanha (universidades e organizações da categoria) pelo desempenho de iniciativas que possibilita responder aos desafios que representa a Convergência Europeia na Educação Superior para o Serviço Social. Desde que foi aprovado o pedido apresentado pela Conferência de Directores de Escolas de Serviço Social de Espanha, com o apoio do Conselho Geral de Colégios de Diplomados em Serviço Social, na segunda convocatória da ANECA para o desenvolver os títulos de grau/ graduação, os autores do *Livro Branco* começaram a trabalhar intensamente até à conclusão do documento.

Para coordenar os trabalhos conducentes ao documento apresentado, a rede de universidades foram dotadas da seguinte estratégia metodológica:

*(...) en primer lugar, se configuró una comisión mixta de grado compuesta por representantes del ámbito académico y representantes del Consejo General de Colegios de Diplomados en Trabajo Social y Asistentes Sociales. Esta comisión ha animado e impulsado los trabajos necesarios para responder a los 14 puntos de la convocatoria de la ANECA. A lo largo de estos seis meses ha mantenido un total de 7 reuniones (15 y 30 de enero, 20 de febrero, 21 de abril, 26 de mayo, 3 y 18 de junio). Cada universidad, asimismo, nombró un delegado del proyecto en la misma cuya responsabilidad principal consistía, por un lado, atender las peticiones de información y documentación realizadas por la comisión mixta (datos de matrícula, encuestas, entrevistas...) y, por otro, animar el debate en sus centros a partir de los documentos que se generaban, trasladando con posterioridad las conclusiones, propuestas de mejora... que serían discutidas en dos seminarios de trabajo sobre los diversos apartados de la convocatoria. Estos seminarios tuvieron lugar los días 3 y 4 de junio, el primero de ellos, y el segundo, el día 25 de junio. Este mismo día, se desarrolló un seminario de trabajo con los representantes de los más de 30 colegios profesionales de Trabajo Social que existen en España. Además, la Conferencia de Directores de Escuelas de Trabajo Social ha mantenido dos reuniones monográficas sobre el título de grado (15 de enero, donde se aprobó la propuesta metodológica a seguir y 21 de abril, reunión de seguimiento del proyecto) y se celebró un simposio sobre Trabajo Social y convergencia europea en el seno del V Congreso de*

O projecto apresentado neste documento assegura inúmeros aspectos essenciais para o desenho de um modelo de título de grau/ graduação: análise dos diplomados correspondentes ou relacionados na Europa, características da titulação europeia seleccionada, estudos de inserção laboral dos titulados durante os últimos 5 anos, perfis e competências profissionais entre outros aspectos.

As universidades que participaram no desenvolvimento do *Livro Branco – Título de grau/ graduação em Serviço Social*, durante vários meses realizaram um trabalho exaustivo, reunindo documentação, debatendo e valorizando distintas opções, com a finalidade de alcançar um modelo final consensual que reconhecesse todos os aspectos relevantes do título objecto de estudo.

No documento é valorizada a importância de uma formação de qualidade para os Assistentes Sociais, tendo em conta as diferentes recomendações a nível europeu, em conformidade com o elevado nível de competências exigidas para as funções destes profissionais para a promoção da coesão social, prevenção e superação de problemas sociais.

No documento pode-se observar algumas apreciações acerca do conteúdo da proposta, nomeadamente no que diz respeito ao número de créditos do grau; da formação prática dos estudantes em Serviço Social e a sua capacidade para trabalhar em contexto de equipas multidisciplinares; e da percentagem de conteúdos obrigatórios comuns propostos.

No que diz respeito, ao grau de Licenciatura apontam para 240 créditos pois consideram que é o suficiente para desenvolver actividades profissionais numa realidade social bastante completa. Esta proposta de 240 créditos deriva de análises das competências a adquirir pelos estudantes sendo necessário para tal que o curso tenha a duração de 4 anos. O documento oferece uma ampla informação com a finalidade de fundamentar a proposta realizada, no entanto podem surgir abordagens alternativas.

Quanto à formação prática dos licenciados em Serviço Social e a sua capacidade para trabalhar no contexto de equipas multidisciplinares, destacam a sua importância através da formação básica em disciplinas como a Sociologia, a

---

<sup>221</sup> IDEM, *ibidem*. p. 11.

Psicologia, a Antropologia ou o Direito e formação específica em Serviço Social. A formação prática tem como propósito assegurar uma aproximação adequada a realidades sócio-culturais dinâmicas e de complexidade progressiva. Por outro lado, a componente multidisciplinar deve possibilitar uma abordagem integral das situações e conflitos sociais. De acordo com o documento, “es importante asegurar también el carácter polivalente de la formación ofrecida, lo cual reforzaría las expectativas de empleabilidad y permitiría la apertura de nuevos ámbitos profesionales”<sup>222</sup>.

Em relação à percentagem de conteúdos comuns obrigatórios inicialmente foi proposto 75%, no entanto, face ao debate ficou por 65% pois consideraram que reduzir a percentagem permitiria uma maior margem de flexibilidade e adaptabilidade das universidades sem envolver a perda de identidade da Licenciatura.

O *Livro Branco em Serviço Social* foi projectado em três grandes capítulos. O primeiro capítulo denominado por “Aspectos Contextuais”. Neste capítulo destacam, a análise macro e micro da situação dos estudos de Serviço Social na Europa, nomeadamente em 27 países. Desta análise, concluíram que não existe modelo único de referência, mas existem elementos muito relevantes que devem ser tidos em conta para configurar o Grau em Serviço Social em Espanha. O modelo proposto no documento tenta responder a estes elementos de referência. Este capítulo também aborda a análise da procura e oferta do grau de Serviço Social, do qual constata que em 21 das 32 universidades, a procura é superior à oferta. E por fim, abordam os principais resultados e um estudo dos fluxos de inserção na vida activa dos diplomados em Serviço Social.

No segundo capítulo é exposta a definição do perfil profissional dos Assistentes Sociais. Os autores do documento destacam que definiram um único perfil profissional geral para todos os Assistentes Sociais, para o qual foi estabelecido competências. Definiram também um conjunto de âmbitos de actuação onde os Assistentes Sociais podem intervir e por fim analisaram o que a norma em vigor estabelece como funções e competências dos Assistentes Sociais. Face ao exposto, definiram a continuação de 25 competências específicas estes profissionais, que somadas às competências genéricas pré-existentes, foram

---

<sup>222</sup> IDEM, *ibidem*. p. 8.

submetidas à consideração de profissionais, professores, e alunos. Por fim, entrevistaram 47 representantes de entidades empregadoras de Assistentes Sociais.

O terceiro capítulo refere-se à proposta e estrutura do título de grau/graduação. Começam por estabelecer objectivos disciplinares, competências e atitudes que os estudantes de Serviço Social devem alcançar, de seguida expõem a proposta de matérias e conteúdos mínimos que compõem o título de grau/graduação, os ECTS e propõem um conjunto de indicadores de avaliação. Realçam a proposta de grau com 65% de matérias comuns, a qual assume grande importância os aspectos das práticas dos estudantes. Na avaliação têm em conta os critérios gerais que são utilizados pela ANECA, assim como, as normas globais de qualificação que são utilizadas no âmbito internacional do Serviço Social para medir a qualidade dos centros formativos.

## **2. Trajectória da Formação Académica em Serviço Social em Portugal**

### **2.1. Trajectória da formação académica em Serviço Social até ao Processo de Bolonha<sup>223</sup>**

A génese do Serviço Social em Portugal como disciplina profissional tem por contexto o colapso da República em 1926 e a institucionalização da ditadura como projecto societário. Neste sentido, a emergência e a institucionalização do Serviço Social como formação académica e profissão tem por contexto o Estado Novo, anti-democrático, anti-liberal e anti-estado providência. O Serviço Social é encarado e configurado como apostolado e exclusivamente feminino, por imperativo da Lei que o legitima, no âmbito do ensino particular e confessional (católico).

---

<sup>223</sup> Serão referenciados os cursos com designação de “Serviço Social”.

Veja-se apêndice n.º 1 - Instituições de Ensino Superior com curso de Serviço Social antes e após a adequação ao Processo de Bolonha.

Segundo *Alcina Martins*, as primeiras tentativas para a criação de Escolas de Serviço Social são ensaiadas em 1928, no Instituto de Orientação Profissional, para formar o pessoal vinculado aos serviços de justiça de menores, e em 1934, no mesmo Instituto, para a formação de observadores de Psicologia juvenil e de observadores sociais. No entanto, é no I Congresso da União Nacional (partido único), em 1934, que são feitas propostas pela *Condessa de Rivas* e por *Bissaya Barreto* (médico), dando origem à criação do Instituto de Serviço Social (Lisboa, 1935) e da Escola Normal Social (Coimbra, 1937)<sup>224</sup>.

Neste sentido, a Formação Académica em Serviço Social surge em Abril de 1935, com a criação da 1ª Escola – Instituto de Serviço Social de Lisboa (posteriormente passa a designar-se por Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e actualmente integra-se na Universidade Lusíada de Lisboa) como instituição de ensino particular e feminino, por iniciativa do Patriarcado, tendo por suporte jurídico a Associação de Serviço Social, instituição com fins de cultura e formação social. Em 1937, surge a Escola Normal Social de Coimbra (mais tarde designado por Instituto de Serviço Social de Coimbra, depois por Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra e actualmente por Instituto Superior Miguel Torga) por iniciativa das *Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria*, com o apoio do professor *Bissaya Barreto*, Presidente da Junta da Província da Beira Litoral. E em 1956, surge o Instituto de Serviço Social do Porto por iniciativa da diocese do Porto (posteriormente designado por Instituto Superior de Serviço Social do Porto). As três Escolas pertencem ao ensino particular, sendo o ensino considerado superior em 1961.

Após Abril de 1974, os três Institutos reivindicam a integração nas estruturas universitárias públicas. No entanto, “este processo de luta pela “integração nas universidades” desenvolve-se com várias vicissitudes ao longo de 10 anos (de 1974 a 1984) sem atingir o objectivo pretendido”<sup>225</sup>.

---

<sup>224</sup> ALCINA MARTINS. *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 1999. pp. 207-230.

<sup>225</sup> MARIA AUGUSTA GERALDES NEGREIROS. «Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social – o caso português» in *Serviço Social, Profissão & Identidade que trajetória?*, Lisboa, São Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, 1999, pp. 14 - 15.

Ocorre o processo de laicização do ensino de Serviço Social que permitiu um corte com a génese e inserção institucional de cariz conservador, permitindo também uma concepção de formação distinta da Igreja.

No âmbito revolucionário e pós-revolucionário (de 74 a 84), enquanto ocorria o processo de luta pela “integração nas universidades” no sentido do privado – público, e de acordo com *Augusta Negreiros*, “o movimento de constituição dos Institutos de Lisboa e Porto como cooperativas do Ensino Superior Particular vai inscrever-se num outro processo (no sentido do público para o privado), o das “privatizações”, e, mais concretamente, o do amplo crescimento do Ensino Superior privado”<sup>226</sup>.

Até 1984, o processo de luta relaciona-se com a inserção do Serviço Social no ensino público, após 1984 a luta passava a ser pela obtenção do grau de Licenciatura.

Os três primeiros cursos de Serviço Social no Instituto Superior de Lisboa, do Porto e Coimbra até 1985/86 tiveram planos curriculares com a duração de 4 anos. Até 1989, estes não conferiam qualquer grau académico, somente atribuíam um diploma profissional. Segundo a autora, tal facto devia-se “as universidades serem as únicas instituições académicas que, naquela época, podiam conferir graus académicos de nível superior”<sup>227</sup>.

Posteriormente o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa coloca-se no terreno académico – científico e propõe os seguintes objectivos:

- *Obter o grau de Licenciatura para o curso superior de Serviço Social.*
- *Implementar um novo plano curricular de 5 anos (elaborado e debatido na Escola em 1983-1984).*
- *Qualificar cientificamente o corpo docente de Serviço Social através da Pós-Graduação – Mestrados e Doutoramentos. Entretanto é publicada legislação que estabelece um quadro legal específico para o ensino particular e cooperativo e possibilita que, mediante determinadas condições científicas, os estabelecimentos de Ensino Superior Particular possam vir a conferir o grau de Licenciatura*<sup>228</sup>.

Os Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e do Porto iniciam a luta pela atribuição do grau de Licenciatura em Serviço Social. É de realçar que o

---

<sup>226</sup> IDEM, *ibidem*, p. 17.

<sup>227</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>228</sup> IDEM, *ibidem*, p. 19.



Instituto de Coimbra não se vinculou a este processo, devido à sua Comissão Administrativa do Instituto defender a integração no Ensino Superior politécnico, público, privado, tal como o Ministério da Educação defendia.

Em 1985, os Institutos Superiores de Serviço Social de Lisboa e Porto, requerem junto do Ministério da Educação, a atribuição do Grau de Licenciatura aos Planos de Estudos de cinco anos. Porém só no dia 27 de Julho de 1989 é atribuído o grau de Licenciatura aos Planos de Estudos de cinco anos dos Institutos.

Neste contexto de atribuição do grau académico de Licenciatura aos Institutos de Lisboa e Porto “a formação académica de Serviço Social sofre um salto qualitativo em termos da legitimação e reconhecimento social passando, em termos da Lei de Bases do Sistema Educativo, a situar-se no quadro do Sistema Universitário”.<sup>229</sup>

Com base na investigação desenvolvida por *Alcina Martins* e *Rosa Tomé*, no Seminário Euro-Brasileiro de Serviço Social intitulado “*Serviço Social, Formação, Investigação, Qualidade & Desenvolvimento*”, promovido pelo Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga, passar-se-á a analisar a formação do 1.º ciclo em Serviço Social de 1990 a 1999 e de 2000 a 2006<sup>230</sup>.

A partir da segunda metade dos anos 90, multiplica-se a criação de novos cursos de Serviço Social, registando-se uma alteração completa do panorama da formação em Serviço Social em Portugal. Às três escolas históricas, sediadas nas três mais importantes cidades do país, junta-se uma significativa diversidade de estabelecimentos e cursos.

Neste sentido, em 1990 surge a Licenciatura em Serviço Social no Instituto Superior de Serviço Social de Beja (ISSSB), em 1991 no Instituto Superior Bissaya Barreto (ISBB), em 1996 na Faculdade de Ciências Humanas Lisboa - Universidade Católica Portuguesa, em 1997 na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Fernando Pessoa (UFP) e em 1999 na Faculdade de

---

<sup>229</sup> IDEM, *ibidem*, p. 24.

<sup>230</sup> ALCINA MARTINS; ROSA TOMÉ. «O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal: Uma proposta de reforço da organização profissional - Questões e desafios que se colocam à formação em Serviço Social». 2008. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/search/label/Semin%C3%A1rio%20Euro%20brasileiro%20de>, consultado em 25/02/08.

Ciências Sociais e Humanas - Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias (ULHT).

Entre 1990 e 1999 a Licenciatura em Serviço Social encontrava-se em mais quatro IES particular universitário e numa IES concordatário (Universidade Católica Portuguesa - UCP). As quatro IES particulares que possuíam formação no 1.º Ciclo em Serviço Social eram o ISSSB, o ISBB, a UFP e por fim a ULHT. A única IES concordatário (UCP) que possui o 1.º Ciclo em Serviço Social de acordo com a limitação temporal era a Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas Lisboa (UCP Lisboa).

Pode-se constatar que até 1999, a Licenciatura em Serviço Social não existia em IES público (quer de natureza universitária quer de natureza politécnica). Tal facto é oposto ao que se passou no Ensino Superior em geral no qual os cursos surgem primeiramente com universidades públicas.

Em 2000, o curso de Serviço Social surge na Faculdade de Ciências Sociais - Universidade Católica Portuguesa de Braga (UCP Braga) e no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais - Universidade dos Açores (U. Açores), em 2002 na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - Instituto Superior Politécnico de Leiria (IP. Leiria), em 2004 no Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais - Centro Regional Beiras - Universidade Católica Portuguesa Beiras (UCP Beiras), na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Lamego) - Instituto Superior Politécnico de Viseu (IP. Viseu), na Escola Superior de Educação – Instituto Superior Politécnico Castelo Branco (IP. Castelo Branco), na Escola Superior de Educação – Instituto Superior Politécnico de Portalegre (IP. Portalegre) e na Escola Superior de Educação – Instituto Superior Politécnico de Beja (IP. Beja), em 2005 no Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET), na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Coimbra (U. Coimbra) e no Departamento de Psicologia e Estudos Humanísticos - Universidade da Madeira (U. Madeira).

Pode-se constatar que entre 2000 e 2006 a formação em Serviço Social se encontrava em três IES público universitário (U. Açores, U. Coimbra e U. Madeira), em cinco do público politécnico (IP. Leiria, IP. Viseu, IP. Castelo Branco, IP. Portalegre e IP. Beja), em um particular Politécnico (ISCET) e em dois cursos do Ensino Concordatário (UCP Braga e UCP Beiras).

A integração do curso de Serviço Social no ensino público só se realizou a partir do século XXI, contrariamente ao que se passa na maioria dos outros países em que esta área não é excluída do ensino público. A introdução do 1.º Ciclo de Formação em Serviço Social ocorreu num contexto de “crise das universidades” no Ensino Superior em geral - regulação através da desregulação. No contexto do Ensino Superior Público, os primeiros cursos de Serviço Social foram criados na U. Açores (Ensino Superior Público Universitário) e em IES público politécnico, nomeadamente em Escolas Superiores de Educação. Tal facto prende-se com a regionalização do ensino, com as vontades políticas, os poderes locais de cada região.

Assim, a formação em Serviço Social até ao Processo de Bolonha encontrava-se em dezanove IES. Neste sentido, constata-se que a formação até ao Processo de Bolonha se encontrava em oito IES público, sendo que três são de natureza universitária (U. Açores, U. Coimbra e U. Madeira) e os outros cinco de cariz politécnico (IP. Leiria, IP. Viseu, IP. Castelo Branco, IP. Portalegre e IP. Beja). Existia também em oito IES particulares, dos quais sete são de natureza universitária (Universidade Lusíada de Lisboa – U. Lusíada, Instituto Superior Miguel Torga - ISMT, Instituto Superior Serviço Social do Porto - ISSSP, ISSSB, ISBB, UFP, ULHT) e um de cariz politécnico (ISCET). Relativamente ao Ensino Superior concordatário existe três instituições onde se pode encontrar a formação do 1.º ciclo em Serviço Social (UCP Lisboa, UCP Braga e UCP Beiras). É de realçar que todas estas IES atribuíam o grau de Licenciatura em Serviço Social com a excepção das IES politécnico (quer públicos, quer privado) que atribuíam o grau de Bacharelato + Licenciatura, configurando assim uma formação bietápica.

No que se refere ao Mestrado em Serviço Social constata-se que em 1987 no ISSSL, inicia-se o 1.º Mestrado em Serviço Social através de um protocolo com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), inserindo-se no processo de qualificação académica e luta pela obtenção do grau de Licenciatura. Este Protocolo segundo *Augusta Negreiros*, constitui “um ponto estratégico em termos do reconhecimento internacional do nível científico da formação em Serviço Social do Instituto Superior Serviço Social de Lisboa (ISSSL) e, evidenciou a contradição patente com o seu não reconhecimento a nível

nacional.”<sup>231</sup> Posteriormente, a concessão para atribuição do grau de Mestre ao ISSSL e ao ISSSP é concedida pelo Ministério da Tutela em 1995.

Os primeiros cursos de Doutoramento em Serviço Social surgem em 1997 com a parceria entre o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Porém só em 2003 surgem os primeiros cursos em Universidades Portuguesas: “um em Ciências do Serviço Social que resultou de um Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Porto – Instituto Ciências Biomédicas Abel Salazar e o ISSSP (UP-ISSSP) e o Doutoramento em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Ciências Humanas. Em 2004 o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em cooperação com o ISSSL dá início a um novo curso de Doutoramento”<sup>232</sup>.

Face ao exposto constata-se que o projecto político de crítica ao capitalismo e à dominação, à desvinculação da acção de cariz católico, enquanto forma conservadora de visão da ordem social, o reconhecimento formal da Licenciatura, do Mestrado e do Doutoramento, bem como a multiplicação de cursos de Serviço Social também no Ensino Superior Público, contribuíram de forma profunda para a mudança no Serviço Social Português e para sua afirmação no contexto da Europa.

## **2.2. Durante o Processo de adequação da Licenciatura em Serviço Social**

### **2.2.1. Posições de algumas organizações da categoria profissional face ao Processo de Bolonha**

No âmbito do processo de adequação dos cursos de Serviço Social ao Processo de Bolonha em Portugal algumas organizações nomeadamente o

---

<sup>231</sup> IDEM, *ibidem*, p. 21.

<sup>232</sup> IDEM, *ibidem*.

Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS)<sup>233</sup>, a Associação de Investigação e Debate em Serviço Social (AIDSS)<sup>234</sup>, a Rede Nacional de Escolas de Serviço Social (RNESS)<sup>235</sup>, a Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS)<sup>236</sup>, o Centro de Investigação em Serviço Social e Estudos Interdisciplinares (CISSEI)<sup>237</sup>, e o Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (SNPSS)<sup>238</sup> manifestaram-se no sentido de identificar as suas posições relativamente à adopção das orientações do Processo de Bolonha para a Formação em Serviço Social.

---

<sup>233</sup> O CPIHTS é uma associação constituída por tempo indeterminado, dotada de personalidade jurídica própria e com sede em Lisboa, tem como objectivo o estudo dos problemas e das políticas sociais e da intervenção social na realidade portuguesa, independente dos poderes político, económico e religioso, o desenvolvimento de estudos históricos do Serviço Social e a elaboração e execução de projectos de investigação, a divulgação e publicação dos resultados de estudos e investigação, na mesma área. Esta organização empenha-se na publicação de materiais oriundos de diversos quadrantes e que alguma maneira estejam relacionados com o Trabalho Social e com as Ciências Sociais.

Para mais informação veja-se a História do CPIHTS em <http://www.cpihts.com/>.

<sup>234</sup> Em 1992 surge o GIDSS (Grupo de Investigação e Debate em Serviço Social) e apresentava-se como instância de ligação entre o pólo académico e profissional e entre a realidade interventiva e a teoricidade da investigação académica. Este grupo é constituído por recém-licenciados e estudantes de Serviço Social do I.S.S.P. (Instituto Superior de Serviço Social do Porto). Posteriormente em 1992, o GIDSS transformou-se no AIDSS, uma organização de carácter associativo designada por Associação de Investigação e Debate em Serviço Social passado a ter como principais objectivos: o apoio à investigação e a promoção do debate em Serviço Social. A AIDSS organiza-se em quatro áreas de trabalho, sendo elas: a edição, a investigação, a formação e a prestação de serviços.

Para mais informação veja-se a História da AIDSS em <http://aidss.wordpress.com/sobre/>.

<sup>235</sup> A RNESS foi criada em 2000 integrando representantes dos directores das instituições de ensino e em 2003 organiza o I Congresso de Serviço Social da RNESS.

<sup>236</sup> A APSS constitui-se como uma associação sem fins lucrativos e surge em 16 de Janeiro de 1978, nos termos gerais da Lei e do Decreto-Lei 594/74 de 7 de Novembro. Os estatutos da APSS estabelecem os seguintes objectivos a prosseguir: promover a criação do estatuto porque se regerão os Profissionais de Serviço Social; o aperfeiçoamento profissional dos sócios; representar os sócios em organizações nacionais e internacionais com intervenção no campo social; contribuir para a articulação do ensino do Serviço Social com a realidade em que os profissionais actuam; para a definição da Política Social, através da colaboração com entidades oficiais e particulares que visem a promoção do Bem – Estar Social; intervir em todo e qualquer assunto dos Profissionais do Serviço Social, com excepção dos específicos da actividade sindical. A APSS possui como principais actividades: acções de formação; promoção de grupos de trabalho; centro de documentação; produção e difusão de documentos de carácter técnico; edição de publicações periódicas e outras; intercâmbio com editoras; estudo sobre o Serviço Social em Portugal.

Para mais informação veja-se a História da APSS em <http://www.apross.pt/interna.php?idseccao=2>.

<sup>237</sup> O CISSEI integra investigadores da área de Serviço Social e de outras áreas das Ciências Sociais. Parte deles associados ao Instituto Superior Serviço Social Lisboa (docentes).

<sup>238</sup> Em Julho de 1950 é criado o SNPSS que congregava Assistentes Sociais, assistentes familiares, auxiliares sociais, monitoras familiares, enfermeiras puericultoras, visitadoras da infância, visitadoras escolares e visitadoras sanitárias. É criado como organismo corporativo, subordinado ao Ministérios das Cooperações e Previdência Social e os seus estatutos deste sindicato nacional é aprovado pelo Alvará de 23 de Julho de 1950.

Para mais informação veja-se a comunicação de *Alcina Martins* no 1.º Congresso Nacional de Serviço Social, designada por: “Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura” em: <http://www.cpihts.com/1%BA%20Congresso%20Nac.%20SS.pdf>

Em Outubro de 2004, o CPIHTS manifesta a sua posição através do documento “Serviço Social e Declaração de Bolonha”. No referido documento, o CPIHTS menciona que tem vindo a acompanhar as políticas nacionais e europeias sobre a formação em Serviço Social, assim como, a construção de projectos de investigação em Serviço Social.

O CPITHS refere que historicamente:

*(...) não se pode desconhecer o investimento humano e científico que nas últimas décadas tem vindo a marcar o protagonismo do Serviço Social Português (SSP), que se traduz na afirmação e consolidação dos espaços da Licenciatura, do Mestrado e do Doutoramento em Serviço Social, questão que nem sempre tem vindo a ser acompanhada pelos países da comunidade<sup>239</sup>.*

O debate desencadeado pela Declaração de Bolonha leva o CPIHTS a insistir nos elementos sobre a formação dos Assistentes Sociais que tem vindo a aprofundar ao longo de anos, sendo eles:

- 1. Necessidade de se criar um Curriculum Mínimo da Licenciatura e da pós-graduação académica em Serviço Social que garanta a afirmação dos profissionais portugueses e a sua inserção na Comunidade Europeia;*
- 2. As competências profissionais desenvolvidas e adquiridas nos vários níveis da formação devem garantir a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos;*
- 3. A formação graduada em Serviço Social deve garantir três dimensões: a formação teórica em Ciências Humanas e Sociais e Serviço Social; a formação teórico-prática em Serviço Social e a investigação;*
- 4. A construção histórica da formação dos Assistentes Sociais Portugueses dá provas que para assegurar as dimensões acima referidas, a duração da Licenciatura em Serviço Social terá que ter quatro anos, sob pena de perder a sua identidade e espaço profissional<sup>240</sup>.*

O CPIHTS realça no desfecho do documento que a responsabilidade sobre o debate acerca das questões do Processo de Bolonha e da formação em Serviço Social é de todos os Assistentes Sociais assim como das Escolas de Serviço Social e organizações da categoria profissional.

A AIDSS demonstrou a sua posição sobre a adequação do curso de Serviço Social ao Processo de Bolonha através do documento “Parecer Sobre a

---

<sup>239</sup> CENTRO PORTUGUÊS DE INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA E TRABALHO SOCIAL. «O Serviço Social e a Declaração de Bolonha». 2004. p. 1. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/SS%20Dec%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>240</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 1 - 2.

Adequação do Curso de Serviço Social com Relação à Declaração de Bolonha”. Esta menciona que o debate em torno da reformulação do Curso, no que refere-se à sua organização em função da Declaração de Bolonha é de extrema importância visto que influencia a “capacitação dos futuros profissionais de Serviço Social para um exercício, maioritário, de uma actividade orientada para prática profissional”<sup>241</sup>.

Na Declaração de Bolonha, o limite mínimo de duração de um primeiro ciclo é de três anos e não a jusante e a cada universidade compete estabelecer limites consoante a sua organização universitária e especificidade de cada curso, o que implicará, na maioria dos casos, com uma organização e com uma prática profissionais.

Deste modo, aplicação da Declaração de Bolonha ao curso de Serviço Social no que diz respeito à duração do primeiro ciclo, deverá ter em conta “factores específicos ao Serviço Social, simultaneamente, enquanto disciplina profissional e enquanto disciplina científica”<sup>242</sup>, uma vez que.

*O Serviço Social emerge primeiro enquanto profissão e só depois como disciplina científica, sendo que esta confere à primeira rigor, cientificidade, racionalidade e método; e aquela reúne o núcleo identitário e o carácter predominante de uma profissão orientada para a prática, reforçada, aliás, pelo reconhecimento dos diversos Estados Europeus (embora com contextos diversos), como profissão determinante na organização, implementação, avaliação e aplicação das políticas sociais*<sup>243</sup>.

Neste sentido, as Licenciaturas em Serviço Social foram evoluindo para um plano curricular de quatro anos, com uma formação multifacetada.

As orientações para os “saberes- fazer da(s) prática(s) profissionais é então fundamental na formação de um Licenciado em Serviço Social, pelo carácter (...) de disciplina profissional de base científica, onde as aprendizagens das tecnologias sociais são fundamentais para a competência, o rigor, a flexibilidade da intervenção destes profissionais”<sup>244</sup>.

---

<sup>241</sup> AIDSS. «Parecer Sobre a Adequação do Curso de Serviço Social com Relação à Declaração de Bolonha». p. 1. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/AIDSS-%20parecer%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>242</sup> IDEM, *ibidem*. p. 2.

<sup>243</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>244</sup> IDEM, *ibidem*.

A AIDSS, tendo em conta a necessidade de adequação dos cursos de Serviço Social às orientações de Bolonha e articulando com as necessidades específicas da formação dos Assistentes Sociais (simbiose entre conhecimento e acção) considera que:

*A estrutura mais adequada ao funcionamento de um primeiro ciclo (de Licenciatura) seria a de quatro anos, três dos quais (os primeiros) inter-modais e creditáveis, e um ano (o último), com uma direcção prioritária á componente do exercício profissional em estágio académico, articulando conhecimento adquirido e intervenção, num necessário acompanhamento em seminários e orientações específicas<sup>245</sup>.*

Neste âmbito, a opção da AIDSS vai para “um primeiro ciclo de 4 anos (Licenciatura) e um segundo ciclo de 1 ano (Mestrado), este não vinculado às necessidades específicas de uma formação de conhecimento na, para e com a acção, portanto 4+1”<sup>246</sup>.

A RNESS também se manifestou no sentido de tornar pública a sua posição sobre a aplicação do Processo Bolonha em Portugal, através da realização de um documento designado por “A Formação de Assistentes Sociais em Portugal e o Processo Bolonha”. A RNESS reúne as principais escolas de formação de Assistentes Sociais no país e os organismos associativos e representativos destes profissionais para em Coimbra, no dia 16 de Novembro de 2004, realizar uma reunião com intuito de construir o documento mencionado anteriormente que posteriormente em Dezembro de 2004 é enviado à Senhora Ministra da Ciência Inovação e Ensino Superior. O mesmo foi subscrito pela APSS, AIDSS, CPIHTS e o sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social.

A formação académica em Serviço Social surge inicialmente (1935) com uma estrutura curricular de três anos, posteriormente a partir dos anos 50 passa a desenvolver-se num plano de estudos de quatro anos, mais tarde nos anos 80 a formação passa a estruturar-se num plano curricular de cinco anos. Este plano curricular de cinco anos visava assegurar um perfil de formação que combinava uma:

*(...) ampla formação teórica em Ciências Sociais e Serviço Social, a vertente da formação experiencial através de estágios curriculares (dimensão estrutural e estruturante dos planos de formação a nível internacional) e a componente da investigação, tridimensionalidade em*

---

<sup>245</sup> IDEM, *ibidem*. p. 3.

<sup>246</sup> IDEM, *ibidem*.



*que se funda um perfil específico da formação em Serviço Social em Portugal, assente num ciclo longo de formação universitária*<sup>247</sup>.

Mais tarde, na transição para o novo milénio, surge revisões curriculares que fixam uma estrutura curricular de quatro anos.

Todo o desenvolvimento da formação académica em Serviço Social (reconhecimento Licenciatura, início dos cursos de Mestrado e Doutoramento) conferiu um lugar singular de importância no panorama europeu.

O perfil do Assistente Social construído através do desenvolvimento académico e profissional tem garantido um “elevado nível de empregabilidade em Portugal e tem qualificado para o exercício de diferentes níveis e tipos de funções”<sup>248</sup>. Neste âmbito, a RNESS menciona que:

*(...) perfil profissional do Assistente Social, como especialista das Ciências Sociais e Humanas envolve uma jurisdição profissional que para além da dimensão tradicional da intervenção directa, se alarga aos domínios da concepção, coordenação e gestão de mediadas e programas de políticas sociais configurando o Assistente Social como um profissional complexo (exigindo a formação e desenvolvimento pessoal do profissional a par da formação científico-técnica) em contextos sociais de crescente complexidade, circunstâncias que requerem condições de maturação pessoal e profissional, uma importante componente curricular de formação experiencial, e uma capacitação para a investigação e produção de conhecimento nos contextos da acção profissional, perfil não compatível com ciclos de formação inicial curtos*<sup>249</sup>.

Esta organização menciona ainda que o encurtamento da duração da Licenciatura levará a definição de um perfil de profissional situado num patamar inferior e provavelmente levará a um abaixamento dos padrões de qualidade dos serviços sociais e a uma segmentação do emprego.

A RNESS conclui que a Licenciatura em Serviço Social, com o perfil definido se torna imprescindível:

*(...) 4 anos (240 ECTS) de forma a garantir a simultaneidade das componentes formativas estruturantes (formação teórica em Serviço Social e Ciências Sociais, formação experiencial através de estágios curriculares supervisionados, aprendizagem básica de investigação para a produção de conhecimento, com particular relevância nos contextos da acção) e a proporcionar a saída para o mercado de*

<sup>247</sup> RNESS. «Posição da RNESS sobre A Formação de Assistentes Sociais em Portugal e o Processo Bolonha». 2004. pp. 2 - 3. Disponível em: <http://homepage.mac.com/fbranco/Socialis/page10/page11/files/RNESS%20e%20o%20Processo%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>248</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 3 e 4.

<sup>249</sup> IDEM, *ibidem*. p. 4.

*trabalho de profissionais qualificados, em conformidade com as Normas Internacionais de Qualidade para a Educação e a Formação em Serviço Social emanadas pelos organismos internacionais desta área*<sup>250</sup>.

Em Fevereiro de 2006, a APSS realiza um documento referente às orientações de Bolonha para o curso de Serviço Social designado por “Posição da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o Processo Bolonha e a formação em Serviço Social”. Este documento surge no contexto da criação do *Decreto-Lei que regula os graus académicos e diplomas de Ensino Superior* e é subscrito e apoiado por todas as organizações de Serviço Social, nomeadamente, pelo CPIHTS, pela CISSEI, pela AIDSS e pelo SPSS, com a excepção da RNESS.

A APSS menciona a necessidade da formação inicial dos Assistentes Sociais ter uma duração de quatro anos (240 ECTS) como forma a garantir a simultaneidade das componentes formativas estruturantes e de proporcionar a saída para o mercado de trabalho de profissionais qualificados, de acordo com as Normas Internacionais de Qualidade para a Educação e a Formação em Serviço Social, emanadas pelos organismos internacionais desta área.

Realizando uma abordagem comparativa com os demais países europeus, a APSS confirma a sua posição de um primeiro ciclo mais longo, “o mais longo possível no respeito pelas orientações normativas e regulamentares do processo Bolonha e considerando a limitação decorrente do facto da não existência de uma norma legal da União Europeia para a profissão de Assistente Social”<sup>251</sup>. Acrescenta ainda que, Portugal é um país de referência no âmbito da formação académica em Serviço Social devido ao seu processo de desenvolvimento académico.

APSS realça que a recomendação do “Conselho de Ministros do Conselho Europeu (2001) que reconhece a natureza da profissão de Serviço Social, que requer o mais alto nível de responsabilidade para a tomada de decisões, elevados

---

<sup>250</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 4 e 5.

<sup>251</sup> APSS. «Posição da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o Processo Bolonha e a formação em Serviço Social». 2006. p. 2. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/BOLONHA%20POSI%C7AO%20DA%20APSS.pdf>, consultado em 20/12/07.

níveis de competências e, por isso, exige uma formação adequada designadamente no campo da investigação”<sup>252</sup>.

Tendo em conta as orientações da Declaração de Bolonha e face à inexistência de um organismo profissional de auto-regulação da profissão, situação em que a APSS “está empenhada desde 2003 no sentido da constituição de uma “Ordem dos Assistentes Sociais”, e cuja existência permitiria equacionar outras possíveis soluções de articulação entre formação inicial, estágio profissional e condições de acesso ao exercício da profissão”.

Face ao exposto esta organização aponta algumas questões relevantes para a formação em Serviço Social, tais como:

- *a formação inicial, que qualifica para o exercício profissional como Assistente Social, deverá ter uma duração preferentemente de 8 semestres (240 ECTS), correspondendo ao primeiro ciclo de estudos conducente ao grau de Licenciatura em Serviço Social;*
- *a formação inicial deve necessariamente assegurar um nível consistente de formação específica, recusando-se soluções de tronco comum a outras formações em Ciências Sociais que não garantam as condições adequadas de desenvolvimento de uma profissionalidade própria e qualifiquem para um competente exercício profissional como Assistente Social;*
- *a formação inicial deverá conceder uma particular atenção à componente do estágio (ou estágios) supervisionado, e a outras instâncias formativas que favoreçam o contacto dos estudantes com a realidade social e profissional, dimensão considerada essencial à maturação pessoal e profissional dos futuros Assistentes Sociais e à facilitação da sua inserção profissional;*
- *a estrutura curricular dos cursos de Licenciatura em Serviço Social deve sustentar projectos formativos que prossigam a capacitação para a investigação e produção de conhecimento nos contextos da acção profissional contemplando, para além da clássica formação básica em Metodologia de investigação social, em possíveis geometrias variáveis, a existência de disciplinas específicas, seminário(s) de investigação e a realização de um trabalho final de curso de 1º ciclo;*
- *é particularmente urgente, no contexto de quase-desregulação da formação inicial de Assistentes Sociais, o estabelecimento de uma norma base de regulamentação desta formação, à semelhança do que foi recentemente realizado na vizinha Espanha (cfr. Libro Blanco Título de Grado de Trabajo Social, cap. 11 e 12), tarefa para qual a APSS se disponibiliza em articulação com as estruturas académicas;*
- *é de fundamental importância o princípio da transparência da designação dos cursos de Ensino Superior, apoiando a APSS a posição sustentada no Relatório Braga da Cruz (Parecer da Área das Ciências Sociais) no âmbito do Processo Bolonha e a proposta, nesta matéria específica, do CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, através do documento Ensino Superior – Ordenamento da Oferta Educativa, nos quais se preconiza a substituição das designações de Trabalho Social e Política Social por Serviço Social;*

---

<sup>252</sup> IDEM, *ibidem*. p. 3.

- *com esta mesma exigência de clarificação e transparência é ainda urgente que se evitem designações de Cursos de Especialização Tecnológica que mencionem a formação ou profissão de Serviço Social, assim contribuindo para uma inútil fragmentação e desqualificação do património construído e em desenvolvimento desta área disciplinar*<sup>253</sup>.

Em síntese, face à apresentação das várias posições das organizações de Serviço Social constata-se que toda a discussão por parte das organizações, em torno da reestruturação do curso de Serviço Social para Bolonha, centrou-se no tempo de duração da formação, sua relação com o perfil de formação dos Assistentes Sociais até então conquistado, assim como na sua adequação ao mercado de trabalho.

Na generalidade todas as organizações constataam que o movimento de qualificação e o estatuto alcançado mereceu o reconhecimento de formação de referência por parte de estruturas da UE. Para tal, contribuiu o processo conducente à obtenção do grau de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, bem como, realização de estudos e pesquisas no âmbito das Ciências Sociais e humanas. Todo este processo de desenvolvimento do Serviço Social em Portugal reflecte o investimento humano e científico realizado.

É consensual que o plano curricular de formação universitária de quatro ou cinco anos ao nível da Licenciatura garantiu:

*(...) as componentes estruturantes da formação – formação teórica em Serviço Social e Ciências Sociais, formação experiencial através de estágios curriculares supervisionados, aprendizagem básica da investigação para a produção de conhecimento; tais modelos proporcionaram a saída para o mercado de profissionais mais qualificados, profissionais que desenvolvem a sua acção nos mais variados sectores, seja na administração pública, na acção social privada ou nas empresas, enquadrando-se muitos destes diplomados em áreas de gestão, planeamento, direcção e execução das políticas sociais e da acção social de um modo global; os modelos de formação permitiram, também, o aumento da comunidade de investigadores e a produção do conhecimento em Serviço Social, com os benefícios decorrentes do aprofundamento do conhecimento sobre diferentes problemáticas da realidade social*<sup>254</sup>.

Foi unânime a perspectiva de que para garantir os requisitos da formação em Serviço Social, em função do perfil exigido:

<sup>253</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 3 - 5.

<sup>254</sup> CPIHTS, AIDSS, CISSEI. «Serviço Social & Processo de Bolonha - ACTA DE COIMBRA». 2006. p. 2. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Servi%E7o%20Social%20&%20Processo%20de%20Bolonha%20%20ACTA%20DE%20COIMBRA%202.pdf>, consultado em 20/12/07.

*(...) a Licenciatura em Serviço Social necessita de um período de formação de 4 anos (8 semestres - 240 ECTS); para que o Serviço Social se mantenha num nível de formação qualificado e de referência, consentâneo com as exigências de uma prática profissional exercida em realidades sociais cada vez mais complexas, é necessário manter a duração da formação inicial em 4 anos; outras perspectivas, nomeadamente a possibilidade de duração de 3 anos (6 semestres - 180 ECTS), deve ser rejeitada, pelo facto de não permitir a preparação adequada às funções asseguradas hoje, com eficácia e eficiência pelos Assistentes Sociais nas diversas áreas do mercado de trabalho. Pretende-se, portanto, não fazer derivar a formação para um perfil inferior ao já legitimado<sup>255</sup>.*

Foi também possível verificar que na generalidade as organizações consideram que a organização de cursos com apenas três anos/180 ECTS não permite o exercício pleno das funções de um Assistente Social, uma vez que, corresponde à “preparação para o exercício de funções técnicas de nível intermédio, não podendo tais profissionais ser denominados de Assistentes Sociais”<sup>256</sup>.

A opinião dominante é que a redução da duração da formação inicial para menos de quatro anos afectará necessariamente o nível de competências dos profissionais.

### **2.2.2. Registos de adequação das Licenciaturas existentes e de novas Licenciaturas ao Processo de Bolonha**

Com base na informação contida na ligação *Web* da Direcção Geral do Ensino Superior (DGES) e no documento “O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão”<sup>257</sup> realizado por *Rosa Tomé*, procedeu-se ao levantamento das IES do 1.º Ciclo de Serviço Social em Portugal, que efectuaram registo de adequação e de novas Licenciaturas ao Processo de Bolonha em 2006/07 e 2007/08.

Neste contexto, realça-se o facto de que pela primeira vez foi constituída uma Comissão de Especialistas em Serviço Social. Sendo constituída, em Setembro

---

<sup>255</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>256</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>257</sup> ROSA TOMÉ. «O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão». p. 10. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%E9.pdf>, consultado em 20/12/07.

de 2006, por Assistentes Sociais que junto da DGES davam o seu parecer sobre os pedidos de autorização de novos cursos de 1º, 2º e 3º ciclos em Serviço Social apresentados exclusivamente, pelo Ensino Superior Particular e Cooperativo.

Como já mencionado anteriormente, a formação académica em Serviço Social até ao Processo de Bolonha encontrava-se em dezanove IES. Em oito IES público, sendo que três são de natureza universitária e os outros cinco de cariz politécnico. Em oito IES particulares, dos quais sete são de natureza universitária e um de cariz politécnico. E por fim em três instituições do Ensino Superior Concordatário. No entanto, com base na informação contida na ligação *Web* da DGES, verifica-se que vinte e uma IES realizaram registo de adequação ao Processo de Bolonha. Tal facto, deve-se ao ISBB ter desactivado a Licenciatura em Serviço Social e por este motivo não foi contabilizado nesta análise. Porém, para além das IES mencionados na análise da formação académica de Serviço Social até ao Processo de Bolonha, com a excepção do ISBB, mais três IES realizaram registo de adequação ao Processo de Bolonha. Estas instituições não possuíam curso com designação de “Serviço Social” mas sim com outras designações, no entanto, no registo de adequação ao Processo de Bolonha foram incluídos na área de Serviço Social.

Das três IES acima mencionadas, duas pertencem ao Ensino Superior Público Universitário, designadamente o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa (UTL) e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). E apenas uma ao Ensino Superior Particular Politécnico, a Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário – Instituto Superior Politécnico Gaya (IP. Gaya),

No IP. Gaya, surge em 2005 o curso de “Intervenção Social e Comunitária”, ao qual era conferido o grau de Bacharelato + Licenciatura. Na UTL em 1980, surge o curso de “Política Social”, ao qual era conferido o grau de Licenciatura. E por fim, na UTAD em 1999 surge o curso de “Trabalho Social”, ao qual era conferido o grau de Licenciatura.

Neste contexto, foram efectuados vinte e um registos de adequação ao Processo de Bolonha e de novas licenciaturas nos anos lectivos de 2006/2007 e 2007/2008.

Instituições de Ensino Superior	2006/2007	2007/2008	Total
	1.º Ciclo	1.º Ciclo	1.º Ciclo
Público Universitário	1	4	5
Público Politécnico	2	3	5
Particular Universitário	5	1	6
Particular Politécnico	2	-	2
Concordatário (UCP)	3	-	3
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>21</b>

**Quadro n.º 1** – Número de Registos efectuados da adequação ao Processo de Bolonha e de novas Licenciaturas em Serviço Social nas várias IES.

No ano lectivo de 2006/2007, treze cursos de 1.º ciclo de Serviço Social efectuaram registo de adequação. Destes treze cursos, três são do Ensino Superior Público (universitário e politécnico), sete são do Ensino Superior Particular (universitário e politécnico) e três do Ensino Concordatário<sup>258</sup>.

No Ensino Superior Público Universitário, somente a UTAD efectuou registo de adequação do 1.º ciclo em Serviço Social no ano lectivo de 2006/2007.

Relativamente ao Ensino Superior Público Politécnico, dois institutos superiores politécnicos efectuaram o registo de adequação do 1.º ciclo em Serviço Social no ano lectivo de 2006/2007, sendo eles: o IP. Castelo Branco e o IP. Viseu.

Quanto ao Ensino Superior Particular Universitário, o ISMT, a U. Lusíada, o ISSSB, a UFP e a ULHT efectuaram o registo de adequação. Sendo então cinco IES particular universitário do 1.º ciclo em Serviço Social, no ano lectivo de 2006/2007 que efectuaram registo de adequação.

No Ensino Superior Particular Politécnico, as duas instituições existentes (IP. Gaya e o ISCET) efectuaram registo no ano lectivo de 2006/2007.

Por fim, no ano lectivo de 2006/2007, as três IES Concordatário (UCP Lisboa, a UCP Beiras e a UCP Braga), realizaram o seu registo de adequação do 1.º ciclo em Serviço Social.

No ano lectivo de 2007/2008, oito cursos de 1.º ciclo de Serviço Social efectuaram registo de adequação. Destes oito cursos, sete são do Ensino

<sup>258</sup> Veja-se Apêndice n.2º - Registo da adequação do 1.º Ciclo em Serviço Social.

Superior Público (universitário e politécnico) e um é do Ensino Superior Particular Universitário<sup>259</sup>.

No Ensino Superior Público Universitário, quatro instituições efectuaram registo de adequação do 1.º ciclo em Serviço Social no ano lectivo de 2007/2008, sendo elas: U. Coimbra, a UTL, a U. Açores e U. Madeira.

Relativamente ao Ensino Superior Público Politécnico, foram três os institutos (IP. Beja, o IP. Leiria e o IP. Portalegre) que efectuaram registo de adequação do 1.º ciclo em Serviço Social no ano lectivo de 2007/2008.

Quanto ao Ensino Superior Particular Universitário, somente o ISSSP efectuou registo de adequação do 1.º ciclo em Serviço Social no ano lectivo de 2007/2008.

Constata-se que dos vinte e um cursos de 1.º ciclo de Serviço Social, treze efectuaram registo de adequação no ano lectivo de 2006/2007 e oito no ano lectivo de 2007/2008. Então constata-se que, no ano lectivo de 2007/2008, todas as Licenciaturas em Serviço Social estão adaptadas ao Processo de Bolonha.

### **2.3. Instituições de Ensino Superior com formação académica no 1.º ciclo em Serviço Social após o Processo de Bolonha<sup>260</sup>**

A formação do 1.º ciclo em Serviço Social anteriormente ao Processo de Bolonha encontrava-se em dezanove IES<sup>261</sup>, verifica-se que após o Processo de Bolonha a Licenciatura passou a encontrar-se em vinte. Tal facto deveu-se a algumas alterações verificadas nomeadamente: a extinção do curso no ISSSB e do ISBB e o acréscimo de três Licenciaturas designadas por “Serviço Social” (IP. Gaya, UTL e UTAD).

---

<sup>259</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>260</sup> Veja-se apêndice n.º 1 -Instituições de Ensino Superior com curso de Serviço Social antes e após a adequação ao Processo de Bolonha.

<sup>261</sup> Realça-se que anteriormente ao Processo de Bolonha a formação do 1.º ciclo se encontrava em 19 IES com a designação de “Serviço Social”, no entanto existiam mais 3 cursos com outras designações, nomeadamente de “Intervenção Social e Comunitária”, “Política Social” e “Trabalho Social”, os quais foram inseridos na área de Serviço Social aquando do registo de adequação a Bolonha. Neste sentido, anteriormente ao Processo de Bolonha existiam 22 cursos da área de Serviço Social.



Assim a Licenciatura em Serviço Social após o Processo de Bolonha encontra-se em dez IES Público, em sete IES Particular e Cooperativo, e em três IES Concordatário.

No que se refere às dez IES Público, o 1.º ciclo de Serviço Social encontra-se em: cinco instituições de natureza universitária e outros tantos politécnicos. Relativamente aos sete IES particular e cooperativo, a Licenciatura de Serviço Social encontra-se em: cinco instituições de natureza universitária e em dois politécnicos.

Realizando uma análise da inserção institucional do curso de Serviço Social nas Instituições de Ensino Superior concluiu-se que no âmbito das universidades públicas, o curso de Serviço Social insere-se em de cinco instituições, nomeadamente: na UTAD, na U. Açores, no Departamento de Psicologia e Estudos Humanísticos da U. Madeira, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), o qual pertence à Universidade Técnica de Lisboa (UTL) e por fim na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, a qual pertence à U. Coimbra.

Nos Institutos Politécnicos Públicos, a Licenciatura em Serviço Social insere-se em cinco instituições, nomeadamente: na Escola Superior de Educação pertencente ao IP. Castelo Branco, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Lamego) do IP. Viseu, na Escola Superior de Educação do IP. Beja, na Escola Superior Educação e Ciências Sociais do IP. Leiria e por fim na Escola Superior de Educação do IP. Portalegre.

Nas Instituições Particulares e Cooperativas de Ensino Universitário o 1.º ciclo em Serviço Social insere-se em cinco instituições, nomeadamente: no ISMT, na U. Lusíada do Instituto Superior Serviço Social de Lisboa, na UFP, no da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias e por fim no ISSSP.

No Particular Politécnico existe a Licenciatura em Serviço Social inserida: na Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário pertencente ao Instituto Superior Politécnico Gaya e no ISCET.

Relativamente ao Ensino Superior Concordatário a Licenciatura em Serviço Social insere-se em três instituições, nomeadamente: na Faculdade de Ciências Humanas da UCP de Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais da UCP de Braga

e por fim no Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais do Centro Regional Beiras da UCP (Beiras).

Das vinte Licenciaturas de Serviço Social, onze têm uma duração de sete semestres com 210 ECTS e nove apresentam uma duração de seis semestres com 180 ECTS. A diferença é essencialmente entre o ensino universitário (sete semestres) e politécnico (seis semestres), com a excepção de duas universidades (UFP e ULHT) que optaram por seis semestres.

Após a implementação do Processo de Bolonha na Licenciatura em Serviço Social, constata-se que o grau de Bacharelato em Serviço Social existente no Ensino Superior Público Politécnico (IP. Leiria, IP. Viseu, IP. Castelo Branco, IP. Portalegre e IP. Beja), e privado (ISCET e IP. Gaya) deixa de existir, passando a corresponder ao 1.º ciclo exclusivamente o grau de Licenciado. Outra das consequências da implementação do Processo de Bolonha prende-se com a uniformização da designação de “Serviço Social” e substituição de designações como “Intervenção Social e Comunitária” no IP. Gaya, “Política Social” na UTL e “Trabalho Social” na UTAD por Serviço Social.

Neste contexto, em Portugal actualmente existem profissionais de Serviço Social com um Perfil de Formação de cinco anos, quatro anos, três anos e três anos e meio, o que certamente provoca implicações para a qualidade da intervenção e exercício da intervenção profissional.

## **CAPÍTULO III**

### **ANÁLISE DA FORMAÇÃO DOS CURSOS DE 1.º CICLO EM SERVIÇO SOCIAL APÓS ADEQUAÇÃO AO PROCESSO DE BOLONHA**

Neste capítulo, faz-se uma apresentação das estratégias metodológicas adoptadas na investigação e aborda-se o processo de adequação dos planos de estudo em Serviço Social e suas exigências. Analisa-se os planos de estudo dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social após adequação ao Processo de Bolonha, esta análise incide sobre os objectivos e saídas profissionais e sobre os planos de estudo por áreas científicas.

No que diz respeito à área científica de Serviço Social, procurou-se analisá-la a partir de componentes como: “teoria/ Metodologia”, “investigação”, “ética (e deontologia)”, “política social”, “Direitos humanos”, “género, diversidade cultural, étnica e Sexual”, “administração/ gestão/ planeamento/ avaliação”, “História e fundamentos do Serviço Social”, “estágio”, “seminários”, “UC opcionais” e por fim outras UC da área científica de Serviço Social.

Contemplou-se ainda a análise das seguintes áreas científicas: Sociologia, Psicologia, Direito, Economia, Estatística/ Matemática, Informática, Línguas Estrangeiras, Ciências Sociais, Ciências Educação, Demografia, Ciência Política, Antropologia, História e por fim a área de Metodologia.

Este capítulo finaliza com uma análise do estado da formação dos cursos de 1.º em Serviço Social após Bolonha.

#### **1. Estratégias metodológicas adoptadas**

De forma a se atingir os objectivos delimitados na investigação adoptou-se algumas estratégias metodológicas.

Toda a investigação assenta numa Metodologia, onde estão subjacentes métodos e técnicas que vão permitir a recolha e análise de informação. Porém,

uma “investigação social não é, pois, uma sucessão de métodos e técnicas estereotipadas que bastaria aplicar tal e qual se apresentam numa ordem imutável. A escolha, a elaboração e a organização dos processos de trabalho variam com cada investigação específica”<sup>262</sup>.

De acordo com o que se pretendeu investigar foi importante decidir quais os métodos e técnicas mais adequadas aos objectivos propostos.

Em relação aos métodos, estes encontram-se classificados em quantitativos, qualitativos e mistos. Neste caso, optou-se pelo método misto, pois engloba uma conjugação de análise qualitativa e análise quantitativa, permitindo um estudo mais exaustivo e mais próximo da realidade que se pretendeu investigar.

A investigação proposta baseou-se em pesquisas descritivas e exploratórias. Segundo *António Carlos Gil*, as pesquisas descritivas “têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou então o estabelecimento de relações entre as variáveis”<sup>263</sup> e as pesquisas exploratórias “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vista na formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”<sup>264</sup>.

Para preconizar esta investigação utilizou-se técnicas específicas, como a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica consoante o autor é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos”<sup>265</sup>. Esta técnica permite um contacto teórico com a problemática, bem como uma informação mais ampla dos fenómenos. As fontes utilizadas consistem em livros, revistas científicas, teses de produção científica e legislação.

Relativamente à pesquisa documental, esta é semelhante à pesquisa bibliográfica, apresentam apenas uma diferença relativamente à natureza das fontes, “enquanto que a pesquisa bibliográfica utiliza-se fundamentalmente das contribuições dos diferentes autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento

---

<sup>262</sup> ANTÓNIO GIL. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4ª edição, São Paulo, ATLAS S:A. 1995. p. 18.

<sup>263</sup> IDEM, *ibidem*, p. 45.

<sup>264</sup> IDEM, *ibidem*, p. 44.

<sup>265</sup> IDEM, *ibidem*, p. 71.

analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objectivos da pesquisa”<sup>266</sup>.

Para realizar uma análise dos planos de estudo, tornou-se essencial realizar também uma análise aos objectivos e saídas profissionais inerentes a cada curso. Decorrente destes objectivos, optou-se por enviar uma carta registada aos directores do curso de 1º ciclo de Serviço Social das vinte IES com este curso em Portugal, para solicitar a disponibilização dos seguintes documentos:

- Envio, em caso de existência, do texto de fundamentação teórico – metodológica subjacente ao plano de estudos do curso de Serviço Social;
- Identificação e disponibilização dos contactos de e-mail do (s) professor (es) responsáveis pelas unidades curriculares (UC), para posterior contacto;
- Identificação das UC referentes às componentes da formação teórica em Serviço Social e Ciências Sociais e Humanas e respectivos programas destas U.C. ou sínteses dos seus conteúdos curriculares, bem como, identificação da área de formação do docente responsável;
- Identificação, relativamente à componente de estágio, da sua existência ou não, em que anos curriculares se insere, a sua duração, a área de formação do docente que acompanha o estágio bem como a do responsável no local de estágio.

Para além do envio de carta registada, também se efectuaram contactos telefónicos com cada IES, assim como, o envio de pedidos de informação formais e informais através de correio electrónico.

O envio das referidas cartas, foi efectivado no dia 30 de Abril de 2008, tendo sido solicitado o envio da documentação até ao dia 23 de Maio do mesmo ano. No entanto, após o prazo mencionado e sem resposta por parte dos directores, aguardou-se uma semana e procedeu-se a novos contactos electrónicos. Face à inexistência de resposta voltou-se a realizar novos contactos até ao final de Junho, porém desta vez telefonicamente, aos quais os directores mostraram vontade para colaborar, sendo que na maioria dos casos pediram para aguardar resposta por e-mail ou correspondência e alguns remeteram para o *site* da própria IES.

---

<sup>266</sup> IDEM, *ibidem*, p. 73.

Contudo, é importante mencionar que, embora os directores do curso de 1.º ciclo de Serviço Social tenham demonstrado receptividade, na realidade a maioria não efectivou o envio da documentação solicitada. Neste âmbito, acusa-se a recepção de alguns documentos, por parte: do *ISMT*, da *U. Madeira*, do *IP. Beja*, da *UFP* e da *UTAD*.

Por parte *ISMT* recebeu-se um documento intitulado “relatório do registo da adequação do 1.º ciclo de estudos em Serviço Social, em funcionamento no ISMT, ao Decreto-Lei – n.º 74/2006 de 24 de Março – Graus académicos e diplomas do Ensino Superior”<sup>267</sup> e outro designado por “formulário”<sup>268</sup>.

Da *U. Madeira* recebeu-se um documento intitulado “proposta de criação de uma Licenciatura em Serviço Social”<sup>269</sup> de Janeiro de 2004 e outro documento que consistia numa breve (simples e sintética) comunicação apresentada num seminário Ibérico intitulada “a formação em Serviço Social: desafios contemporâneos”, na qual a directora do curso reflecte sobre algumas questões em análise, sugestões e propostas apresentadas para a qualificação da formação, quer no âmbito da UMA, quer a nível do país. Recebeu-se também o novo plano de estudos da Licenciatura em Serviço Social, o qual inclui: área científica, Tipo (T; TP ou P), horas de trabalho (total e contacto) créditos de cada UC do curso, assim como o programa de todas as UC do plano de estudos do curso de Serviço Social da UMA.

---

<sup>267</sup> Neste documento consta os seguintes elementos: ciclos de estudos em Serviço Social em funcionamento no ISMT e o ciclo objecto da adequação; estrutura curricular e plano de estudos; objectivos do 1.º ciclo de estudos em Serviço Social; fundamentação do número de créditos atribuídos a cada UC; fundamentação do número total de créditos e duração do ciclo de estudos; adequação da organização do ciclo de estudos e Metodologias de ensino; análise comparativa entre a organização do ciclo de estudos no ISMT e em cursos de referência, com objectivos similares ministrados no espaço europeu; resultados da avaliação externa do curso e aspectos contemplados na organização do 1.º ciclo de estudos.

<sup>268</sup> Este documento incluía um conjunto de elementos designados por: estabelecimento de ensino; unidade orgânica; curso; grau ou diploma; área científica predominante do curso; número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma; duração normal do curso: três anos e meio, sete semestres; opções de organização de percursos alternativos em que o curso de Serviço Social se estrutura; áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma; plano de estudos.

<sup>269</sup> Este documento incluía: a introdução (objectivos; enquadramento e motivação; caracterização das unidades proponentes; estudo de mercado); o plano do curso (proposta curricular do curso de Serviço Social da UMA; análise curricular de cursos de Serviço Social; modelo de gestão pedagógica; recursos necessários; condições de acesso; áreas científicas); a estimativa de despesas; o anexo 1 – carta de intenção do SRAS; o Anexo 2 – levantamento de necessidades de TSSS; o Anexo 3 – solicitação do parecer do SRAS; o Anexo 4 – parecer do SRAS; o Anexo 5 – acta da comissão científica do DPEH e o Anexo 6 – modelo da acta de senado.

O *IP. Beja* disponibilizou um documento do diário da república, 2.<sup>a</sup> série — N.º 114 — 15 de Junho de 2007, nomeadamente o despacho n.º 11 949-BF/2007, o qual procede à publicação dos anexos referentes às estruturas curriculares e ao plano curricular do curso de Serviço Social adequado ao Processo de Bolonha.

Da *UFP*, recebeu-se um documento do diário da república, 2.a série— N.º 172— 6 de Setembro de 2006, mais especificamente o despacho n.º 18 217/2006, no qual o reitor faz saber alguns elementos tais como: autorização de adequação; plano de estudos; grau; transição curricular; início de funcionamento; normas regulamentares e em anexo o plano curricular da Licenciatura em Serviço Social.

E por parte da *UTAD*, recebeu-se um documento intitulado “proposta de adequação à nova organização decorrente do Processo de Bolonha do actual curso de Trabalho Social (1.º ciclo de Ensino Superior)”<sup>270</sup> de Março de 2006<sup>271</sup>.

Constata-se que se sentiram muitas dificuldades na pesquisa porque não foi facultado o acesso aos documentos necessários, o que reflecte a escassa colaboração por parte das IES nesta investigação. Esta falta de abertura por parte das IES levanta uma questão: Como podemos investigar, debater e discutir se não nos colocamos à discussão?

Devido à falta de colaboração na investigação por parte da maioria das instituições, procedeu-se à análise dos planos de estudo com base no material/ informação disponível nos sites de cada instituição, motivo pelo qual o número de instituições analisadas varia consoante a informação disponível.

No que diz respeito aos objectivos e saídas profissionais dos cursos, atendendo à pesquisa destas informações nos sites, verificou-se que os sites de:

---

<sup>270</sup> No documento constam os seguintes elementos: a identificação do ciclo de estudos actualmente em funcionamento; estrutura curricular e plano de estudos (estrutura curricular e plano de estudos apresentados nos termos das normas técnicas aprovadas pelo despacho n.º 10543/2005 (2.<sup>a</sup> Série) de 11 de Maio (Anexo II); apresentação sintética das unidades curriculares, áreas científicas (AC) e créditos ECTS; organização do 1.º ciclo por áreas científicas (ECTS); calendarização prevista para a implementação da proposta e plano de equivalências); objectivos do curso de cuja adequação resulta o ciclo de estudos submetido a registo; fundamentação sucinta do número de créditos atribuído a cada unidade curricular; fundamentação sucinta do número total de créditos e da consequente duração do ciclo de estudos proposto; demonstração da adequação da organização do ciclo de estudos e Metodologias de ensino (em relação à aquisição das competências e em relação aos objectivos); análise comparativa entre a organização fixada para o ciclo de estudos e a de cursos de referência com objectivos similares ministrados no espaço europeu; descrição concisa da forma como os resultados da avaliação externa foram incorporados na organização do ciclo de estudos; e em anexo as fichas das UC.

<sup>271</sup> O plano de estudos da *UTAD* não foi contemplado na análise porque a documentação enviada menciona que a Licenciatura se organiza em 8 semestres com um total de 240 ECTS. No entanto e de acordo com o registo de adequação (DGES) a referida IES passou a se organizar em 7 semestres com um total de 210 ECTS. Deste modo, constatou-se que a documentação enviada não foi a mais actual e neste âmbito se optou por não inclui-la na análise visto que não estaria actualizada.

quatro IES (1 IES público universitário, 2 IES particular universitário e 1 IES particular politécnico) não faziam referência aos objectivos do curso e que cinco IES (1 IES público universitário, 1 IES público politécnico, 1 IES particular universitário, 1 IES particular politécnico e 1 IES concordatário) não mencionavam as saídas profissionais.

Neste sentido, dos vinte cursos existentes analisou-se os objectivos de dezasseis IES, sendo quatro do ensino público universitário (U. Coimbra, UTAD, U. Madeira, UTL), cinco do ensino público politécnico (IP. Viseu, IP. Beja, IP. Castelo Branco, IP. Leiria e IP. Portalegre), três do ensino particular universitário (ISMT, U. Lusíada, U. Lusófona), um do ensino particular politécnico (IP. Gaya) e três do Ensino Concordatário: (UCP Lisboa, de Beiras e de Braga). Quanto às saídas profissionais, a análise foi realizada a quinze IES, sendo quatro IES público universitário (U. Coimbra, UTL, U. Madeira, UTAD), quatro IES público politécnico (IP. Viseu, IP. Castelo Branco, IP. Leiria, IP. Portalegre), quatro IES particular universitário (ISMT, UFP, U. Lusíada, U. Lusófona), uma IES particular politécnico (IP. Gaya) e duas IES concordatário (UCP Lisboa e UCP Braga).

Do total de vinte cursos de 1.º ciclo em Serviço Social, a análise incidiu sobre os planos de estudos do curso de Serviço Social do ano lectivo de 2007/ 2008 de oito instituições, sendo quatro do Ensino Superior Público Universitário (U. Coimbra, UTL, U. Açores, U. Madeira), duas do Ensino Superior Público Politécnico (IP. Viseu e IP. Beja) e as outras duas do Ensino Superior Particular Universitário (ISMT e UFP)<sup>272</sup>. A investigação incidiu nestes oito cursos porque são os que disponibilizam nos sites, a informação necessária ao objecto de estudo desta investigação, nomeadamente os planos de estudos com a discriminação das áreas científicas a que pertencem as UC.

A construção de categorias de análise (componentes da formação da área de Serviço Social) baseou-se em referenciais teóricos e em aproximações à informação recolhida (designações das UC). Estas componentes foram designadas por: “teoria/ Metodologia”, “investigação”, “ética (e deontologia)”, “política social”, “Direitos humanos”, “género, diversidade cultural, étnica e Sexual”, “administração/ gestão/ planeamento/ avaliação”, “História e

---

<sup>272</sup> Devido a questões de fácil leitura, a designação das Instituições de Ensino Superior será realizada com as siglas correspondentes.



fundamentos do Serviço Social”, “estágio”, “seminários”, “UC opcionais” e por fim outras UC da área científica de Serviço Social.

## **2. O processo de adequação dos planos de estudo em Serviço Social e suas exigências**

Os planos de estudo configuram propostas de formação, onde neles se regista a presença de áreas científicas. Estas fazem parte da estruturação dos planos de estudo e por conseguinte são de extrema importância. No entanto, existem algumas disparidades no que se refere à inclusão das UC em determinada área científica, assim como, da integração do curso de Serviço Social numa área específica.

Neste sentido e de acordo com *Alcina Martins*, “no I Congresso Nacional de Serviço Social em 2002 referia-se que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e organizações similares ainda não consideravam o Serviço Social como disciplina autónoma das Ciências Sociais, a integrar o elenco das áreas disciplinares. Passados estes anos, a situação não se alterou neste domínio e presentemente outros organismos dentro do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior integram o Serviço Social em áreas distintas”<sup>273</sup>. A autora afirma ainda que a “Direcção Geral do Ensino Superior (DGES) no que respeita ao acesso ao Ensino Superior integra o curso de Serviço Social na “Área de Direito, Ciências Sociais e Serviços”, já o Gabinete de Planeamento Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) nas estatísticas do Ensino Superior insere-o na área de formação e educação designada de “Trabalho Social e Orientação”, mas na abordagem do emprego coloca os diplomados em Serviço Social na área denominada de “Serviços Sociais”<sup>274</sup>.

A DGES estabelece a estruturação dos planos de estudo por áreas científicas e tendo em conta um conjunto de normas. Neste âmbito, aborda-se o Despacho n.º

---

<sup>273</sup> ALCINA MARTINS. «Investigação em Serviço Social no Portugal Contemporâneo. Paradoxos e Desafios». 2008. p. 42. Disponível em: [http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial/page8/files/page8\\_9.pdf](http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial/page8/files/page8_9.pdf), consultado em 10/01/09.

<sup>274</sup> IDEM, *ibidem*, p. 42.

7287 – C/2006 (2.<sup>a</sup> série) do Diário da República, que diz respeito ao regime jurídico dos graus e diplomas do Ensino Superior o qual “determina que a entrada em funcionamento de novas Licenciaturas, Mestrados ou Doutoramentos está sujeita ao regime em vigor à data da sua publicação até à criação e funcionamento da agência de acreditação”<sup>275</sup>.

As IES que ambicionavam apresentar ou efectuar pedidos de registo, criação ou autorização de funcionamento de novos ciclos de estudo que visem a entrada em funcionamento a partir do ano lectivo de 2006-2007, deveriam fazê-lo até ao dia 31 de Março de 2006, com o envio para a DGES dos documentos solicitados tendo em conta as normas para a apresentação dos mesmos. O prazo de envio da documentação findava no dia 31 de Março de 2006 e o presente despacho foi efectivado no dia 24 de Março do mesmo ano pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*, e publicado em diário da república no dia 31 de Março, dia em que findava o prazo de envio da documentação. Tal situação leva as que IES tenham pouco tempo para enviarem toda a documentação solicitada.

Porém, os pedidos de autorização de funcionamento de novas formações para iniciarem no ano lectivo de 2007/2008 poderiam ser remetidas à DGES até ao dia 15 de Novembro de 2006.

De acordo, com o despacho mencionado eram considerados como requisitos gerais para a entrada em funcionamento de um ciclo de estudos: “um projecto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objectivos fixados para esse ciclo de estudos; um corpo docente próprio, qualificado na área em causa, e adequado em número; os recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços lectivos, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados”<sup>276</sup>.

Consta como requisito a “fundamentação sucinta do número de créditos que, com base no trabalho estimado dos alunos, é atribuído a cada unidade curricular, incluindo os inquéritos realizados aos estudantes e docentes tendo em vista esse

---

<sup>275</sup> MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. «Despacho n.º 7287 – C/2006 (2.<sup>a</sup> série)». DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2006. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/533E0099-3E30-4EB0-BD5F-937B17AB34AD/1044/Despachon7287C2006.pdf>, consultado em 31/03/08.

<sup>276</sup> IDEM, *ibidem*.

fim”<sup>277</sup> e a “fundamentação sucinta do número total de créditos e da consequente duração do ciclo de estudos”<sup>278</sup>.

É também necessária, a demonstração sumária da adequação da organização do ciclo de estudos e Metodologia de ensino, considerando a aquisição das competências a que se referem e os objectivos.

Torna-se relevante o envio de uma análise comparativa entre a IES e a de cursos de referência com objectivos similares ministrados no espaço europeu.

A descrição da estrutura curricular e do plano de estudos devem ser descritos tendo em conta um formulário constante da parte final do anexo II<sup>279</sup>.

No que se refere à *estrutura curricular de um curso*, esta deve apresentar as áreas científicas que o integram, assim como, os créditos para cada área científica.

Quanto ao *plano de estudos de um curso*, este é constituído por um conjunto organizado de UC, que correspondem às unidades de ensino com objectivos de formação próprios que são objecto de inscrição administrativa e de avaliação traduzida numa classificação final.

A apresentação do plano de estudos de um curso deve conter (para cada ano, semestre ou trimestre curricular) as unidades curriculares que nele são ministradas, indicando, para cada uma: a sua denominação; a área científica em que se insere; o intervalo de tempo da ministração; o número total de horas de trabalho do estudante, incluindo todas as formas de trabalho previstas; de entre as horas referidas, o número de horas de contacto (totais) distribuídas segundo o tipo de Metodologia adoptada (ensino teórico (T); ensino teórico-prático (TP); ensino prático e laboratorial (PL); trabalho de campo (TC); seminário (S); estágio

---

<sup>277</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>278</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>279</sup> A caracterização de um curso deve conter: o nome da IES que ministra o curso; a unidade orgânica da IES através da qual o curso é ministrado (se aplicável); a denominação do curso; o grau ou diploma conferido; o número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma; a duração normal do curso; e por fim Opções, ramos, perfis, maior/menor, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estrutura (se aplicável).

(E); orientação tutorial (OT); outra (O); e por fim, o número de créditos que lhe é atribuído<sup>280</sup>.

Face ao exposto, rapidamente pode-se concluir que existe um desfasamento entre o que é exigido pela DGES e o que é colocado nos *sítes* das IES.

A estruturação curricular para além de ser baseada nas áreas científicas, também contempla os objectivos do curso e as saídas profissionais, as quais serão analisadas no próximo ponto da desta dissertação.

### **3. Análise dos planos de estudo dos cursos de 1.º ciclo em Serviço Social após adequação ao Processo de Bolonha**

#### **3.1. Análise dos Objectivos e Saídas Profissionais identificadas nos planos de estudo**

Com a análise dos objectivos dos dezasseis cursos de 1.º ciclo em Serviço Social<sup>281</sup> procura-se aferir o perfil de formação privilegiado, quais as dimensões e componentes contempladas da área de Serviço Social e se os objectivos expressam relação com outras áreas científicas. Com análise das saídas profissionais dos quinze cursos de 1.º ciclo<sup>282</sup> procura-se aferir quais as áreas privilegiadas em relação ao mercado de trabalho.

Quanto ao perfil profissional privilegiado nas várias Licenciaturas em Serviço Social, definiu-se dois tipos de perfis: o perfil mais técnico e o perfil mais científico/

---

<sup>280</sup> MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. «Despacho n.º 7287 – C/2006 (2.ª série)». DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2006. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/533E0099-3E30-4EB0-BD5F-937B17AB34AD/1044/Despachon7287C2006.pdf>, consultado em 31/03/08.

<sup>281</sup> Os objectivos analisados pertencem às seguintes instituições: U. Coimbra, UTAD, U. Madeira, UTL, IP. Viseu, IP. Beja, IP. Castelo Branco, IP. Leiria e IP. Portalegre, ISMT, U. Lusíada, U. Lusófona, IP. Gaya, UCP Lisboa, UCP Beiras e UCP Braga.

<sup>282</sup> A análise das saídas profissionais incide sobre as seguintes instituições: U. Coimbra, UTL, U. Madeira, UTAD, IP. Viseu, IP. Castelo Branco, IP. Leiria, IP. Portalegre, ISMT, UFP, U. Lusíada, U. Lusófona, IP. Gaya, UCP Lisboa e UCP Braga.

intelectual, segundo as concepções teóricas de *Paulo Netto*<sup>283</sup> e *Braga da Cruz*<sup>284</sup>, já anteriormente desenvolvidas.

No que diz respeito às dimensões e tendo como base as três dimensões essenciais na formação<sup>285</sup> (dimensão teórico-metodológica, dimensão ético-política e dimensão técnico-operativa), optou-se por desdobrá-las e considerando as dimensões: teórica/ analítica, metodológica, operativa/ prática, investigativa, dimensão ética e política. As componentes da área de Serviço Social contempladas foram designadas já anteriormente por: “História e fundamentos do Serviço Social”, “teoria/ Metodologia”, “administração/ gestão/ planeamento/ avaliação”, “ética (e deontologia)”, “investigação”, “política social”, “Direitos humanos”, “género, diversidade cultural, étnica e Sexual”, “estágio”, “seminários”, “UC opcionais” e por fim outras UC da área científica de Serviço Social.

Procurou-se ainda analisar se a definição dos objectivos contempla a relação com o mercado de trabalho, tendo por referência das considerações de *Mariana Alves*<sup>286</sup>.

---

<sup>283</sup> Retomando as considerações de *Paulo Netto* distingue-se dois tipos de perfis profissionais: o técnico e o intelectual. Neste sentido, distingue-se entre o profissional técnico “bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho *tal como elas se apresentam*” ou o profissional “intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua *compreensão teórico-crítica*, identificando a significação, os limites e as alternativas da acção focalizada”.

PAULO NETTO. «Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil». in *Serviço Social & Sociedade* n.º 50 – *O Serviço Social no Século XXI*, Ano XVII, Abril, São Paulo, Cortez Editora, 1996, pp. 125 - 126.

<sup>284</sup> Consoante *Braga da Cruz* existe também 2 tipos de perfis profissionais dos Assistentes Sociais, uns perfis mais técnicos e outros mais científicos levando à distinção entre técnicos sociais e cientistas sociais respectivamente. Os técnicos sociais “são profissionais com formação aplicada e desempenho mais centrado na intervenção social, com menos actividades de análise ou de estudo de estruturas e situações sociais”, enquanto que os cientistas sociais possuem “capacidade para funções de diagnóstico e concepção, não se limitando a meras actividades de intervenção”. Neste sentido, a formação dos técnicos sociais é mais curta e de cariz politécnico enquanto que a formação dos cientistas sociais é científica e mais ampla de cariz universitário.

MANUEL BRAGA DA CRUZ. «Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, Grupos por Área de Conhecimento». 2004. pp. 4 - 5. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Bolonha%20C.Sociais%20%20&%20Servi%20o%20Social.pdf>, consultado em 20/12/07.

<sup>285</sup> Tendo em conta as considerações de formação expressas por *Marilda Iamamoto* e *Paulo Netto* no Capítulo II, ponto 1.1.

<sup>286</sup> Retomando as duas abordagens consideradas pela autora, distingue-se a abordagem funcionalista e da abordagem académica. De acordo com a abordagem funcionalista “a preparação profissional no Ensino Superior deve ser um dos seus principais objectivos e deve ser orientada pelas necessidades expressas pelos empregadores e mundo do trabalho, devendo ser promovida uma formação profissionalizante e especializada que privilegie formas de conhecimento pragmáticas e direccionadas para a acção que permitam a melhoria da competitividade e eficácia económicas”<sup>286</sup>. Enquanto que a na abordagem académica o “Ensino Superior não é simplesmente uma forma de preparação para a vida profissional, mas é sobretudo uma experiência que tem valor em si própria e que deve contribuir para a produção do conhecimento”<sup>286</sup>.

Atendendo à análise por tipo de ensino verifica-se que objectivos preconizados pelas várias *IES Público Universitário* demonstram algumas diferenças. Neste âmbito, a U. Coimbra e a UTAD orientam a definição dos seus objectivos para a formação de profissionais com um perfil mais científico/ *intelectual*, enquanto que a UTL e a U. Madeira orientam para um perfil mais técnico.

Dentro dos vários objectivos da Licenciatura em Serviço Social da *U. Coimbra* destacam-se os seguintes:

*Articulação complexa de saberes teóricos (multidisciplinares), metodológicos e operativos; Análise crítica, avaliação e transformação de contextos e políticas sociais; Enfoque da qualidade de vida, do desenvolvimento social, dos Direitos humanos e da Justiça Social; Serviço Social constitui-se como um mecanismo primordial, e amplamente reconhecido (...) no planeamento, avaliação e execução de políticas sociais, bem como na construção de estratégias integradas de reconstrução da coesão social e de efectivação do desenvolvimento humano e territorial*<sup>287</sup>.

Assim, verifica-se que a formação contempla a dimensão teórica/ analítica, operativa/ técnica e metodológica e as componentes de “teoria/ Metodologia”, “política social”, “planeamento, avaliação e execução” e “direitos humanos”.

As saídas profissionais mencionadas são as seguintes: “Segurança Social; Autarquias; IPSS, Misericórdias e Associações de Desenvolvimento Social e Comunitário; Educação; Justiça; Trabalho e Emprego; Docência e investigação”<sup>288</sup>. É feita referência à área da “docência e investigação” em Serviço Social, no entanto, nos objectivos não é referenciado esta área.

A *UTAD* orienta os seus objectivos para um perfil profissional mais científico/ *intelectual*, porém, os objectivos são muitos gerais e pouco expressivos, dando poucos elementos de como é desenvolvida a formação. A elaboração dos objectivos não dá conta das componentes que atravessam a formação, veja-se a seguinte citação: “proporcionar aos seus licenciados os conhecimentos científicos, a capacidade analítica e as competências de trabalho para, eventualmente,

---

MARIANA GAIO ALVES. *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas; Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Julho de 2007. pp. 226.

<sup>287</sup> FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO -UNIVERSIDADE DE COIMBRA. «Lic. Serviço Social – Objectivos». Disponível em <https://woc.uc.pt/fpce/course/infocurso.do?idcurso=38>, consultado em 13/04/08.

<sup>288</sup> FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO -UNIVERSIDADE DE COIMBRA. «Lic. Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: <https://woc.uc.pt/fpce/course/saidasprofissionais.do?idcurso=38>, consultado em 13/04/08.

prossequirem estudos num curso de 2º ciclo (Mestrado)”<sup>289</sup>. No entanto, salientam quais as actividades quotidianas de um Assistente Social: “investiga e avalia problemas sociais; diagnostica situações de risco; aplica no contexto local, políticas e programas nacionais; concebe, gere e avalia projectos de intervenção social; e reflecte de uma maneira crítica sobre a sua prática profissional”<sup>290</sup>.

Nas saídas profissionais é mencionado que existe um “leque alargado de opções profissionais, tanto nas entidades públicas e privadas, como nas de organizações sem fins lucrativos, a todos os níveis – local, regional, nacional, comunitário e internacional”<sup>291</sup>. Mencionam também que um licenciado terá competências para trabalhar por exemplo em “organizações dedicadas à investigação social e à formação”, porém, esta área não é referenciada nos objectivos.

A UTL e a U. Madeira contemplam as dimensões: teórica/ analítica e operativa/ técnica e apresentam uma relação preponderante com o mercado de trabalho. Para além das dimensões mencionadas, a U. Madeira apresenta também a dimensão metodológica.

Os objectivos do 1.º ciclo em Serviço Social da UTL dão relevo à articulação entre as preocupações de formação, saídas e perfil profissional. Esta Licenciatura tem como objectivo preparar os estudantes para o “desenvolvimento e operacionalização de projectos de intervenção social, para o exercício de trabalho técnico e de coordenação em organizações de política e acção social públicas (...), do terceiro sector e privadas, às escalas psicossocial, grupal, organizacional e comunitária”<sup>292</sup>. Assim, identifica-se a existência da componente de “política social”. No traçar dos objectivos é dado importância a outras áreas científicas, nomeadamente a área da Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Direito e Economia, tal situação é realçada através da seguinte citação:

---

<sup>289</sup> UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO. «Licenciatura em Serviço Social 1º Ciclo de Estudos – Objectivos». Disponível em: [http://www.utad.pt/pt/ensino\\_formacao/1ciclo/achs/servico\\_social/index.html](http://www.utad.pt/pt/ensino_formacao/1ciclo/achs/servico_social/index.html), consultado em 13/04/08.

<sup>290</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>291</sup> UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO. «Licenciatura em Serviço Social 1º Ciclo de Estudos – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.utad.pt/pt/ensino\\_formacao/1ciclo/achs/servico\\_social/index.html](http://www.utad.pt/pt/ensino_formacao/1ciclo/achs/servico_social/index.html), consultado em 13/04/08.

<sup>292</sup> INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA. «Licenciaturas/ Serviço Social – Objectivos». Disponível em <http://www2.iscsp.utl.pt/index.php?idc=11&idi=12749>, consultado em 13/04/08.

*A preparação específica recebida nos domínios da política e da acção social, é curricularmente enquadrada numa perspectiva interdisciplinar, integrando particularmente os domínios da Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Direito e Economia, que habilita os seus alunos a uma fácil integração em qualquer unidade operacional ou de apoio, tanto ao nível dos serviços de proximidade, como de agências de políticas públicas, como de organizações emergentes da sociedade civil*<sup>293</sup>.

Como saídas profissionais mencionam: “Trabalho técnico e de coordenação em estruturas e programas de Serviço Social à escala psicossocial, grupal, organizacional e comunitária; Trabalho técnico e de coordenação em organizações de política e acção social públicas (Administração Central, Regional e Local), do terceiro sector; e Investigação”<sup>294</sup>. É de notar que mais uma vez, nas saídas profissionais surge a investigação como uma área privilegiada em termos de saídas profissionais, no entanto, os objectivos da Licenciatura não apontam para tal.

A Licenciatura em Serviço Social da *U. Madeira* orienta-se para o:

*Desenvolvimento de competências teóricas, metodológicas e operativas no âmbito das políticas sociais e das tecnologias de gestão social; Conhecimento aprofundado das Metodologias específicas do Serviço Social e desenvolvimento das competências profissionais na resolução dos problemas sociais e na promoção das pessoas, dos grupos e das comunidades*<sup>295</sup>.

Assim, identifica-se as componentes de “teoria/ Metodologia” e “política social.

As saídas profissionais remetem para as seguintes áreas:

*Administração pública central; Institutos de solidariedade e segurança social, administração pública local; Hospitais e centros de saúde; Centros de profilaxia da droga e de apoio a toxicodependentes; Tribunais, serviços de reinserção social e estabelecimentos prisionais; Centros de emprego e formação profissional; Serviços de apoio social nas escolas; Equipamentos sociais à infância, juventude, deficientes e idosos; IPSS; associações, cooperativas e organizações não governamentais de apoio social; Empresas de diferentes ramos de actividade, em áreas de recursos humanos, serviços sociais e de saúde ocupacional*<sup>296</sup>.

---

<sup>293</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>294</sup> INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA. «Licenciaturas/ Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: <http://www2.iscsp.utl.pt/index.php?idc=11&idi=12749>, consultado em 13/04/08.

<sup>295</sup> UNIVERSIDADE DA MADEIRA. «Licenciatura Serviço Social – Finalidades/ Objectivos». Disponível em [http://www.uma.pt/portal/modulos/curso/index.php?T=1208100127&TPESQ=PESQ\\_CURSO\\_DADOSGERAIS&TPESQANT=PESQ\\_ENSINOLST\\_LIC&IDM=PT&IdCurso=286&Cod\\_Especialidade\\_Cx=0&NPAG=&TOR\\_DANT=&CORDANT=&SCRANT=/portal/modulos/curso/index.php&NV\\_MOD=MODCURSO&NV\\_EAGR=EAGR\\_CURSOLICENC&NV\\_MOD\\_ANT=MODCURSO&NV\\_EAGR\\_ANT=EAGR\\_ENSINOLST&NV\\_TAB=&NV\\_TAB\\_ANT=](http://www.uma.pt/portal/modulos/curso/index.php?T=1208100127&TPESQ=PESQ_CURSO_DADOSGERAIS&TPESQANT=PESQ_ENSINOLST_LIC&IDM=PT&IdCurso=286&Cod_Especialidade_Cx=0&NPAG=&TOR_DANT=&CORDANT=&SCRANT=/portal/modulos/curso/index.php&NV_MOD=MODCURSO&NV_EAGR=EAGR_CURSOLICENC&NV_MOD_ANT=MODCURSO&NV_EAGR_ANT=EAGR_ENSINOLST&NV_TAB=&NV_TAB_ANT=), consultado em 13/04/08.

<sup>296</sup> IDEM, *ibidem*.



Analisando os objectivos preconizados pelas várias *IES Público Politécnico* facilmente constata-se algumas diferenças entre elas, nomeadamente no tipo de perfil profissional para qual orientam as suas formações. O IP. Viseu, o IP Beja e o IP. Castelo Branco, orientam para um perfil mais científico/ *intelectual*, já o IP. Leiria e o IP. Portalegre orientam para um perfil mais técnico e com uma relação preponderante com o mercado de trabalho.

O *IP. Viseu*, o *IP. Beja* e o *IP. Castelo Branco*, contemplam na sua formação as dimensões: teórica/ analítica; operativa/ técnica; investigativa. O *IP. Beja* contempla também a dimensão ético-política e a dimensão metodológica e o *IP. Viseu* contempla a dimensão ética da formação.

A formação proporcionada pelo *IP. Viseu* desenvolve-se em torno dos seguintes objectivos:

*Conhecer e aplicar os referenciais conceptuais da pessoa humana, construídos pelas diversas Ciências Sociais e Humanas; Adoptar uma postura pessoal de rigorosa ética profissional e de respeito pelos valores humanos e justiça social, bem como ter consciência plena da interligação entre o seu papel de profissional e o de cidadão, nomeadamente como agente de mudança social; Desenvolver uma atitude de actualização profissional e investigação permanentes, colaborando activamente em projectos de investigação-acção*<sup>297</sup>.

Desta forma identifica-se as componentes de “ética profissional”, “investigação” e “Direitos humanos” e uma relação com outras áreas científicas (Ciências Sociais e Humanas).

As áreas privilegiadas em termos de saídas profissionais são as seguintes:

*Serviços centrais e regionais da Administração Pública; Justiça; Actividades de segurança social; Saúde; Educação; Animação de actividades e espaços em associações culturais, juvenis e desportivas; Apoio à programação e animação de actividades de tempos livres e de lazer; Autarquias; Actividades de cooperação; Apoio a intervenções de serviço, educação e acção social em urbanismo e meio ambiente; Emprego e Formação Profissional; Apoio especializado a associações de desenvolvimento local; Empresas privadas*<sup>298</sup>.

A Licenciatura em Serviço Social do *IP. Beja* pretende formar profissionais que “desenvolvam a sua actuação com base em conhecimentos teórico –

---

<sup>297</sup> ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO – POLITÉCNICO DE VISEU. «Serviço Social – Objectivos do Curso e Saídas Profissionais». Disponível em <http://www.estgl.ipv.pt/ss.htm>, consultado em 13/04/08.

<sup>298</sup> IDEM, *ibidem*.

metodológicos; técnico – operativos e ético – políticos”<sup>299</sup>. O curso pretende que os alunos sejam qualificados para:

*O conhecimento e questionamento das relações entre o Serviço Social e as Políticas Sociais aos níveis da intervenção, concepção, interpretação e avaliação; O desenvolvimento de competências no âmbito da investigação em Serviço Social com recurso a métodos e técnicas; A construção de relações, em contexto de estágio, que articulem a formação académica e a realidade social, institucional e sócio – profissional; A reflexão ético-política, para uma intervenção de promoção e defesa dos Direitos humanos*<sup>300</sup>.

Assim observa-se as componentes de “teoria/ Metodologia”, “política social”, “estágio”, “avaliação”, “investigação” e “Direitos humanos”.

O 1.º ciclo do curso de Serviço Social do IP. Castelo Branco propõe-se a:

*Promover o espírito de pesquisa sobre os fenómenos sociais, no âmbito do Serviço Social; e pretende proporcionar aos estudantes oportunidades de aprendizagem que lhes permitam desenvolver conhecimentos, destrezas, atitudes e valores específicos do Serviço Social mediante sólidas bases científicas, técnicas e de desenvolvimento pessoal e social*<sup>301</sup>.

Remetendo assim para a componente de investigação na área de Serviço Social.

No que se refere às saídas profissional o profissional terá:

*desenvolvido um conjunto de competências que lhe permitirão criar e desenvolver actividades, projectos e programas de intervenção comunitária, de reeducação e de inserção social em instituições para crianças, jovens, adultos e idosos inadaptados, em instituições para a 3.ª idade, para a promoção do desenvolvimento local, formação ocupacional de jovens nos vários estabelecimentos oficiais e privados de ensino, nas autarquias, nas instituições de solidariedade social, nas organizações associativas da comunidade, nos centros de formação profissional e de investigação social, na organização/orientação/supervisão de actividades de integração em hospitais, misericórdias e centros de saúde mental*<sup>302</sup>.

O IP. Leiria ambiciona com a Licenciatura em Serviço Social:

*Formar profissionais com capacidade para actuarem ao nível das realidades e problemas sociais mais prementes, desenvolvendo um*

<sup>299</sup> INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA. «Curso: Serviço Social – Objectivos educacionais e profissionais». Disponível em [http://portal.ipbeja.pt/ects/cursos/ese/info\\_servico\\_social.html](http://portal.ipbeja.pt/ects/cursos/ese/info_servico_social.html), consultado em 13/04/08.

<sup>300</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>301</sup> INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO – ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, «Licenciatura em Serviço Social – objectivos». Disponível em: [http://www.ese.ipcb.pt/curso\\_lb\\_servicosoc.htm](http://www.ese.ipcb.pt/curso_lb_servicosoc.htm), consultado em 13/04/08.

<sup>302</sup> INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO – ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO. «Licenciatura em Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.ese.ipcb.pt/curso\\_lb\\_servicosoc.htm](http://www.ese.ipcb.pt/curso_lb_servicosoc.htm), consultado em 13/04/08.

*papel preventivo ou terapêutico, tendo como universo privilegiado o indivíduo/grupo de risco; Desempenho da profissão em todas as suas vertentes, designadamente na saúde, educação, justiça, protecção a crianças e jovens, autarquias, segurança social, habitação, emprego e formação*<sup>303</sup>.

Neste sentido, acentuam a dimensão preventiva ou terapêutica e micro, expressando também a preocupação em referir onde os profissionais se poderão vir a inserir profissionalmente.

Relativamente ao *IP. Portalegre*, a formação no 1.º ciclo em Serviço Social é centrada nas áreas das Ciências Sociais e Humanas e a formação prática pretende “promover a aquisição de saberes, competências, atitudes e experiências essenciais para o desenvolvimento do Serviço Social”<sup>304</sup>. Em termos de saídas profissionais referenciam a população-alvo: “idosos; grupos com carências económicas; crianças abandonadas; jovens em risco de marginalidade; toxicodependentes; reclusos e ex-reclusos; pessoas sem-abrigo; pessoas com deficiência; minorias étnicas”<sup>305</sup>.

Ao analisar os objectivos instituídos pelas várias *IES Particular Universitário* observa-se que todas elas orientam a definição dos seus objectivos para a formação de profissionais com um perfil mais científico/ intelectual. O ISMT, a U. Lusíada e a U. Lusófona contemplam na formação da Licenciatura as dimensões: teórica/ analítica; operativa/ técnica; metodológica; investigativa; e ético-política. No que se refere às componentes, verifica-se que surgem algumas diferenças entre as instituições, no entanto as componentes: “teoria/Metodologia” e a “investigação” estão presentes nas 3 instituições analisadas.

O curso de 1.º ciclo do *ISMT* para além das componentes referenciadas no parágrafo anterior contempla também na sua formação as seguintes componentes: “política social”, “estágio”, “avaliação” e “Direitos humanos”.

De acordo com os objectivos do curso de 1.º ciclo do ISMT esta formação:

*(...)deve contribuir para a construção de uma identidade profissional, através de uma sólida qualificação teórica, metodológica e ético-política,*

<sup>303</sup> INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA. «Serviço Social – Objectivos do curso». Disponível em [http://www.ipleiria.pt/portal/ipleiria?p\\_id=6091](http://www.ipleiria.pt/portal/ipleiria?p_id=6091), consultado em 13/04/08.

<sup>304</sup> ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE. «Curso de Serviço Social – Objectivos». Disponível em [http://www.esep.pt/novos\\_cursos/apresentacao\\_cursos.php?id=7](http://www.esep.pt/novos_cursos/apresentacao_cursos.php?id=7), consultado em 13/04/08.

<sup>305</sup> ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE. «Curso de Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em [http://www.esep.pt/novos\\_cursos/apresentacao\\_cursos.php?id=7](http://www.esep.pt/novos_cursos/apresentacao_cursos.php?id=7), consultado em 13/04/08.

*e de uma capacitação operacional e prática de investigação que alicerce o conhecimento do Serviço Social e a sua produção, dando suporte à interlocução com as outras áreas das Ciências Sociais. A compreensão da vertente teórico-metodológica e ético-política que permite desenvolver as competências da intervenção, da planificação, da avaliação e da investigação no Serviço Social, de forma a fazer face aos novos desafios e solicitações que se colocam nas sociedades contemporâneas e particularmente em Portugal.*<sup>306</sup>

Os licenciados devem construir uma “postura plural, crítica e promotora da efectividade dos Direitos Humanos e da cidadania”<sup>307</sup>, assim como “equacionar das relações entre o Serviço Social e as Políticas Sociais, não só ao nível da intervenção, mas também ao nível da concepção, elaboração e avaliação de programas, projectos e medidas de política”<sup>308</sup>. Nos primeiros anos do curso é reforçada a formação teórico-prática através de trabalho de campo, oficinas, observatórios, projectos e núcleos de estudo, porém no final do curso surge a realização do estágio e elaboração do trabalho final de curso<sup>309</sup>.

O ISMT, nos objectivos, menciona que a área científica de Serviço Social é estruturante no plano de estudos e que a mesma estabelece relação com outras áreas científicas.

Nas saídas profissionais mencionam: “Segurança Social, Saúde, Autarquias Locais, Justiça, Trabalho e Educação, Intervenção Psicoterapêutica e Psicossocial, Habilitação própria para a docência (Grupo 19 do Secundário)”<sup>310</sup>. O despacho normativo 1 - A/99 de 20 de Janeiro de 1999 confere a Habilitação própria para a docência (Grupo 19 do Secundário), porém, presentemente a Licenciatura em Serviço Social do ISMT confere Habilitação própria para docência do 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário – grupo 430 – Economia e Contabilidade<sup>311</sup>.

---

<sup>306</sup> INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em [http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico\\_social.html](http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico_social.html), consultado em 13/04/08.

<sup>307</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>308</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>309</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>310</sup> INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA. «Licenciatura em Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em [http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico\\_social.html](http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico_social.html), consultado em 13/04/08.

<sup>311</sup> DGRHE. «CURSOS QUE CONFEREM HABILITAÇÃO PRÓPRIA PARA A DOCÊNCIA - Grupo de Recrutamento 430 - Economia e Contabilidade». Disponível em [http://www.dgrhe.min-edu.pt/Portal/WebForms/Docentes/PDF/Habilitacoes2007\\_PDF/430.PDF](http://www.dgrhe.min-edu.pt/Portal/WebForms/Docentes/PDF/Habilitacoes2007_PDF/430.PDF), consultado em 27/04/09.

Dos vários objectivos da formação no 1.º ciclo em Serviço Social da *U. Lusíada* salienta-se os seguintes:

*Proporcionar uma formação científica e técnica que prepare para a compreensão da pessoa e da sociedade, habilite para a intervenção qualificada em organizações e em problemas sociais específicos, tanto a nível individual como grupal, familiar ou comunitário, bem como ao nível do desenvolvimento local e para a investigação e planeamento na área do Serviço Social; A apropriação dos fundamentos teórico-científicos do Serviço Social e do património e trajectória da profissão; A capacitação teórico-metodológica e operativa para uma intervenção qualificada no quadro das novas orientações das políticas sociais, tecnologias da gestão social, singularidade das situações sociais, diversidade das culturas e modos de vida; A reflexão ético-política e uma cultura de promoção e defesa dos Direitos de cidadania dos excluídos, minorias e grupos étnicos.*<sup>312</sup>

Verifica-se que a formação contempla as seguintes componentes: “teoria/ Metodologia”, “política social”, “planeamento”, “investigação” e “Direitos humanos e questões éticas e culturais”. As áreas privilegiadas em termos de saídas profissionais são as seguintes: “Serviços de Estado; Autarquias Locais; Organizações Sociais não Lucrativas, Associações, Cooperativas e Sindicatos; Empresas de diferentes ramos de actividade, em Serviços Sociais, de Recursos Humanos e de Saúde Ocupacional”<sup>313</sup>.

A Licenciatura em Serviço Social da U. Lusófona tem como objectivos capacitar os alunos para “integrar numa visão holística, dimensões teórico-metodológicas, ético-políticos e técnico-metodológicos; pesquisar e construir análises da realidade onde exerce a sua actividade”<sup>314</sup>; assim como, desenvolver competências para “trabalhar com indivíduos, famílias, grupos de risco e outros numa visão multicultural, assente nos Direitos humanos e justiça social”<sup>315</sup>. Neste âmbito, identifica-se as componentes de: “teoria/ Metodologia”, “investigação”, “multiculturalidade” e “Direitos humanos”. Esta Licenciatura apresenta relação com

---

<sup>312</sup> UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em [http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/bolonha/ciclos\\_2007\\_2008/servicosocial/1\\_ciclo/default.htm](http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/bolonha/ciclos_2007_2008/servicosocial/1_ciclo/default.htm), consultado em 13/04/08.

<sup>313</sup> UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA. «Licenciatura em Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/bolonha/ciclos\\_2007\\_2008/servicosocial/1\\_ciclo/default.htm](http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/bolonha/ciclos_2007_2008/servicosocial/1_ciclo/default.htm), consultado em 13/04/08.

<sup>314</sup> UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS. «1.º Ciclo – Serviço Social – Objectivos». Disponível em: [http://www.grupolusofona.pt/portal/page?\\_pageid=135,514732&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.grupolusofona.pt/portal/page?_pageid=135,514732&_dad=portal&_schema=PORTAL), consultado em 13/04/08.

<sup>315</sup> IDEM, *ibidem*.

outras áreas científicas, nomeadamente as Ciências Sociais e Humanas, uma vez que um dos objectivos passa por “articular conhecimentos da área do Serviço Social com as áreas das Ciências Sociais e Humanas”<sup>316</sup>. As áreas privilegiadas em termos de saídas profissionais são: “Serviços do Estado; Ministérios e particularmente nos do Trabalho e Solidariedade Social, Saúde, Justiça, Educação e Administração Interna”<sup>317</sup>.

A análise da única *IES Particular Politécnico* considerada ao nível dos objectivos (*IP. Gaya*) procurou aferir que esta forma profissionais com um perfil mais técnico, apresentando uma relação predominante com o mercado de trabalho. Esta formação, contempla a dimensão operativa/ técnica, pois, os objectivos preconizam a capacidade de em “equipas multidisciplinares, contribuir para a promoção do desenvolvimento integral e global dos indivíduos, ao trabalhar com eles competências que lhes permitam uma participação mais activa e construtiva no seu meio envolvente, tornando-os protagonistas do seu próprio processo de mudança, bem como o da própria comunidade”<sup>318</sup>. O 1.º ciclo em Serviço Social ambiciona também que os alunos:

*(...) sejam capazes de intervir social e comunitariamente, fazendo uso de um corpo de competências técnicas e científicas para a promoção, animação, execução e avaliação de iniciativas no âmbito de: Aconselhamento psicossocial; Prevenção e remediação de comportamentos desviantes; (Re) educação social; Gestão da formação; Animação social e cultural; Reinserção social; Integração/Reabilitação sócio-profissional*<sup>319</sup>.

Como saídas profissionais são mencionadas as seguintes carreiras: “Assistente Social (Técnico Superior de Serviço Social); Técnico de Aconselhamento Psico-Social; Gestor de Formação; Técnico de Reinserção Social e Profissional”<sup>320</sup>. Os objectivos e saídas profissionais traçados pelo IP. Gaya para a Licenciatura em

---

<sup>316</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>317</sup> UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS. «1.º Ciclo – Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.grupolusofona.pt/portal/page?\\_pageid=135,514732&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.grupolusofona.pt/portal/page?_pageid=135,514732&_dad=portal&_schema=PORTAL), consultado em 13/04/08.

<sup>318</sup> INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO GAYA. «Licenciatura em Serviço Social (adequada ao modelo de Bolonha) – Apresentação do curso». Disponível em: <http://www.ispgaya.pt/>, consultado em 13/04/08.

<sup>319</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>320</sup> INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO GAYA. «Licenciatura em Serviço Social (adequada ao modelo de Bolonha) – Saídas Profissionais». Disponível em: <http://www.ispgaya.pt/>, consultado em 13/04/08.

Serviço Social demonstram alguma ligação com a designação anterior do curso: “Intervenção Social e Comunitária”

Os objectivos dos cursos de 1.º ciclo das várias *IES Concordatário* demonstram orientar para a formação de profissionais com um perfil mais científico/ *intelectual*. Estas instituições contemplam na formação as dimensões: teórica/ analítica; operativa/ técnica; e metodológica, com a excepção da UCP (Beiras) que não menciona esta última dimensão nos objectivos do curso.

A UCP (Lisboa) e a UCP (Braga) possuem o objectivo de efectuar uma “formação científica que habilite para a compreensão das grandes mudanças sociais contemporâneas e seus reflexos na vida das (...) populações”<sup>321</sup>.

Perante os novos desafios de uma sociedade em grande evolução, o 1.º ciclo em Serviço Social na *UCP (Lisboa)* tem como objectivos entre outros: o “conhecimento aprofundado das Metodologias específicas do Serviço Social; desenvolvimento de atitudes que possibilitem a resolução dos problemas humanos e sociais, que favoreçam a promoção das pessoas no respeito pelas suas opções e que contribuam para a elaboração e efectivação de políticas sociais renovadas e humanistas”<sup>322</sup>. Assim, identifica-se a componente “metodológica” e de “política social”. Em termos de saídas profissionais as áreas privilegiadas são a: “Justiça, Intervenção Comunitária, Crianças e Jovens, Saúde, Empresas, Terceira Idade, Saúde Mental, Imigração, Saúde, Reinserção Social, Acção Social, entre outras”<sup>323</sup>. Esta instituição demonstra preocupações com a empregabilidade dos licenciados em Serviço Social, porque no *site* salientam que os estudantes têm tido muito boa aceitação no mercado de trabalho, pois alguns

---

<sup>321</sup> UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS. «Licenciatura em Serviço Social – Descrição». Disponível em <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1558&lang=1&artigoID=1495>, consultado em 13/04/08.

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FACIS. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em <http://www.braga.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1907&lang=1&artigoID=1309>, consultado em 13/04/08.

<sup>322</sup> UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS. «Licenciatura em Serviço Social – Descrição». Disponível em <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1558&lang=1&artigoID=1495>, consultado em 13/04/08.

<sup>323</sup> UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS. «Saídas Profissionais». Disponível em <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1558&lang=1&artigo=1495&artigoID=1497>, consultado em 13/04/08.

licenciados “integraram-se no mercado de trabalho em países da União Europeia, enquanto outros têm optado pelo prosseguimento de estudos (Doutoramentos, Mestrados e pós-graduações) na Universidade Católica, em outras universidades portuguesas ou europeias”<sup>324</sup>.

A Licenciatura em Serviço Social na *UCP (Beiras)* está estruturada em torno do objectivo de “formar profissionais com capacidade para avaliarem, prevenirem e solucionar os problemas sociais nas áreas em que forem chamados a intervir”<sup>325</sup>.

A *UCP (Braga)* menciona os seguintes os objectivos para a Licenciatura em Serviço Social: “conhecer e aprofundar técnicas e Metodologias de trabalho social; Desenvolver atitudes que contribuam para a solução de problemas humanos e sociais e favoreçam a promoção das pessoas no respeito pelas suas opções”<sup>326</sup>. As áreas privilegiadas em termos de saídas profissionais são: “organismos e serviços do estado; instituições particulares de solidariedade social (IPSS); câmaras municipais; empresas; hospitais e centros de saúde; escolas e centros de formação profissional; centros sociais; centros de emprego; organizações não governamentais”<sup>327</sup>.

Em síntese, poder-se-á dizer que das dezasseis IES analisadas, a maioria (onze), apresentam objectivos que orientam a Licenciatura de Serviço Social para a formação de perfis profissionais mais científicos/ *intelectual*, demarcando-se explicitamente de uma concepção tecnicista. Estas onze IES não pertencem especificamente a um tipo de ensino (universitário ou politécnico), o que reflecte que determinado tipo de perfil profissional não está associado a um tipo de ensino (se atender-se à definição dos objectivos de cada instituição). Em todas as IES o

---

<sup>324</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>325</sup> UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, GESTÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS. «Licenciatura: Serviço Social – Objectivos do Curso». Disponível em <http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1262&lang=1&artigoID=1376>, consultado em 13/04/08.

<sup>326</sup> UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FACIS. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em <http://www.braga.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1907&lang=1&artigoID=1309>, consultado em 13/04/08.

<sup>327</sup> UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FACIS. «Licenciatura em Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em <http://www.braga.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1907&lang=1&artigoID=1309>, consultado em 13/04/08.



perfil de formação é generalista não existindo qualquer especialização. É de realçar que todas as IES que apresentam a formação com um perfil mais técnico demonstram uma relação privilegiada com o mercado de trabalho.

No que diz respeito às dimensões contempladas na formação, verifica-se que somente as IES particular universitário apresentam as mesmas dimensões e perfil profissional.

Quanto às componentes da área científica de Serviço Social expressas na definição dos objectivos por parte de cada IES, observa-se que elas variam consoante cada instituição.

Algumas instituições na definição dos objectivos apresentam relação com outras áreas científicas, tais como: Ciências Sociais e Humanas (2 IES público politécnico e 1 IES particular universitário), Ciências Sociais (1 IES particular universitário) e com áreas específicas tais como: Sociologia, Antropologia, Ciências Política, Direito e Economia (1 IES público universitário).

No que se refere às saídas profissionais, cada IES referencia as áreas que privilegia, não existindo nem uniformização nas áreas e por vezes existindo dissonância entre as áreas de saída profissional e os objectivos. Veja-se o caso da área de investigação que é apontada nas saídas profissionais, porém, na formulação dos objectivos não está expressa a preocupação com esta dimensão da formação. Algumas IES apontam como saídas profissionais os espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais, enquanto que outras remetem para a população-alvo e por fim uma IES (IP. Gaya) remete as saídas profissionais para as *carreiras profissionais* dos Assistentes Sociais. Destaca-se que o ISMT remete para outras dimensões do mercado de trabalho dos Assistentes Sociais profissionais, nomeadamente para a Habilitação própria para docência 3.º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário – grupo 430 – Economia e Contabilidade (docência fora da área de Serviço Social).

É expectável que os objectivos e perfil de formação definidos pelas IES encontrem tradução formal no plano de estudos. A análise dos planos de estudo permitirá uma apreciação mais substantiva entre os objectivos e a estruturação dos planos de estudo.

### **3.2. Estruturação dos planos de estudo por áreas científicas**

#### **3.2.1. Análise da formação na área científica de Serviço Social<sup>328</sup>**

Face aos constrangimentos da pesquisa, esta análise faz-se a partir das designações das UC dos planos de estudo, e não como inicialmente previsto através dos seus conteúdos programáticos.

As dimensões e componentes contempladas na análise dos objectivos e saídas profissionais são as que constitui referência para a análise dos planos de estudo.

Nesta análise procede-se à integração das componentes da área de Serviço Social no contexto das dimensões da formação, assim, a dimensão teórico-metodológica contempla as componentes: “teoria/ Metodologia” e “investigação”, a dimensão ético-política as componentes: “ética”, “política social”, “Direitos humanos” e “Género, diversidade cultural, étnica e sexual” e por fim, a dimensão técnico-operativa contempla as componentes de “administração”, “gestão”, “planeamento”, “avaliação”. São ainda analisadas as seguintes componentes: “História e Fundamentos do Serviço Social”, “estágio”, as UC referentes a “seminários”, as “UC opcionais” e outras UC desta área.

Assim realiza-se uma análise descritiva dos oito planos de estudo, a partir das considerações de alguns autores e do documento da *AIETS* e a *FITS*.

Para análise da área científica de Serviço Social estabeleceu-se a relação entre o total de ECTS das UC desta área e o total de ECTS das várias áreas do 1.º ciclo do curso de Serviço Social.

É de realçar que duas IES (UFP e IP. Beja) possuem designações diferentes para a área científica de Serviço Social. A UFP designa de “Trabalho Social”, mantendo a designação após o Processo de Bolonha embora o nome do curso se denomine de Serviço Social. O IP. Beja designa de “trabalho social e orientação”,

---

<sup>328</sup> Veja-se apêndice n.º 3 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Serviço Social por cada IES – 1.º ciclo.

devendo-se ao facto de ter adoptado a classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação para definir as áreas científicas<sup>329</sup>.

A proposta da APSS acerca da “importância o princípio da transparência da designação dos cursos de Ensino Superior”<sup>330</sup>, preconizando a substituição das designações de “Trabalho Social” e “Política Social” por Serviço Social foi alcançada porém as designações acerca da área científica não foram alteradas e uniformizadas para “Serviço Social”.

Tratando-se do curso de Serviço Social procurou-se analisar se esta área é estruturante e para tal observou-se o valor atribuído a esta área face ao total de ECTS, verificando-se assim se esta área é estruturante ou não.

Pode-se observar que duas IES público universitário (U. Açores e U. Madeira), duas de Ensino Superior Particular Universitário (ISMT e UFP) e duas de Ensino Superior Público Politécnico (IP. Beja e IP. Viseu), possuem uma percentagem superior a 50% ECTS da área de Serviço Social. Já em duas IES público universitário (U. Coimbra e UTL) constata-se a existência de uma percentagem inferior a 50% ECTS da referida área. Verifica-se então, que dos oito planos de estudo analisados, com excepção de dois todos apresentam a área científica de Serviço Social como estruturante dos cursos de 1.º ciclo de Serviço Social.

Através da análise dos planos de estudo constata-se qual a percentagem de ECTS e o número de UC desta área, assim, o ISMT apresenta 63,09% ECTS e 21 UC, a U. Açores 60% ECTS e 18 UC, a U. Madeira 57,14% ECTS e 13 UC, o IP. Beja 56,1% ECTS e 20 UC, o IP. Viseu 52,78% ECTS e 15 UC, a UFP com 50,55% ECTS e 14 UC, a U. Coimbra 39,05% ECTS e 12 UC e por fim a UTL 38,09% ECTS e 11UC com referência à área científica de Serviço Social.

Então, verifica-se que a percentagem mais baixa de ECTS nesta área é de 38,09% (UTL) e a mais elevada é de 63,09% (ISMT), sendo a média de 52,1%.

---

<sup>329</sup> Ver Legislação acerca da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação – Portaria n.º 256/2005 de 16 de Março.

DIÁRIO DA REPÚBLICA I SÉRIE –B. «Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação». 2005. Disponível em:

[http://www.sac.uevora.pt/sac/legislacao/legislacao\\_publicada\\_em\\_diario\\_da\\_republica/classificacao\\_nacional\\_das\\_areas\\_de\\_educacao\\_e\\_formacao](http://www.sac.uevora.pt/sac/legislacao/legislacao_publicada_em_diario_da_republica/classificacao_nacional_das_areas_de_educacao_e_formacao), consultado em 15/10/2008.

<sup>330</sup> APSS. «Posição da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o Processo Bolonha e a formação em Serviço Social». 2006.p. 4. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/BOLONHA%20POSICAO%20DA%20APSS.pdf>, consultado em 20/12/07.

Quanto ao número unidades curriculares da área de Serviço Social a média está entre 11 a 21 UC.

As Universidades dos Açores e da Madeira possuem respectivamente as segundas e terceiras percentagens mais elevadas de ECTS da área científica de Serviço Social, porém, possuem menos UC que outras instituições.

### *Dimensão teórico-metodológica*

Nesta dimensão analisam-se as componentes de “*teoria/ Metodologia*” e de “*investigação*”. No que diz respeito à componente de “*teoria/ Metodologia*” identificam-se as UC que cuja designação contêm teoria, teoria/Metodologia ou Metodologia e quanto à componente de “*investigação*” identificam-se as UC que possuem esta designação.

Os planos de estudos que contemplam UC com referência somente à teoria do Serviço Social são: da UTL com duas UC designadas por: “Teoria Geral do Serviço Social I e II” e da UFP com 3 UC designadas por: “Teoria e Método de Serviço Social” e “Teoria e Práticas de Intervenção Social I e II”.

Quanto às UC com referência à Teoria/ Metodologia observou-se que o plano de estudos da U. Açores possui 3 UC designadas por: “Teoria e Metodologia do Serviço Social I, II e III” e o plano de estudos do ISMT 2 UC designadas por: “Teorias e Metodologias do Serviço Social I e II”.

No que diz respeito às UC com designação de Metodologia verifica-se a presença de 1 UC designada por: “Metodologias e Práticas do Serviço Social I” no plano de estudos da U. Coimbra.

Quanto à componente de *investigação*, o ISMT é o único que possui uma UC de Investigação em Serviço Social, os restantes planos de estudo contemplam UC designadas por: “Introdução aos Métodos e Técnicas de Investigação”; “Métodos e Técnicas de Investigação Social”; “Metodologias Investigação Social” e “Metodologias Investigação Social Aplicadas”.

O ISMT no plano de estudos do 1.º ciclo de Serviço Social contempla UC obrigatórias da área científica de Serviço Social designadas por Núcleos de Estudo que integram 7 linhas temáticas designadas por: Infância e Juventude;

Desafios e Problemáticas na Idade Avançada; Desvio, Justiça e reinserção Social; Género, Identidades e desigualdades; Ambiente, Risco e Intervenção em Catástrofes; Pobreza e Territórios de Exclusão e por fim Cultura Contemporânea e Formas de Dependência. Das 7 linhas temáticas optativas, os estudantes escolhem 2, escolha essa a realizar nos dois últimos semestres (uma em cada seMestre), sendo atribuído 6 ECTS a cada núcleo.

A U. Madeira contempla 2 UC que se designam por “Seminário de Investigação I e II”. O IP. Beja apresenta 4 UC no âmbito da Investigação, designadas por “Seminários Investigação I e II”; “Metodologias Investigação Social” e “Metodologias Investigação Social Aplicadas”. Os planos da U. Coimbra, da UTL, da UFP e do IP. Viseu não possuem UC com designação de Investigação.

Assiste-se a algumas desigualdades nas instituições, no que se refere à preocupação de garantir a investigação desde o 1.º ciclo de Serviço Social. Observa-se através das designações das UC que a aprendizagem básica de investigação para produção de conhecimento não é contemplada em todas as formações, existindo assim uma desvalorização da componente de investigação na graduação dos Assistentes Sociais.

Com relação à investigação, o documento realizado pela AIETS Y FITS destaca que os programas curriculares deveriam permitir aos alunos aspirar ao “conhecimento e competências em investigação no Serviço Social, incluindo o uso ético de paradigmas de investigação relevantes e apreciação crítica do uso da investigação na prática de Serviço Social”<sup>331</sup>. O documento refere ainda a importância de que o programa curricular ajude “os alunos de Serviço Social a desenvolver competências de pensamento crítico e atitudes de raciocínio, abertura a novas experiências e paradigmas, assim como o compromisso de aprendizagem ao longo da vida”<sup>332</sup>.

Importante reflexão acerca da investigação é realizada também por *Paulo Netto*<sup>333</sup>, que considera que a mesma é um dos objectivos fundamentais da

---

<sup>331</sup> AIETS Y FITS. «ESTÁNDARES GLOBALES PARA LA EDUCACIÓN Y CAPACITACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL». 2004. p. 10. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.

<sup>332</sup> IDEM, *ibidem*, p.7.

<sup>333</sup> PAULO NETTO. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.

instituição académica, destacando que a investigação é imprescindível para o reconhecimento profissional de qualquer área. O autor afirma ainda que ao nível da formação profissional é indispensável o domínio do ensino mas também da investigação e pesquisa<sup>334</sup>.

*Alcina Martins*, chama a atenção de que para que os Assistentes Sociais adotem uma postura investigativa é indispensável que a “investigação corresponda efectivamente a uma componente da sua formação de base, ao ser ensinada tanto no plano disciplinar como de aplicação e treino, de iniciação à prática de investigação”<sup>335</sup>.

### *Dimensão ético-política*

Faz parte desta dimensão a análise das componentes de “*ética (e deontologia)*”, “*política social*”, “*Direitos humanos*” e “*Género, diversidade cultural, étnica e sexual*”.

Tendo em conta a identificação das UC que possuem a designação de ética, verifica-se que estas apresentam variações na denominação destas UC. Neste contexto, alguns planos possuem UC designadas por “*Ética e Deontologia*”, “*Ética e Deontologia do Serviço Social*”, “*Ética e Deontologia em Serviço Social*”, “*Ética e Deontologia Profissional*” e o plano de estudos da UFP contém uma UC designada por “*Ética e Deontologia em Trabalho Social*”. É de salientar que os planos da UTL e da U. Madeira não possuem UC que na sua designação incluam a designação de ética.

Retomando o documento “Padrões Globais para a Educação e Formação em Serviço Social” verifica-se que os valores, a ética e os princípios de Serviço Social são componentes indispensáveis da profissão. Desta forma, as instituições de ensino deveriam: “contar com objectivos referentes aos valores, princípios e código de ética do Serviço Social”<sup>336</sup>. O mesmo documento menciona ainda que

---

<sup>334</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>335</sup> ALCINA MARTINS. «Investigação em Serviço Social no Portugal Contemporâneo. Paradoxos e Desafios». 2008. p. 33. Disponível em: [http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial/page8/files/page8\\_9.pdf](http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial/page8/files/page8_9.pdf), consultado em 10/01/09.

<sup>336</sup> IDEM, *ibidem*, p. 14 - 15.

no domínio da prática é essencial a “aplicação dos valores de Serviço Social, princípios éticos, o conhecimento e as competências para promover o respeito e a responsabilidade entre os membros de uma sociedade”<sup>337</sup>.

*Paulo Netto*<sup>338</sup>, traz também uma importante contribuição à discussão mencionando que a natureza da ética corresponde à explicitação dos valores que devem orientar a acção profissional, estes valores devem contemplar garantias que definam deveres e atribuições no âmbito da categoria profissional. O autor menciona ainda que “a categoria profissional dos Assistentes Sociais compromete-se com valores, essa é a sua dimensão ética, com valores como a liberdade, autonomia, emancipação”<sup>339</sup>.

Quanto à componente de “*política social*”, as UC com designação de política social estão presentes nos planos de estudo da U. Açores, da U. Madeira, do ISMT, da UFP, do IP. Viseu e do IP. Beja, inseridas na área científica de Serviço Social.

A UC designa-se por “Política Social” no plano de estudos da U. Açores, da U. Madeira, do ISMT, e da UFP. No plano de estudos do ISMT pode-se observar também as seguintes UC: “Serviço Social e Política Social I, II, III e IV”. No IP. Viseu denomina-se de “Política Social e Comunitária” e no IP. Beja de “Políticas Sociais I e II”. O plano de estudo da U. Coimbra não possui UC com referência a Política Social, em nenhuma área científica.

A UTL contempla esta UC na área de Política Social. No plano de estudos consta uma UC designada por: “Introdução às Políticas Sociais” e 5 UC Opcionais de Política Social. As UC opcionais de Política social constam da Lista B e o estudante poderá optar por 5 UC de entre as várias UC. As mesmas denominam-se de “Direito Social Internacional”; “Doutrinas Políticas e Sociais”; “Família e Género”; “Política de Acção Social”; “Política Social da União Europeia I”; “Política de Família”; “Políticas de Infância e Juventude”; “Desenho e Implementação de Políticas Públicas”; “Política Social comparada”; “Política de Educação”; “Política Social da União Europeia II”; “Política de Habitação”; “Política de Saúde”; “Política

---

<sup>337</sup> IDEM, *ibidem*, p. 10.

<sup>338</sup> PAULO NETTO. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.

<sup>339</sup> IDEM, *ibidem*.

de Emprego e Formação Profissional”; “Políticas Sociais e Direitos da População Idosa”.

Consoante o documento realizado pela *AIETS Y FITS* o programa curricular deveria permitir o “conhecimento das políticas de bem-estar social e sua carência, serviços e leis ao nível local, nacional e regional/ internacional, assim como da planificação de políticas, sua implementação, avaliação e os processos de mudança social”<sup>340</sup>.

*Paulo Netto*, afirma que “competência política não é obter a carteira ou o cartão de pertença ao partido “A” ou “B”, mas de uma formação que qualifique o profissional para identificar o significado sócio-político da sua intervenção, que de uma vez por todas elimine os mitos da neutralidade, da imparcialidade frequentemente confundidas com a objectividade da intervenção”<sup>341</sup>. O autor menciona também que esta competência permite “fazer análises institucionais, estabelecer leques de aliança, identificar aliados, adversários, inimigos e, em suma, detectar e prospectar a viabilidade de projectos de intervenção”<sup>342</sup>.

Relativamente à componente de “*Direitos humanos*”, a UC que na sua designação contemplam estas designações só se encontra no plano de estudos do ISMT, sendo denominada por: “Direitos Humanos e Serviço Social”.

Embora só um plano de estudos contemple UC com esta designação, constata-se que o documento realizado pela *AIETS Y FITS* relata que as instituições deveriam aspirar a “garantir que os estudantes de Serviço Social se formam dentro de um enfoque de Direitos humanos básicos”<sup>343</sup>.

Quanto à componente de “*Género, diversidade cultural, étnica e sexual*” observa-se que só o plano de estudos do ISMT possui 1 UC com designação associada à diversidade cultural, denominada por: “Serviço Social, Multiculturalismo e Cidadania”.

---

<sup>340</sup> AIETS Y FITS. «ESTÁNDARES GLOBALES PARA LA EDUCACIÓN Y CAPACITACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL» 2004. p. 9. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.

<sup>341</sup> PAULO NETTO. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.

<sup>342</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>343</sup> AIETS Y FITS. «ESTÁNDARES GLOBALES PARA LA EDUCACIÓN Y CAPACITACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL». 2004. pp. 13 e 14. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.



Porém, consoante o documento realizado pela *AIETS Y FITS* constata-se que é necessário que a formação dos Assistentes Sociais seja realizada “dentro de um marco holístico, com competências que o capacitem para exercer a profissão numa variedade de contextos, com distintos grupos étnicos, culturais e “raciais”, grupos de género e outras formas de diversidade”<sup>344</sup>. No mesmo documento pode-se também observar a existência de *padrões referentes à diversidade cultural, étnica e inclusão de género*<sup>345</sup>, neste sentido, constata-se que os programas curriculares deveriam conter UC acerca da diversidade cultural, étnica e análise de género para que os estudantes se formem dentro de um enfoque de Direitos humanos. Tudo isto é necessário para que os estudantes de Serviço Social sejam capazes de estabelecer relações com todas as pessoas e trata-las com respeito e dignidade, sem ter em conta suas crenças culturais, étnicas e orientações<sup>346</sup>.

### Dimensão técnico-operativa

Nesta dimensão analisa-se a componente designada de “*administração, gestão, planeamento, avaliação*”.

As UC com designação de administração surgem nos planos de estudo da U. Açores com a designação de “administração e empreendedorismo” e no do ISMT com a denominação de “administração e gestão social”.

Quanto às UC com designação de planeamento observa-se a existência das seguintes UC: “Planeamento e Gestão de Projectos” na U. Coimbra; “Planeamento e Avaliação de Projectos” na U. Açores e “Planeamento e Avaliação de Programas Sociais” no ISMT.

A U. Madeira, o UTL, o IP. Viseu e o IP. Beja não possuem nos planos de estudo UC referentes ao planeamento.

---

<sup>344</sup> IDEM, *ibidem*. p. 9.

<sup>345</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 13 – 14.

<sup>346</sup> IDEM, *ibidem*.

## Outras componentes da formação em Serviço Social

### História e Fundamentos do Serviço Social

Nesta componente, identificam-se as UC, que na sua designação possuem a designação de História ou fundamentos. Observa-se a designação de História no elenco curricular de 2 cursos: da U. Açores (“História das Instituições e do Serviço Social”) e no do ISMT (“História e Identidade do Serviço Social”). Quanto à designação de fundamentos, encontra-se no elenco curricular de outros 2 cursos: no IP. Viseu (“Fundamentos e Modelos de Intervenção em Serviço Social”) e no IP. Beja (“Fundamentos de Serviço Social I”).

É necessário destacar que o documento da *AIETS Y FITS* chama a atenção para que o programa curricular deva garantir “uma compreensão crítica das origens e finalidades do Serviço Social” assim como uma “compreensão das origens e desenvolvimento específico do Serviço Social”<sup>347</sup>.

### Estágio

No que diz respeito a UC, com referência a estágio, verifica-se que todos os planos de estudo analisados possuem UC denominadas de estágio, com a excepção do IP. Viseu que possui uma UC designada por “Projecto – Trabalho Final”.

O documento da *AIETS Y FITS* traz à tona importantes reflexões acerca do estágio considerando que o “estágio deveria ter a suficiente extensão, complexidade de áreas e oportunidades de aprendizagem para garantir que os estudantes estão preparados para o exercício da profissão”<sup>348</sup>. No documento consta ainda a importância da existência de “uma coordenação e cooperação planificada entre os Estabelecimentos de Ensino e as Organizações seleccionadas para o estágio”<sup>349</sup>. Na componente prática selecciona-se a

---

<sup>347</sup> AIETS Y FITS. «ESTÁNDARES GLOBALES PARA LA EDUCACIÓN Y CAPACITACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL». 2004. p. 9. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.

<sup>348</sup> IDEM, *ibidem*. p. 7.

<sup>349</sup> IDEM, *ibidem*.

importância da “aplicação dos valores, princípios éticos, conhecimentos e competências do Serviço Social, para combater a desigualdade e as injustiças sociais, políticas e económicas”<sup>350</sup>.

Analisando os planos de estudo constata-se que a percentagem mais baixa de ECTS da UC referente a esta componente é 10% (IP. Viseu) e a mais elevada é de 20% (ISMT) tendo como média a percentagem de 14,04%.

Relativamente à percentagem de ECTS referentes a Estágio observa-se: na U. Coimbra 10,48%, na U. Açores 11,43%, no IP. Beja 11,67%, na UTL 14, 28%, na UFP 16,67%, na U. Madeira 17,86% e no ISMT 20%. Pode-se constatar que das 8 IES analisadas, as três que dão maior importância ao Estágio, por ordem crescente, são as seguintes: UFP, a U. Madeira e o ISMT.

Pode-se verificar que as UC com referência a Estágio designam-se por: “Estágio”; “Estágio I e II”; “Projecto – Trabalho Final”; “Estágio e Projecto de Graduação I e II”.

As UC com referência a Estágio têm a duração de 1 ou 2 semestres consoante a instituição. Assim, aquelas que apresentam a duração de 1 semestre são: U. Coimbra, UTL, IP. Viseu e as que apresentam 2 semestre são: U. Açores, U. Madeira, IP. Beja, ISMT, UFP.

Para além das UC acima referidas, no âmbito do Estágio no plano de estudo da U. Açores surge uma UC no 7.º semestre lectivo designada por “Relatório de Estágio” com 5,71% ECTS. Assim como no IP. Beja surge uma UC no 6.º semestre lectivo designada por “Dissertação” com 2,22% ECTS.

### Seminários

Esta componente está presente nos planos de estudos da U. Coimbra, da U. Açores, da U. Madeira.

A U. Coimbra possui 1 UC designada por “Seminário”, não sendo especificada a sua temática. A U. Açores possui 5 UC neste âmbito, designadas por “Seminário de Estudo e Prática”, “Seminário de Contextos Profissionais do Serviço Social”, “Seminário de Intervenção em Serviço Social I e II” e uma outra UC designada por “Seminário” não especificando a temática. A U. Madeira e o IP.

---

<sup>350</sup> IDEM, *ibidem*, p. 9.

Beja possuem 2 UC que também contemplam esta componente, designadas por “Seminário de Investigação I e II”. Os planos de estudo da UTL, da UFP, do IP. Viseu e do ISMT não possuem UC referentes a Seminários.

### UC opcionais

No âmbito da área científica de Serviço Social pode-se constatar que somente existe UC opcionais, nos planos de estudo da UTL e na UFP referentes a esta área.

O plano de estudos da UTL apresenta o seguinte elenco de UC opcionais da área de Serviço Social, das quais o aluno tem que escolher 2 UC: “Psicopatologia”; “Gestão de Cuidados Continuados de Saúde”; “Gestão de Equipamentos para a População Idosa”; “Animação Sócio-Cultural”; “Criminologia”; “Intervenção Social com Crianças e Jovens”; “Gestão e Mediação de Conflitos”; “Laboratórios de Observação/Seminários de Intervenção I”; “Psicologia do Desenvolvimento”; “Organização de Missões Humanitárias”; “Laboratórios de Observação/Seminários de Intervenção II”; “Constrangimentos Sociais da Saúde”; “Gestão da Qualidade”; “Economia e Estratégia da Empresa”; “Direito dos Menores e da Família”; “Educação e Desenvolvimento de Adultos”; “Responsabilidade Social das Organizações e Sistemas Empresariais”. Cada UC opcional vale 2,38% ECTS, o que faz um total de 4,76% ECTS de UC opcionais.

No plano de estudos da UFP constam 3 UC opcionais na área de Serviço Social designadas por: Opção; Opção II e III. Na UC opcional, o estudante poderá escolher entre “Economia Social/ Trabalho Social” e “Relações de Género/ Cidadania Social/ Sociologia das Gerações”; na opção II o estudante poderá escolher entre “Minorias Étnicas e Sociais/Direito da Família e Menores/Intervenção Social com Famílias/Segurança Social”; e por fim na Opção III, o estudante poderá escolher entre: “Organizações do Terceiro Sector/Trabalho Social Autárquico/Intervenção Social na Saúde/Formação e Gestão de Recursos Humanos”. Cada UC opcional vale 2,22% ECTS, o que faz um total de 6,66% ECTS de UC opcionais.

### Outras UC da área científica de Serviço Social

Nos planos de estudos analisados pode-se observar outras UC da área científica de Serviço Social. Na *U. Coimbra* verifica-se a existência das seguintes UC: “Laboratório Social I, II e III”; “Contextos Sociais e Desigualdades e Exclusão”; “Serviço Social e Sectorial”. Na *UTL* pode-se observar as seguintes UC: “Modelos de Intervenção em Serviço Social”, “Educação para Cidadania”; “Introdução à Gerontologia”; “Intervenção Social com Grupos”; “Intervenção Psicossocial” e “Desenvolvimento Comunitário”. No plano de estudos da *U. Madeira* consta 8 UC designada por: “Contextos sectoriais do Serviço Social” e “Serviço Social I, II, III, IV, V, VI, VII”. No plano de estudos do *IP. Viseu* constam as seguintes UC: “ Fundamentos e Modelos de Intervenção em Serviço Social”, “Contextos do Serviço Social”; “Técnicas de Intervenção Familiar”; “Terapias Ocupacionais”; “Serviço Social na Saúde”; “Acção Social no Emprego e Formação Profissional”; “Reabilitação da Pessoa com deficiência”; “Técnicas de Animação Sociocultural”; “Segurança Social”; “Justiça e Reinserção Social” e “Geriatric e Gerontologia”. No plano de estudos do *IP. Beja* pode-se observar 5 UC designadas por: “Trabalho Intervenção Comunitária I, II, III, IV e V”. Quanto ao *ISMT*, no plano de estudos consta 2 UC designadas por “Família e Redes Sociais” e “Serviço Social e novas tecnologias”. No plano de estudos da *UFP* consta 3 UC designadas por: “Instituições de Serviço e de Solidariedade Social” “Entrevista em Serviço Social” e “Modelos de Intervenção em Serviço Social”.

### **3.2.2. Análise da formação noutras áreas científicas**

Analizou-se outras áreas científicas existentes nos vários planos de estudo analisados, tais como: Sociologia; Psicologia; Direito; Economia; Estatística/ Matemática; Informática; Línguas Estrangeiras; Ciências Sociais; Ciências Educação; Demografia; Ciência Política; Antropologia; História; e Metodologia.

### Sociologia<sup>351</sup>

Dos 8 cursos analisados, com a exceção de um, todos apresentam 1 a 7 UC pertencentes à área da Sociologia. A exceção verifica-se no IP. Viseu que não contempla esta área. No entanto, no elenco das UC do plano de estudo pode-se observar a existência de 2 UC que na sua designação contêm a palavra “Sociologia”. Estas 2 UC designam-se por “Antropologia e Sociologia da Família” com 5 ECTS e “Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social” com 5 ECTS, fazendo um total de 10 ECTS (5.55%), ambas pertencentes à área das “Ciências Sociais”.

A maioria dos planos estudo analisados (5) possui entre 4 a 7 UC pertencentes à área da Sociologia.

Tendencialmente, o ensino universitário possui 1 a 6 UC pertencentes à referida área. O plano de estudo que contempla 7 UC pertence a uma IES público politécnico (IP. Beja) com 15.28% ECTS.

A percentagem mais baixa ECTS encontra-se numa IES público universitário (U. Madeira) com 3.57% e a mais elevada numa IES particular universitário (UFP) com 17.78%. A U. Coimbra possui 8,57% ECTS da área de Sociologia, a UTL 7,14% ECTS, a U. Açores 14,28% ECTS, o IP. Beja 15,28% ECTS, e o ISMT com 10,71% ECTS.

### Psicologia<sup>352</sup>

Do total de cursos analisados, com exceção de um todos apresentam 2 a 9 UC pertencentes à área de Psicologia. A exceção encontra-se num EES (ensino público politécnico – IP. Viseu), uma vez que não possui UC pertencentes à referida área, no entanto, possui 1 UC denominada de “Psicologia do Desenvolvimento” com 2.22% ECTS pertencente à área de Ciências Sociais.

---

<sup>351</sup> Veja-se apêndice n.º 4 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Sociologia por cada IES – 1.º ciclo.

<sup>352</sup> Veja-se apêndice n.º 5 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Psicologia por cada IES – 1.º ciclo.

A percentagem mais baixa e elevada de ECTS encontram-se em estabelecimentos de ensino público universitário. A mais baixa encontra-se na UTL com 4.76% ECTS e a mais elevada na U. Coimbra com 20% ECTS.

### Direito<sup>353</sup>

Dos 8 cursos analisados, com a exceção de um, todos apresentam 1 a 3 UC pertencentes à área científica de Direito. A exceção encontra-se em uma instituição de ensino politécnico (IP. Viseu), de qualquer modo, possui 4 UC designadas por: “Noções Fundamentais de Direito”, “Direito de Família e Menores”, “Direito da Segurança Social e do Trabalho” e “Direito Penal e Processual Penal”, fazendo um total de 9.44% ECTS pertencentes à área das Ciências Sociais.

A percentagem mais baixa e mais elevada de ECTS encontram-se em instituições de ensino público universitário. A mais baixa no UTL (2.38%) com 1 UC e a mais elevada na U. Açores (5.71%) com 2 UC. O IP. Beja possui 3 UC porém uma percentagem inferior de ECTS (5%) do que a U. Açores.

Observando os planos de estudo que possuem esta área científica pode-se verificar a existência das seguintes UC: “Noções Fundamentais de Direito”, “Princípios Gerais de Direito”, “Fundamentos do Direito”, “Legislação Social”, “Introdução ao Direito”, “Direito Família e Menores”, “Direito Trabalho”, “Direito Social” e “Direito Social I e II”.

### Economia<sup>354</sup>

No que se refere à área da Economia, pode-se constatar que 2 IES (1IES público universitário – U. Açores e 1 IES particular universitário - UFP) não possuem esta área no elenco das áreas científicas do plano de estudo.

---

<sup>353</sup> Veja-se apêndice n.º 6 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Direito por cada IES – 1.º ciclo.

<sup>354</sup> Veja-se apêndice n.º 7 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Economia por cada IES – 1.º ciclo.

Constata-se também que não existe igualdade na designação desta área, assim observa-se em 1 IES (público universitário – UTL) a designação de “Economia e Gestão” e em 1 IES (público politécnico – IP. Viseu) a designação de “Ciências Económicas”.

Do leque de cursos que possuem esta área, podemos observar que os planos de estudo contêm 1 a 4 UC. A maioria dos planos de estudos analisados (3) possui 2 a 4 UC. Os planos de estudo que contemplam 1 UC pertencem a 2 IES público universitário (U. Coimbra e U. Madeira) e o que contempla 4 UC pertence a um IES público politécnico (IP. Viseu).

A percentagem mais baixa ECTS encontra-se numa IES público universitário (U. Coimbra) com 2.86% e a mais elevada numa IES público politécnico (IP. Viseu) com 9.44%.

A U. Coimbra apresenta 1 UC designada por “Economia” com 2,86% ECTS, a UTL apresenta 3 UC designadas por “Economia”; “Economia Social”; e “Planeamento Sócio-Económico”; com um total de 7,14% ECTS, a U. Madeira apresenta 1 UC designada por “Introdução às Ciências Económicas” com 3,57% ECTS, o IP. Viseu apresenta 4 UC designadas por “Economia”, “Planeamento Sócio- Económicas”, “Elaboração, Avaliação e Gestão de Programas e Pr. Sociais”, “Gestão de Instituições de Solidariedade Social” com um total de 9,44% ECTS, o IP. Beja apresenta 2 UC designadas por “História Económica e Social” e “Economia Social” com total de 3,89% ECTS e o ISMT apresentam também 2 UC designadas por “Economia” e “Estrutura da Economia e da Sociedade Portuguesa” com total de 3,81% ECTS.

### *Estatística/ Matemática*<sup>355</sup>

Relativamente à área de “Estatística/ Matemática”, pode-se constatar que dos 8 cursos, com a excepção de 3, todos apresentam 1 a 2 UC da referida área. As excepções encontram-se na UTL, no IP. Viseu e na UFP. A maioria dos planos de estudo que contêm esta área (4), possuem apenas 1 UC.

---

<sup>355</sup> Veja-se apêndice n.º 8 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Estatística/ Matemática por cada IES – 1.º ciclo.



Em 3 instituições a área designa-se de “Estatística” e em 2 instituições de “Matemática”.

A percentagem mais baixa de ECTS pertence a uma instituição de ensino particular universitário - ISMT (4.28%) com 2 UC.

### Informática<sup>356</sup>

No que diz respeito à área científica de Informática, 3 instituições possuem a referida área, porém, uma delas (IP. Beja) designa a área de “Informática na óptica do utilizador”. Duas instituições pertencem ao ensino público politécnico (IP. Viseu e IP. Beja) e um pertence ao ensino público universitário (U. Coimbra).

As instituições que possuem esta área têm 1 a 2 UC. O IP. Viseu possui 2 UC com 6.11% ECTS e o IP. Beja possui 1 UC com 2.22% ECTS. A U. Coimbra possui 1 UC com 1.90% ECTS.

### Línguas Estrangeiras<sup>357</sup>

Esta área encontra-se em 3 planos de estudo (UFP, IP. Viseu e IP. Beja) porém com designações diferentes. O IP. Beja designa-a por “Línguas e Literaturas Estrangeiras”, o IP. Viseu por “Línguas” e a UFP por “LLE”.

Os planos de estudo mencionados apresentam 1 a 3 UC da referida área. A UFP possui 3 UC designadas por “Inglês I e II” e “Língua Estrangeira” com um total de 6.67% ECTS. O IP. Viseu possui 1 UC designada por “Língua Estrangeira” com 2.22% ECTS. O IP. Beja possui 1 UC designada por “Língua Estrangeira – Francês/ Inglês/ Espanhol” com 1.94% ECTS.

O ISMT não possui a área científica em questão como obrigatória no plano de estudo, no entanto, possui 1 UC opcional designada por “Inglês” da área de Línguas com 1.43% ECTS.

---

<sup>356</sup> Veja-se apêndice n.º 9 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Informática por cada IES – 1.º ciclo.

<sup>357</sup> Veja-se apêndice n.º 10 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Línguas Estrangeiras por cada IES – 1.º ciclo.

É de realçar que o IP. Beja também possui uma área designada por “ Língua e Literatura” com 1 UC denominada de “Oficina Expressão e Comunicação” com 1.39% ECTS.

### *Ciência Política*<sup>358</sup>

Quanto à área de Ciência Política, pode-se observar a sua existência em alguns planos de estudo, nomeadamente na UTL e no ISMT, com UC designadas de “Ciência Política”.

No plano de estudos da UFP consta uma área científica denominada de Ciência Política e Comunitária (CPC), nesta área, consta UC denominada de: “Organização Política Portuguesa e da União Europeia”.

A maioria dos planos de estudo analisados (5) não possui esta área científica. Apenas 3 IES possuem 1 UC, duas delas pertencentes ao ensino particular universitário (ISMT e UFP), ambas com 1.90% ECTS e a outra, pertence ao ensino público universitário (UTL) com 2.38% ECTS.

### *Ciências Sociais*<sup>359</sup>

No que diz respeito à área de “Ciências Sociais”, somente 2 IES contemplam esta área, sendo elas: uma IES público politécnico – IP. Viseu e outra do Ensino Superior Particular Universitário – UFP.

O IP. Viseu possui 11 UC com 29.44% ECTS pertencentes à referida área, sendo elas: “História do Pensamento Social”, “Psicologia do Desenvolvimento”, “Métodos e Técnicas de Investigação Social”, “Noções Fundamentais de Direito”, “Antropologia e Sociologia da Família”, “Psicossociologia das Organizações”, “Direito de Família e Menores”, “Sociologia do Desenvolvimento e da Transformação Social”, “Comunicação e Relações Interpessoais”, “Direito da

---

<sup>358</sup> Veja-se apêndice n.º 11 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciência Política por cada IES – 1.º ciclo.

<sup>359</sup> Veja-se apêndice n.º 12 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciências Sociais por cada IES – 1.º ciclo.

Segurança Social e do Trabalho” e “Direito penal e Processual Penal”. Quanto à UFP, esta apresenta 2 UC com 4.44% ECTS da área de Ciências Sociais, sendo elas: “Métodos Qualitativos em Ciências Sociais” e “Métodos Quantitativos em Ciências Sociais”. Os restantes estabelecimentos agrupam estas UC a outras áreas científicas.

### Ciências Educação<sup>360</sup>

Relativamente à área das Ciências Educação, esta só existe em 2 instituições, um do ensino público politécnico (IP. Beja) e outra do ensino público universitário (U. Coimbra). Ambas possuem apenas 1 UC, porém, com percentagem de ECTS diferentes. O IP. Beja possui 1 UC designada por “Intervenção Educativa” com 1.94% ECTS. A U. Coimbra apresenta 1 UC designada por “Psicossociologia da Educação” com 1.90% ECTS. Esta instituição possui esta área no curso de Serviço Social provavelmente porque este se insere na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Quanto ao IP. Beja, este possui esta área provavelmente porque este se insere na Escola Superior de Educação.

### Demografia<sup>361</sup>

No que se refere à área da Demografia, esta só presente em 2 planos de estudo de 2 instituições de ensino público universitário (UTL e U. Açores). A U. Açores possui 2 UC com as seguintes designações: “Métodos de Análise Demográfica” e “População e Território”, com 5.71 % ECTS. Quanto à UTL possui 1 UC designada por “Demografia” com 2.38% ECTS.

---

<sup>360</sup> Veja-se apêndice n.º 13 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciências Educação por cada IES – 1.º ciclo.

<sup>361</sup> Veja-se apêndice n.º 14 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Demografia por cada IES – 1.º ciclo.

### Antropologia<sup>362</sup>

Dos 8 planos de estudo, somente 2 (ensino público universitário – UTL e ensino particular universitário – ISMT) apresentam UC da área de Antropologia. Porém, o plano de estudo do IP. Viseu possui 1 UC denominada de “Antropologia e Sociologia da Família” com 2.78% ECTS pertencente a uma área designada por “Ciências Sociais”. O plano de estudo do IP. Beja não possui a área de Antropologia, no entanto, contém 2 UC denominadas de “Antropologia I e II” com um total de 4.44% ECTS pertencente à área de “Sociologia e outros estudos”.

No que se refere ao plano de estudos da UTL e do ISMT, ambos contêm 1 UC designada por “Antropologia”, mas apresentam diferentes percentagens de ECTS (UTL - 2.38% ECTS e ISMT- 1.90% ECTS).

### História<sup>363</sup>

O único plano de estudo que possui a área científica de História é o do ISMT, com 1 UC designada de “História Social e Política Contemporânea”, com 1.43% ECTS. Os restantes planos de estudo não possuem a área de História no elenco das áreas científicas, todavia a U. Açores, o IP. Viseu e o IP. Beja possuem UC com a designação de História pertencente a áreas científicas distintas.

Assim, a U. Açores possui 1 UC denominada de “História das Instituições e do Serviço Social” com 2.86% ECTS pertencente à área do Serviço Social. O IP. Viseu possui 1 UC designada de “História do Pensamento Social” com 2.78% ECTS referentes à área das Ciências Sociais. E por fim, o IP. Beja possui 1 UC denominada de “História Económica e Social” com 2.22% ECTS pertencente à área da Economia.

---

<sup>362</sup> Veja-se apêndice n.º 15 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Antropologia por cada IES – 1.º ciclo.

<sup>363</sup> Veja-se apêndice n.º 16 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de História por cada IES – 1.º ciclo.

### Metodologia<sup>364</sup>

Pode-se observar que a UTL possui a área científica de Metodologia onde inclui as seguintes 3 UC: “Introdução à Análise de Dados”; “Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica I e II” com um total de 7,14% ECTS.

### **3.3. Estado da formação dos cursos de 1.º em Serviço Social**

Esta análise recairá sobre as oito IES analisadas e abrangerá a relação entre os objectivos, as saídas profissionais do curso de Serviço Social e os respectivos planos de estudo, de forma a perceber se existe coerência entre estes três aspectos, sendo expectável que exista consonância.

Esta análise será realizada por tipo de ensino: público (universitário e politécnico), particular e Cooperativo (universitário e politécnico) e concordatário.

No que se refere ao *ensino público universitário* verifica-se que nas várias IES não demonstram coerência entre os objectivos, saídas profissionais e plano de estudos.

A *U. Coimbra* nos objectivos do curso é referenciado que visa capacitar os futuros Assistentes Sociais para a “análise crítica, avaliação e transformação de contextos e políticas sociais”<sup>365</sup> e o “enfoque da qualidade de vida, do desenvolvimento social, dos Direitos humanos e da Justiça Social; o Serviço Social constitui-se como um mecanismo primordial, e amplamente reconhecido (...) no planeamento, avaliação e execução de políticas sociais”<sup>366</sup>. Porém no plano de estudos, no elenco das UC não existe referência a disciplinas de “política social” e de “Direitos humanos”. No que diz respeito às saídas profissionais, uma das áreas apontadas refere-se à “docência e Investigação”, no entanto o plano de estudo não possui UC referentes à investigação e nem mesmo os objectos

---

<sup>364</sup> Veja-se apêndice n.º 17 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Metodologia por cada IES – 1.º ciclo.

<sup>365</sup> FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO -UNIVERSIDADE DE COIMBRA. «Lic. Serviço Social – Objectivos». Disponível em <https://woc.uc.pt/fpce/course/infocurso.do?idcurso=38>, consultado em 13/04/08.

<sup>366</sup> IDEM, *ibidem*.

remetem para esta área. Verifica-se também através da análise do plano de estudos e das designações das UC que a formação contempla as componentes da área de Serviço Social referentes ao “planeamento”, ao “estágio” e componente. Contudo, não demonstra contemplar outras como: “política social”, “Direitos humanos”, “Género, diversidade cultural, étnica e sexual”, “administração”, “investigação” e a dimensão teórica.

Os objectivos apresentados pela *UTL* demonstram ter tradução no plano de estudos, no entanto, relativamente às saídas profissionais já tal não se verifica. A “investigação” surge como uma das saídas profissionais possíveis para o Assistente Social formado nesta IES, porém, nem os objectivos nem o plano de estudos dá conta desta área. Tendo em conta a análise do plano de estudos da *UTL* e as designações das UC, pode-se aferir que a formação atende às seguintes componentes da área de Serviço Social: “política social”, “estágio” e componente teórica com ausência de relação com Metodologia. Todavia, não se verifica a existência de outras tais como: “investigação”, “planeamento”, “administração”, “ética”, “Direitos humanos” e “Género, diversidade cultural, étnica e sexual”. Nos objectivos do curso é mencionado que “a preparação específica recebida nos domínios da política e da acção social, é curricularmente enquadrada numa perspectiva interdisciplinar, integrando particularmente os domínios da Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Direito e Economia (...)”<sup>367</sup>. Neste âmbito, no elenco das áreas científicas do plano de estudo da *UTL* surge a área de Sociologia com 3 UC e 7,14% ECTS, a área de Antropologia com 1 UC e 2,38% ECTS, a área de Ciência Política com 1 UC e 2,38% ECTS, a área de Economia com 3 UC e 7,14% ECTS e por fim a área de Direito com 1 UC e 2,38% ECTS.

A *U. Açores* não apresenta os objectivos do curso e saídas profissionais e neste sentido não é possível verificar se existe consonância entre os objectivos, saídas profissionais e o plano de estudos. Porém, é possível observar no plano de estudo UC, cuja designação faz alusão à “teoria/Metodologia”, “política social”, “administração”, “planeamento” e “ética”, não se verificando a existência de UC de

---

<sup>367</sup> INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA. «Licenciaturas/ Serviço Social – Objectivos». Disponível em: <http://www2.iscsp.utl.pt/index.php?idc=11&idi=12749>, consultado em 13/04/08.

“investigação” e “Direitos humanos” e “Género, diversidade cultural, étnica e sexual”.

Quanto à *U. Madeira* não é possível verificar se demonstra conformidade entre objectivos, saídas profissionais e plano de estudos, visto que a designação das UC da área de Serviço Social é omissa.

Também no *ensino público politécnico* constata-se que nas IES analisadas não demonstra congruência entre objectivos, saídas profissionais e plano de estudos.

Os objectivos do curso de Serviço Social do *IP. Viseu* mencionam que a formação proporcionada permitirá ao assistente social “desenvolver uma atitude de actualização profissional e investigação permanentes, colaborando activamente em projectos de investigação-acção”<sup>368</sup>. Contudo, no plano de estudo não se verifica a existência de UC designadas por “investigação”. Também se observa nos objectivos que a formação permitirá “adoptar uma postura pessoal de rigorosa ética profissional e de respeito pelos valores humanos e justiça social (...)”<sup>369</sup>. Todavia, no plano de estudos não há referência a UC designadas por “Direitos humanos”. Através da análise do plano de estudo e tendo em conta a designação das UC, também pode-se aferir que a formação contém as seguintes componentes da área de Serviço Social: “política social” e “ética”. Não evidencia as seguintes componentes: “investigação”, “Direitos humanos”, “Género, diversidade cultural, étnica e sexual”, “teoria/ Metodologia”, “administração”, “planeamento” e “estágio”. No que se refere a outras áreas científicas, nos objectivos do curso pode-se observar que a formação proporcionada permitirá “conhecer e aplicar os referenciais conceptuais da pessoa humana, construídos pelas diversas Ciências Sociais e Humanas”<sup>370</sup>. Neste sentido, o plano de estudos contempla a área de Ciências Sociais com 11 UC e 29,44% ECTS.

A Licenciatura em Serviço Social do *IP. Beja* pretende formar profissionais que “desenvolvam a sua actuação com base em conhecimentos teórico –

---

<sup>368</sup> ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO – POLITÉCNICO DE VISEU. «Serviço Social – Objectivos do Curso e Saídas Profissionais». Disponível em <http://www.estgl.ipv.pt/ss.htm>, consultado em 13/04/08.

<sup>369</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>370</sup> IDEM, *ibidem*.

metodológicos (...)”<sup>371</sup>. No entanto, no plano de estudos não surge UC com designação de “teoria/ Metodologia”. Este curso pretende proporcionar aos alunos uma formação que os qualifique para: “a reflexão ético-política, para uma intervenção de promoção e defesa dos Direitos humanos”<sup>372</sup>. Todavia, no plano de estudos não se verifica através da designação UC, referentes a “Direitos humanos”. Observa-se através da designação das UC que o plano de estudos abarca as seguintes componentes: “política social”, “planeamento”, “ética”, “investigação” e “estágio”, no entanto, não demonstra a existência das componentes de: “teoria/Metodologia”, “Direitos humanos”, “Género, diversidade cultural, étnica e sexual”, “administração” e “planeamento”.

No que diz respeito ao *ensino particular universitário*, o ISMT demonstra conformidade entre os objectivos, saídas profissionais e plano de estudo. Constatou-se também, que o mesmo demonstra possuir todas as componentes da área de Serviço Social referenciadas.

De acordo com os objectivos do curso, a formação académica em Serviço Social “deve contribuir para a construção de uma identidade profissional, através de uma sólida qualificação teórica, metodológica e ético-política (...)”<sup>373</sup>. O plano de estudo demonstra estar em conformidade com a afirmação uma vez que contém 2 UC designadas por “Teorias e Metodologias do Serviço Social I e II”.

A formação académica tem também como objectivo “contribuir para a construção de uma identidade profissional, através de uma sólida qualificação teórica, metodológica e ético-política, e de uma capacitação operacional e prática de investigação que alicerce o conhecimento do Serviço Social e a sua produção (...)”<sup>374</sup>. A componente de investigação está também presente no elenco das UC do plano de estudo com a designação de “Investigação em Serviço Social”. Assim como, a componente “ética” com 1 UC designada por “Ética e Deontologia em Serviço Social”.

---

<sup>371</sup> INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA. «Curso: Serviço Social – Objectivos educacionais e profissionais». Disponível em [http://portal.ipbeja.pt/ects/cursos/ese/info\\_servico\\_social.html](http://portal.ipbeja.pt/ects/cursos/ese/info_servico_social.html), consultado em 13/04/08.

<sup>372</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>373</sup> INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em [http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico\\_social.html](http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico_social.html), consultado em 13/04/08.

<sup>374</sup> IDEM, *ibidem*.



Consta dos objectivos do curso é também relatado que os licenciados devem “equacionar das relações entre o Serviço Social e as Políticas Sociais, não só ao nível da intervenção, mas também ao nível da concepção, elaboração e avaliação de programas, projectos e medidas de política”<sup>375</sup>. Este objectivo encontra tradução no elenco das UC do plano de estudos, uma vez que observa-se a existência de 4 UC designação por “Serviço Social e Política Social I, II, III e IV”.

Nos objectivos do curso é mencionado também que nos primeiros anos é reforçada a formação teórico-prática através de trabalho de campo, oficinas, observatórios, projectos e núcleos de estudo e no final do curso surge a realização do estágio e elaboração do trabalho final de curso<sup>376</sup>. Verifica-se através do plano de estudos que a componente do estágio está presente na formação, tendo em conta a análise realizada aos 8 planos de estudo, concluiu-se que o mesmo possui a percentagem mais elevada de ECTS (20%) com 2 UC referentes a Estágio, uma no 6.º semestre lectivo intitulada por “Estágio I”, e outra no 7.º semestre lectivo intitulada por “Estágio II”. Observa-se também que o plano de estudos contempla UC obrigatórias da área científica de Serviço Social designadas por Núcleos de Estudo que integram 7 linhas temáticas.

Outro objectivo prende-se com o facto de o plano de estudos procurar desenvolver no aluno “a compreensão da vertente teórico-metodológica e ético-política que permite desenvolver as competências da intervenção, da planificação, da avaliação e da investigação no Serviço Social, de forma a fazer face aos novos desafios e solicitações que se colocam nas sociedades contemporâneas e particularmente em Portugal”<sup>377</sup>. Este objectivo demonstra ter tradução numa UC designada por “Planeamento e Avaliação de Programas Sociais” e outra UC designada por “Administração e Gestão Social”.

Na formação académica os licenciados devem construir uma “postura plural, crítica e promotora da efectividade dos Direitos Humanos e da cidadania”<sup>378</sup>. Neste âmbito, surge no elenco das UC do plano de estudos uma UC designada

---

<sup>375</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>376</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>377</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>378</sup> IDEM, *ibidem*.

por “Direitos Humanos e Serviço Social” e outra que tem em conta a diversidade cultural denominada por “Serviço Social, Multiculturalismo e Cidadania”.

De acordo com os objectivos do curso no ISMT a formação académica “deve contribuir para a construção de uma identidade profissional, através de uma sólida qualificação (...) que alicerce o conhecimento do Serviço Social e a sua produção, dando suporte à interlocução com as outras áreas das Ciências Sociais”<sup>379</sup>. Neste âmbito, o plano de estudos deste IES contempla as áreas de: Sociologia, Psicologia, estatística/matemática, Economia, Direito, ciência política, Antropologia e História.

Quanto à *U. Fernando Pessoa*, esta não apresenta no seu *site* os objectivos do curso de 1.º ciclo em Serviço Social, porém, de acordo com a análise do plano de estudos e tendo em conta as designações das UC pode-se aferir que a mesma demonstra possuir as seguintes componentes da área de Serviço Social: “ética”, “teoria/Metodologia”, “política social”, “planeamento” e “estágio”. Todavia, não demonstra, através da designação das UC, apresentar as componentes de: “administração”, “investigação” e “Direitos humanos” e “Género, diversidade cultural, étnica e sexual”.

Face ao exposto pode-se concluir que com a excepção de um IES (ISMT), todos os analisados não demonstram apresentar concordância entre objectivos, saídas profissionais e plano de estudos, independentemente do tipo de ensino a que pertence.

Diante disto, ganha destaque o facto de a construção dos projectos educacionais, na sua maioria, demonstrarem fragilidades na articulação entre os objectivos do curso, as saídas profissionais e os planos de estudos. Neste sentido, surge a necessidade das IES terem mais cuidado na definição dos seus projectos educativos para que exista maior consonância entre os vários aspectos.

---

<sup>379</sup> INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em [http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico\\_social.html](http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico_social.html), consultado em 13/04/08.

## CONCLUSÃO

Com esta investigação pretendeu-se analisar a formação académica em Serviço Social no 1.º Ciclo após o Processo de Bolonha em Portugal, nomeadamente a análise dos planos de estudos das IES de Serviço Social de natureza pública (universitário e politécnico), particular e cooperativa (universitário e politécnico) e concordatário.

Uma vez que não existe ainda nenhum estudo aprofundado sobre esta temática procurou-se realizar uma primeira aproximação à análise dos planos de estudo implementados após Bolonha.

A formação académica em Serviço Social desenvolve-se até ao século XXI, exclusivamente no ensino particular universitário, contrariamente ao que se passa em geral nos restantes países europeus. Neste sentido, o curso de Serviço Social surge no ensino público num contexto de privatização do Ensino Superior.

De acordo com *Magalhães*, Portugal teve uma expansão acelerada do Ensino Superior devido à expansão do sector privado, visto que os alunos que, não conseguiam entrar no ensino público ingressavam no ensino privado fazendo com que a procura social de Ensino Superior aumentasse<sup>380</sup>.

Todo o processo de crescimento, desenvolvimento e qualidade da formação em Serviço Social foi iniciado pelo ensino particular universitário e posteriormente pelo ensino público. No entanto, a par deste processo de afirmação observa-se, igualmente no contexto actual, alguns riscos da sua vulnerabilização, designadamente a ausência de formas elementares de regulação da formação, uma vez que toda esta trajectória incluindo a adequação ao Processo de Bolonha, foi realizada sem regulamentação.

Relativamente ao processo de Bolonha, várias organizações de Serviço Social manifestaram-se no sentido de demonstrarem as suas posições quanto reestruturação dos cursos. Tendo em conta esta política, constatou-se que o debate centrou-se na duração da formação, na sua relação com o perfil de

---

<sup>380</sup> ANTÓNIO MAGALHÃES. *A Identidade do Ensino Superior – Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2004, pp. 220 - 221.

formação conquistado e na sua adequação ao mercado de trabalho. Neste âmbito, foi uniforme a opinião de que para manter a qualificação e estatuto ganho pelo Serviço Social seria necessário uma duração de quatro anos (8 semestres - 240 ECTS), mantendo desta forma o perfil exigido ao Assistente Social e as competências necessárias para trabalhar em diversas áreas do mercado de trabalho. No entanto, verifica-se que nenhuma das IES após adequação a Bolonha ficou com o 1.º ciclo de quatro anos (8 semestres - 240 ECTS) em Serviço Social.

Verificou-se que no ano lectivo de 2007/2008, todas as Licenciaturas em Serviço Social já estavam adequadas ao Processo de Bolonha, treze IES efectuaram registo de a adequação no ano lectivo de 2006/2007 e oito no ano lectivo de 2007/2008, fazendo um total de vinte e uma IES adequadas. No entanto, na actualidade o curso de 1.º ciclo em Serviço Social encontra-se em vinte IES, uma vez que o ISSSB efectuou registo, porém, encerrou o curso.

Neste sentido, a Licenciatura em Serviço Social após Bolonha encontra-se em vinte IES, sendo dez do ensino público, sete do ensino particular e cooperativo e três do Ensino Concordatário. Das dez IES público, cinco são de natureza universitária (UTAD, U. Açores, U. Madeira, UTL, U. Coimbra) e outros tantos politécnicos (IP. Castelo Branco, IP. Viseu, IP. Beja, IP. Leiria, IP. Portalegre). Quanto aos sete IES particular e cooperativo, cinco instituições de natureza universitária (ISMT, U. Lusíada, UFP, ULHT, ISSSP) e em dois politécnicos (IP. Gaya, ISCET). Por fim, as três instituições do Ensino Concordatário são a UCP Lisboa, UCP Braga e a UCP Beiras.

Para a realização desta investigação tinha-se a expectativa de que as IES colaborassem na investigação cedendo a informação solicitada mas, a maioria das instituições não disponibilizou a informação, o que acarretou consequências para a análise. Neste sentido, o n.º de IES analisadas variou consoante o tipo de informação disponível.

Atendendo à análise dos *objectivos dos cursos de Serviço Social* das dezasseis IES poder-se-á dizer que a maioria das IES (onze) demonstram orientar a formação para a construção de perfis profissionais com um pendor mais científico/ intelectual, independentemente do tipo de ensino a que pertencem.

Todos os cursos apresentavam um perfil de formação generalista, não existindo especializações neste nível de formação.

No que se refere as dimensões: teórica/ analítica, metodológica, operativa/ prática, investigativa, ética, política, averiguou-se que as dimensões expressas na definição dos objectivos variam de curso para curso, não existindo uniformização na selecção das mesmas. Regista-se que só as IES particular universitário (ISMT, U. Lusíada, U. Lusófona) são as que apresentam as mesmas dimensões e perfil profissional. Neste sentido, as IES particular universitário tendo em conta os objectivos dos cursos apontam para um perfil profissional com pendor mais científico/intelectual, incorporando as dimensões: teórica/ analítica; metodológica; investigativa; e ético-política. Esta situação poderá resultar do facto de estas IES serem fundadoras do ensino em Serviço Social, pois são particulares e neste sentido têm maior trajectória.

Face à construção das seguintes componentes (UC introdutórias ao Serviço Social; teoria/ Metodologia; administração/ gestão/ planeamento/ avaliação; ética (e deontologia); investigação; política social; Direitos humanos; género, diversidade cultural, étnica e sexual, estágio, seminários, UC opcionais, outras UC da área científica de Serviço Social) constata-se na definição dos objectivos não existe uniformização na selecção das componentes, pois estas variam de curso para curso.

No que diz respeito à definição dos objectivos dos cursos expressarem relação com outras áreas científicas, verifica-se que acontece em cinco IES, sendo três do ensino público (uma IES universitário - UTL e duas IES politécnico – IP. Viseu e IP. Portalegre) e dois do ensino particular universitário (ISMT e U. Lusíada).

Esta análise permitiu também verificar que a definição dos objectivos dos cursos que orientam para um perfil mais técnico (UTL, U. Madeira, IP. Leiria, IP. Portalegre, IP. Gaya) também demonstram uma relação preponderante com o mercado de trabalho e neste sentido se direccionam para uma abordagem mais funcionalista acerca da relação entre Ensino Superior e vida profissional na concepção de *Mariana Alves*<sup>381</sup>.

---

<sup>381</sup> MARIANA GAIO ALVES. *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas; Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Julho de 2007. p. 226.

No que se refere às *saídas profissionais*, constatou-se que as quinze IES mencionam as áreas que privilegiam, não existindo uniformização e até alguma incoerência entre as áreas de saída profissional e os objectivos do curso, nomeadamente no que diz respeito à investigação (U. Coimbra, UTAD, UTL). Algumas IES apontam as saídas profissionais para os espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais, outras IES remetem para a população-alvo de trabalho e por fim para as *carreiras profissionais*.

Tendo em conta a estruturação dos *planos de estudo* por áreas científicas, começou-se por analisar a formação na área de Serviço Social e de seguida analisou-se as restantes áreas.

Relativamente à área científica de Serviço Social, através da análise dos oito planos de estudo verificou-se que não existe igualdade na designação desta área. A proposta da APSS de alterar as designações para que houvesse transparência na designação dos cursos foi alcançada. Contudo, as designações das áreas científicas que eram diferentes de Serviço Social mantiveram-se iguais, permanecendo assim designações de “Trabalho Social” e “Trabalho Social e Orientação”.

Atendendo ao peso da área de Serviço Social face ao total de ECTS do curso, verifica-se que dois planos de estudo de dois cursos (U. Coimbra e UTL) apresentam uma percentagem inferior a 50% do total de ECTS do curso. Desta forma apresentam um plano de estudos em que a área de Serviço Social não é estruturante.

No que diz respeito à análise das componentes da área de Serviço Social e partindo das designações das UC, reconhece-se a inexistência de certas componentes em algumas IES, as quais passarei a identificar.

A componente de *Ética (e Deontologia)* não demonstra estar presente nos planos de estudo da UTL e da U. Madeira embora o documento realizado pela AIETS Y FITS<sup>382</sup> contemple *padrões referentes aos valores e códigos éticos de conduta do Serviço Social e padrões referentes ao Programa curricular básico*, nomeadamente na *componente prática*, onde realçam a importância da ética enquanto componente indispensável da profissão.

---

<sup>382</sup> AIETS Y FITS. «ESTÁNDARES GLOBALES PARA LA EDUCACIÓN Y CAPACITACIÓN DEL TRABAJO SOCIAL». 2004. pp. 19, 14, 15. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.

Quanto à componente de *Investigação* na área de Serviço Social, não consta dos planos de estudo da U. Coimbra, da UTL, da UFP e do IP. Viseu, porém o documento realizado pela AIETS Y FITS<sup>383</sup> contempla *padrões referentes ao Programa curricular básico*, nomeadamente na *componente pratica e padrões referentes ao programa curricular, incluindo o estágio* que reflectem a conveniência da componente de investigação.

No que diz respeito à componente de *Política Social*, esta não se encontra presente no plano de estudos da U. Coimbra. A UTL insere esta componente na área específica de Política Social. O documento realizado pela AIETS Y FITS contém *padrões referentes ao Programa curricular básico*, nomeadamente no *domínio do Serviço Social* onde remetem para as políticas sociais e deste modo constata-se que é uma componente importante na formação dos Assistentes Sociais.

A componente de *Direitos Humanos* somente está contemplada no plano de estudos do ISMT. Embora esta componente seja contemplada num plano de estudos é de notar que esta é referenciada no documento realizado pela AIETS Y FITS<sup>384</sup> nomeadamente nos *padrões referentes à diversidade cultural, étnica e inclusão de género*, onde remetem para a importância de formar Assistentes Social dentro de um enfoque de Direitos humanos básicos.

Quanto à componente de *Género, diversidade cultural, étnica e sexual*, esta só se encontra presente no plano de estudos do ISMT e na vertente do multiculturalismo. Embora só presente num plano de estudos é de extrema importância porque é mencionado pelo documento realizado pela AIETS Y FITS<sup>385</sup> nomeadamente nos *padrões referentes ao programa curricular básico*, mais precisamente no *domínio do Assistente Social* e nos *padrões referentes à diversidade cultural, étnica e inclusão de género*.

A componente de *Estágio* está presente em todos os planos de estudo analisados com a excepção de um (IP. Viseu) que não possui UC designadas por estágio, mas sim 1 UC designada por “Projecto – Trabalho Final”. Neste âmbito, constata-se que ainda existe um IES que não contempla formação através de

---

<sup>383</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 7 e 10.

<sup>384</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 13 e 14.

<sup>385</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 9, 13 e 14.

estágios curriculares supervisionados, embora o documento realizado pela AIETS Y FITS<sup>386</sup> manifeste a sua importância através de *padrões referentes ao programa curricular, incluindo o estágio* e nos *padrões referentes ao programa curricular básico*, mais precisamente na *componente prática*.

No que diz respeito às outras áreas científicas verifica-se que não existe uniformização das áreas incluídas nos planos de estudo. Das oito IES analisadas, a maioria das (seis) dá mais importância à Sociologia (U. Coimbra, UTL, U. Açores, IP. Beja, ISMT e UFP) e duas IES (U. Madeira e IP. Viseu) que dão mais importância à Psicologia, logo a seguir à área de Serviço Social.

Constata-se que a área de *Sociologia* está presente na maioria dos planos de estudo analisados (sete), a exceção verifica-se numa IES público politécnico (IP. Viseu) que não apresenta esta área no elenco das áreas científicas, no entanto possui UC designadas por Sociologia inseridas na área de Ciências Sociais. O mesmo se verifica na área de *Psicologia* e *Direito*. Só esta IES as engloba na área de Ciências Sociais.

A área de *Economia* está presente em seis IES, e as exceções encontram-se em duas IES, uma pertencente ao Ensino Superior Público Universitário (U. Açores) e outra ao ensino particular universitário (UFP).

A área de *Estatística/ Matemática* encontra-se presente em cinco IES e as exceções verificam-se num IES público universitário (UTL), num IES público politécnico (IP. Viseu) e num IES particular universitário (UFP).

As áreas de Informática, Línguas Estrangeiras, Ciências Sociais, Ciências Educação, Demografia, Ciência Política, Antropologia, História e Metodologia são consideradas áreas residuais pois se encontram em menos de metade dos planos de estudo analisados.

No que diz respeito à área de *Informática* encontra-se somente em três IES, duas pertencem ao Ensino Superior Público Politécnico (IP. Viseu e IP. Beja) e a outra é do Ensino Superior Público Universitário (U. Coimbra).

Quanto à área de *Línguas Estrangeiras* somente está presente em três IES, em duas IES público politécnico (IP. Viseu e IP. Beja) e um IES particular universitário (UFP).

---

<sup>386</sup> IDEM, *ibidem*. pp. 7, 8 e 9.



A área de *Ciências Sociais* encontra-se somente nos planos de estudo de duas IES, uma do ensino público politécnico (IP. Viseu) e outra do ensino particular universitário (UFP).

A área de *Ciências Educação* também está presente somente em duas IES sendo elas: uma do ensino público politécnico (IP. Beja) e uma do ensino público universitário (U. Coimbra).

A área de *Demografia* está presente em dois planos de estudo de duas IES público universitário (UTL e U. Açores).

A área de *Ciência Política* somente é contemplada em três planos de estudos, nomeadamente em duas IES particular universitário (ISMT e UFP) e outra do ensino público universitário (UTL).

Quanto á área de *Antropologia*, constata-se a sua existência em dois planos de estudo, numa IES público universitário (UTL) e numa IES particular universitário (ISMT).

As áreas de *História* e de *Metodologia* somente se encontram em uma IES cada uma delas, respectivamente no plano de estudos do ISMT e no plano de estudos da UTL.

Através da *análise entre os objectivos, as saídas profissionais e os planos de estudo de oito IES* constatou-se que a maioria (sete) não possuiu concordância entre estes aspectos, independentemente do tipo de ensino a que pertencem, a excepção encontra-se num IES particular (ISMT).

Face ao exposto concluiu-se que todo este processo de reestruturação dos cursos para adequação a Bolonha foi efectivado pelas IES com uma grande autonomia, pois não existiam directrizes comuns mínimas para a definição dos planos de estudo. Embora já existisse documentação de referência para a formação em Serviço Social produzida por organizações internacionais, nomeadamente pela AIESS e FIAS relativo aos padrões globais para a formação em Serviço Social, assim como ao nível da Europa existia o documento Livro Branco, estes documentos não foram tidos em conta por todas as IES para reestruturarem os seus cursos.

Face a estas questões coloca-se na agenda do Serviço Social a necessidade de serem estabelecidas formas de regulação da formação, da construção de padrões comuns mínimos para os cursos de 1.º ciclo em Serviço Social. Papel

este que estará comprometido a todas as organizações da área e aos Assistentes Sociais responsáveis pela área científica de Serviço Social. Torna-se também relevante a criação de uma Ordem Profissional que possa exercer o papel de interlocutor da profissão com o Estado nos domínios da regulação do exercício profissional e da formação.

Compartilha-se da opinião de *Paulo Netto*<sup>387</sup> de que a formação é imprescindível para o reconhecimento profissional. O autor traz uma importante contribuição à temática mencionando os elementos constitutivos da profissionalização: “uma demanda Social reconhecida; uma formação Institucional específica e regulamentada; a organização profissional; e a regulamentação profissional”<sup>388</sup>.

Configura-se o desafio de repensar o processo de formação profissional do Assistente Social em Portugal, no sentido de consolidar os seus avanços e superar os seus limites e dificuldades, procurando dinamizar a formação profissional para responder às exigências do actual momento do país.

De acordo com *Paulo Netto*, surgem dois caminhos possíveis para a formação académica em Serviço Social: 1) *afunilar a graduação*, dirigindo a formação, desde o início, para especializações (as várias áreas da saúde, a habitação, as relações de trabalho e a gestão de recursos humanos nas empresas, “poder local”, assessoria a movimentos sociais, infância e adolescência, terceira idade etc.); 2) manter o perfil generalista da graduação, *institucionalizando a especialização como requisito para o exercício profissional*<sup>389</sup>.

Para o autor, o primeiro caminho reflecte a redução da formação profissional a um nível puramente técnico - operativo que “acabará por alijar da formação os avanços teóricos e analíticos que garantem a compreensão do significado social do Serviço Social na rede das concretas relações sociais; afastará a preocupação

---

<sup>387</sup> PAULO NETTO. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.

<sup>388</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>389</sup> PAULO NETTO. «Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil», in *Serviço Social & Sociedade* n.º 50 – *O Serviço Social no Século XXI*, Abril, São Paulo, Cortez Editora, 1996, pp. 124 - 125.

com toda a investigação que não seja “aplicada”; converterá a profissão num elenco de técnicas vocacionadas para a intervenção micro localizada”<sup>390</sup>.

Por outro lado, o segundo caminho, para o mesmo autor, parece assegurar o desenvolvimento da cultura profissional, uma vez que “pode assegurar a qualificação para a intervenção localizada (ação focal) à base de uma compreensão estrutural da problemática focalizada”<sup>391</sup>. *Paulo Netto*, considera ainda que nesta segunda alternativa se poder fundar a noção de uma formação profissional *contínua*<sup>392</sup>.

Concorda-se com o autor, no sentido de que o problema de formação profissional terá que incluir todos os Assistentes Sociais já diplomados e que se encontram pressionados pelos constrangimentos do mercado de trabalho<sup>393</sup>. A ampliação de diplomados com diferentes graus, tipos e duração de formação juntamente com os constrangimentos do mercado de trabalho, tais como: crescimento do desemprego e da precariedade no trabalho tornam indispensável e urgente a regulamentação da formação em Serviço Social.

A regulamentação da formação em Serviço Social é certamente um desafio, mas não uma impossibilidade. Considera-se que a formação terá que ser sólida e de qualidade para que os Assistentes Sociais diplomados desempenhem a sua profissão de forma ainda mais competente e responsável evitando assim a sua perda de legitimidade.

É importante pontuar que se tem a clareza de que esta investigação se constitui como uma primeira aproximação à análise dos planos de estudo após adequação ao Processo de Bolonha, sendo necessário o aprofundamento desta temática face a sua extrema importância no âmbito da formação em Serviço Social.

Esperava-se que as IES de Serviço Social colaborassem na investigação e se propusessem ao debate. Mas devido à falta de colaboração por parte destas para ceder a informação solicitada, não foi possível aprofundar o estudo. No entanto,

---

<sup>390</sup> IDEM, *ibidem*. p. 125.

<sup>391</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>392</sup> IDEM, *ibidem*.

<sup>393</sup> IDEM, *ibidem*.

este estudo convoca para a continuidade da investigação junto ao tema eleito para esta dissertação.

## BIBLIOGRAFIA

- ABESS/CEDEPSS. «Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social». Rio de Janeiro, Novembro 1996. Disponível em:  
<http://74.125.77.132/search?q=cache:0CPQ5YdZ7VMJ:www.ssrede.pro.br/Curr%2520minimo%25201996.doc+Curr%C3%ADculo+M%C3%ADnimo+para+o+curso+de+Servi%C3%A7o+Social&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&client=firefox-a>, consultado em 25/02/08.
- AGENCIA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD Y ACREDITACIÓN. «Libro Blanco – Título de Grado en Trabajo Social». 2005. Disponível em:  
[http://www.aneca.es/activin/docs/libroblanco\\_trbjsocial\\_def.pdf](http://www.aneca.es/activin/docs/libroblanco_trbjsocial_def.pdf), consultado em 25/02/08.
- AIDSS. «Parecer Sobre a Adequação do Curso de Serviço Social com Relação à Declaração de Bolonha». Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/AIDSS-%20parecer%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.
- AIETS Y FITS. «Estándares Globales para la Educación y Capacitación del Trabajo Social». 2004. Disponível em:  
<http://www.cpihts.com/PDF03/GlobalStandards%202.pdf>, consultado em 25/02/08.
- ALVES, Mariana Gaio. *A Inserção Profissional de Diplomados de Ensino Superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas; Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Julho de 2007.

- ANDRADE, Marília. «Serviço Social, Formação Contínua e Éthos Profissional», in *Serviço Social: Unidade na Diversidade. Encontro com a Identidade Profissional - I Congresso Nacional de Serviço Social*, Lisboa, Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2002.
- ANTUNES, Fátima. «Governança e Espaço Europeu de Educação: regulação da educação e visões para o projecto Europa», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 75, Outubro 2006.
- APSS. «Posição da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o Processo Bolonha e a formação em Serviço Social». 2006. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/BOLONHA%20POSI%C7AO%20DA%20APSS.pdf>, consultado em 20/12/07.
- ASSOCIAÇÃO DE INVESTIGAÇÃO E DEBATE EM SERVIÇO SOCIAL. «História». Disponível em: <http://aidss.wordpress.com/sobre/>, consultado em 20/12/07.
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL, «História», Disponível em: <http://www.apross.pt/interna.php?idseccao=2>, consultado em 20/12/07.
- BAPTISTA, Myrian. «A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social», in *Cadernos ABESS n.º 5 – A Produção do Conhecimento e o Serviço Social*, Maio, 1992.
- BASTOS, Maria Durvalina Fernandes. «Desafios atuais à formação universitária», in *Serviço Social & Sociedade*, n.º 47, Ano XVI, Abr., São Paulo, Cortez Editora, 1995.

- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. «O projecto da formação profissional do assistente social na conjuntura brasileira», in *Cadernos ABESS, n.º 1 – O Processo da Formação Profissional do Assistente Social*, São Paulo, Cortez Editora, 1986.
  
- CENTRO PORTUGUÊS DE INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA E TRABALHO SOCIAL. «O Serviço Social e a Declaração de Bolonha». 2004. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/SS%20Dec%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- CENTRO PORTUGUÊS DE INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA E TRABALHO SOCIAL. «CPIHTS - História». Disponível em: <http://www.cpihts.com/>, consultado em 20/12/07.
  
- Cf. FENPROF. «Agência de Acreditação vai reavaliar todos os cursos superiores até 2009». Disponível em: <http://www.fenprof.pt/SUPERIOR/?aba=37&cat=103&doc=2138&mid=132>, consultado em 20/12/07.
  
- COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL. «Diretrizes curriculares – Curso Serviço Social». Brasília. 1999. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=28&func=filename&id=18](http://www.abepss.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=28&func=filename&id=18), consultado em 25/02/08.
  
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. «A Declaração de Bolonha e o Sistema de Graus no Ensino Superior – Parecer do Conselho Nacional de Educação». 2002. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/CNE.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- COSTA, Suely Gomes. «Formação profissional e currículo de Serviço Social: referências para debate», in *Serviço Social & Sociedade* n.º 32, Ano XI, Maio, São Paulo, Cortez Editora, 1990.

- CPIHTS, AIDSS, CISSEI. «Serviço Social & Processo de Bolonha - ACTA DE COIMBRA». 2006. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Servi%E7o%20Social%20&%20Processo%20de%20Bolonha%20%20ACTA%20DE%20COIMBRA%202.pdf>, consultado em 20/12/07.
- CRUP. «Posição do CRUP sobre a Declaração de Bolonha». 2001. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/CRUP.pdf>, consultado em 20/12/07.
- CRUZ, Manuel Braga da. «Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional, Grupos por Área de Conhecimento». 2004. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Bolonha%20C.Sociais%20%20&%20Servi%E7o%20Social.pdf>, consultado em 20/12/07.
- DGES. «Dimensão Europeia do Ensino Superior». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Dimens%C3%A3o+Europeia+do+Ensino+Superior/>, consultado em 20/12/07.
- DGES. «ECTS: European Credit Transfer System (Sistema europeu de transferência de créditos)». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/ECTS/>, consultado em 20/12/07.
- DGES. «Garantia de qualidade». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Garantia+de+Qualidade/>, consultado em 20/12/07.
- DGES. «O Processo de Bolonha». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>, consultado em 20/12/07.
- DGES. «Sistema de graus académicos». Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Objectivos/Sistema+Graus/>, consultado em 20/12/07.



- DGES. «Situação em Portugal». Disponível em:  
<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/Situa%C3%A7%C3%A3o+em+Portugal/>, consultado em 20/12/07.
  
- DGRHE. «CURSOS QUE CONFEREM HABILITAÇÃO PRÓPRIA PARA A DOCÊNCIA - Grupo de Recrutamento 430 - Economia e Contabilidade». Disponível em:  
[http://www.dgrhe.min-edu.pt/Portal/WebForms/Docentes/PDF/Habilitacoes2007\\_PDF/430.PDF](http://www.dgrhe.min-edu.pt/Portal/WebForms/Docentes/PDF/Habilitacoes2007_PDF/430.PDF), consultado em 27/04/09.
  
- DIÁRIO DA REPÚBLICA—I SÉRIE-A. «Decreto-Lei n.º 74/ 2006 de 24 de Março». 2006. Disponível em:  
<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/060A00/22422257.PDF>, consultado em 20/12/07.
  
- DIÁRIO DA REPÚBLICA I SÉRIE –B. «Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação». 2005. Disponível em:  
[http://www.sac.uevora.pt/sac/legislacao/legislacao\\_publicada\\_em\\_diario\\_da\\_republica/classificacao\\_nacional\\_das\\_areas\\_de\\_educacao\\_e\\_formacao](http://www.sac.uevora.pt/sac/legislacao/legislacao_publicada_em_diario_da_republica/classificacao_nacional_das_areas_de_educacao_e_formacao), consultado em 15/10/2008.
  
- ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE. «Curso de Serviço Social – Objectivos». Disponível em:  
[http://www.esep.pt/novos\\_cursos/apresentacao\\_cursos.php?id=7](http://www.esep.pt/novos_cursos/apresentacao_cursos.php?id=7), consultado em 13/04/08.
  
- ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DE PORTALEGRE. «Curso de Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em:  
[http://www.esep.pt/novos\\_cursos/apresentacao\\_cursos.php?id=7](http://www.esep.pt/novos_cursos/apresentacao_cursos.php?id=7), consultado em 13/04/08.

- ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO DE LAMEGO – POLITÉCNICO DE VISEU. «Serviço Social – Objectivos do Curso e Saídas Profissionais». Disponível em <http://www.estgl.ipv.pt/ss.htm>, consultado em 13/04/08.
- ESTRELA, Edite; SOARES Maria; LEITÃO Maria. *Saber Escrever uma Tese e Outros Textos*, 1ª edição, Lisboa, Edição de Autor. 2006.
- FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DE COIMBRA. «Lic. Serviço Social – Objectivos». Disponível em <https://woc.uc.pt/fpce/course/infocurso.do?idcurso=38>, consultado em 13/04/08.
- FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DE COIMBRA. «Lic. Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: <https://woc.uc.pt/fpce/course/saidasprofissionais.do?idcurso=38>, consultado em 13/04/08.
- FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE DE COIMBRA. «Plano de Estudos de Serviço Social». Disponível em: <https://woc.uc.pt/fpce/course/planocurricular.do;jsessionid=E3B0B7973FA70C697881A07C2F4DC4D0?courseId=38>, consultado em 29/01/08.
- FENPROF. «Posição da FENPROF a propósito do Anteprojecto de Decreto-Lei dos graus académicos e diplomas do Ensino Superior». 2005. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/Posi%E7%E3o%20da%20FENPROF.pdf>, consultado em 20/12/07.
- FRANCO, Ana Cristina. *A Investigação em Serviço Social e a Formação ao nível da Licenciatura – Análise dos Planos de Estudo nos anos 90, em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra. 2003.

- GIL, António. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4ª edição, São Paulo, ATLAS S:A. 1995.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez Editora, 1998.
- IAMAMOTO, Marilda, Villela. «As Dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo». Disponível em: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-2.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf), consultado em 18/12/2008.
- INSTITUTO POLITÉCNICO BEJA - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO. «Plano de Estudos», Disponível em: [http://www2.ipbeja.pt/cursos/Documents/Cursos%20ESE/servi%C3%A7o%20social\\_.pdf](http://www2.ipbeja.pt/cursos/Documents/Cursos%20ESE/servi%C3%A7o%20social_.pdf), consultado em 29/01/08.
- INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA. «Curso: Serviço Social – Objectivos educacionais e profissionais». Disponível em: [http://portal.ipbeja.pt/ects/cursos/ese/info\\_servico\\_social.html](http://portal.ipbeja.pt/ects/cursos/ese/info_servico_social.html), consultado em 13/04/08.
- INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO – ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, «Licenciatura em Serviço Social – objectivos». Disponível em: [http://www.esse.ipcb.pt/curso\\_lb\\_servicosoc.htm](http://www.esse.ipcb.pt/curso_lb_servicosoc.htm), consultado em 13/04/08.
- INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO – ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO. «Licenciatura em Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.esse.ipcb.pt/curso\\_lb\\_servicosoc.htm](http://www.esse.ipcb.pt/curso_lb_servicosoc.htm), consultado em 13/04/08.
- INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA. «Serviço Social – Objectivos do curso». Disponível em [http://www.ipleiria.pt/portal/ipleiria?p\\_id=6091](http://www.ipleiria.pt/portal/ipleiria?p_id=6091), consultado em 13/04/08.

- INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS - UNIVERSIDADE TÉCNICA LISBOA. «Plano de Estudos da Licenciatura em Serviço Social», Disponível em: <http://www2.iscsp.utl.pt/index.php?idc=11&idi=12796>, consultado em 29/01/08.
- INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA. «Licenciaturas/ Serviço Social – Objectivos». Disponível em: <http://www2.iscsp.utl.pt/index.php?idc=11&idi=12749>, consultado em 13/04/08.
- INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA. «Licenciaturas/ Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: <http://www2.iscsp.utl.pt/index.php?idc=11&idi=12749>, consultado em 13/04/08.
- INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em: [http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico\\_social.html](http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico_social.html), consultado em 13/04/08.
- INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA. «Licenciatura em Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico\\_social.html](http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico_social.html), consultado em 13/04/08.
- INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA. «Plano de Estudos». Disponível em: [http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico\\_social.html](http://www.ismt.pt/ismt/pt/Licenciaturas/servico_social.html), consultado em 29/01/08.
- INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO GAYA. «Licenciatura em Serviço Social (adequada ao modelo de Bolonha) – Apresentação do curso». Disponível em: <http://www.ispgaya.pt/>, consultado em 13/04/08.

- INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO GAYA. «Licenciatura em Serviço Social (adequada ao modelo de Bolonha) – Saídas Profissionais». Disponível em: <http://www.ispgaya.pt/>, consultado em 13/04/08.
  
- INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO VISEU (LAMEGO) – ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA & GESTÃO DE LAMEGO. «Plano de Estudos». Disponível em: [http://www.estgl.ipv.pt/plano\\_ss.htm](http://www.estgl.ipv.pt/plano_ss.htm), consultado em 29/01/08.
  
- LOURTIE, Pedro. «A Declaração de Bolonha». Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF/PedroL.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- MAGALHÃES, António. *A Identidade do Ensino Superior – Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Braga, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2004.
  
- MARTINS, Alcina. «Investigação em Serviço Social no Portugal Contemporâneo. Paradoxos e Desafios». 2008. Disponível em: [http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial/page8/files/page8\\_9.pdf](http://homepage.mac.com/fbranco/locussocial/page8/files/page8_9.pdf), consultado em 10/01/09.
  
- MARTINS, Alcina. «O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas». 2007. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/O%20Processo%20de%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- MARTINS, Alcina. «Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura». Disponível em: <http://www.cpihts.com/1%BA%20Congresso%20Nac.%20SS.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- MARTINS, Alcina. «Serviço Social e Investigação», in *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajectória?*, Lisboa, São Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, 1999.

- MARTINS, Alcina. «Serviço Social: Que desafios profissionais na sociedade contemporânea?». Aula Sapiens de Alcina Martins no ISMT de Serviço Social. 2007. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/11/aula-sapiens-de-alcina-martins-no-ismt.html>, consultado em 10/12/2007.
  
- MARTINS, Alcina. *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 1999.
  
- MARTINS, Alcina; TOMÉ, Rosa. «O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal: Uma proposta de reforço da organização profissional - Questões e desafios que se colocam à formação em Serviço Social». 2008. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/search/label/Semin%C3%A1rio%20Euro%20brasileiro%20de>, consultado em 25/02/08.
  
- MINISTERS IN CHARGE FOR FRANCE, GERMANY, ITALY AND THE UNITED KINGDOM. «Sorbonne Joint Declaration». 1998. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/395/SorbonneDeclaration1.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- MINISTERS RESPONSIBLE FOR HIGHER EDUCATION. «Communiqué of the Conference of European Ministers Responsible for Higher Education». *Comunicado de Bergen*, 2005. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/392/BergenCommunique1.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR. «Despacho n.º 7287 – C/2006 (2.ª série)». *Diário da República*; 2006. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/533E0099-3E30-4EB0-BD5F-937B17AB34AD/1044/Despachon7287C2006.pdf>, consultado em 31/03/08.

- MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. «Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social – Resolução n.º 15, de 13 de Março de 2002». 2002. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes\\_cursos.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf), consultado em 25/02/08.
  
- MINISTROS EUROPEUS DA EDUCAÇÃO. «Declaração de Bolonha». 1999. Disponível em: [http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/394/Declaracao\\_Bolonha\\_portugues.pdf](http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/394/Declaracao_Bolonha_portugues.pdf), consultado em 20/12/07.
  
- MINISTROS EUROPEUS. «A CAMINHO DA ÁREA EUROPEIA DE ENSINO SUPERIOR - Comunicado do encontro dos Ministros Europeus do Ensino Superior». *Comunicado de Praga*. 2001. Disponível em: [http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/551/Declaracao\\_de\\_Praga.pdf](http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/551/Declaracao_de_Praga.pdf), consultado em 20/12/07.
  
- MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO ENSINO SUPERIOR. «Comunicado Berlim». 2003. Disponível em: <http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F9136466-2163-4BE3-AF08-C0C0FC1FF805/393/ComunicadodeBerlim1.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- NEGREIROS, Maria Augusta Geraldês. «Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social – o caso português», in *Serviço Social, Profissão & Identidade que trajetória?*, Lisboa, São Paulo, Edição dos Autores, Veras Editora, 1999.
  
- NETTO, Paulo. «A construção do projecto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea»; in *Serviço Social, Ética, Deontologia & Projectos Profissionais*, Lisboa, Madrid, São Paulo; CPIHTS, Veras, ICSA; 2001; p. 11 - 29.

- NETTO, Paulo. «Serviço Social, Da Formação ao Reconhecimento Profissional - Uma Acção Colectiva». 2000. Disponível em: <http://servicosocialportugues.blogspot.com/2007/02/servio-social-da-formao-ao.html>, consultado em 20/01/09.
- NETTO, Paulo. «Transformações Societárias e Serviço Social – Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil», in *Serviço Social & Sociedade n.º 50 – O Serviço Social no Século XXI, Ano XVII*, Abril, São Paulo, Cortez Editora, 1996.
- PARAR BOLONHA. «Portugal é dos mais rápidos a cumprir Bolonha na UE». 27 de Abril de 2009. Disponível em: <http://pararbolonha.blogspot.com/>, consultado em 28/04/09.
- PITA, João. «A centralidade estudantil no Processo de Avaliação». In *Seminário sobre Qualidade e Acreditação*. Aprofundar Bolonha. Universidade de Coimbra. 30 de Abril de 2009.
- RNESS. «Posição da RNESS sobre A Formação de Assistentes Sociais em Portugal e o Processo Bolonha». 2004. Disponível em: <http://homepage.mac.com/fbranco/Socialis/page10/page11/files/RNESS%20e%20o%20Processo%20Bolonha.pdf>, consultado em 20/12/07.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*; Brasília, Editora Cortez, 2004, p. 4 - 89.
- SEIXAS, Ana. *Políticas Educativas e Ensino Superior em Portugal: A inevitável presença do Estado*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003.
- SOL. «Conselho critica aplicação do Processo de Bolonha». 2007. Disponível em: [http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content\\_id=24793](http://sol.sapo.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=24793), consultado em 20/12/07.



- TAVARES, Pedro. «Portugal é dos mais rápidos a cumprir Bolonha na UE». In *Diário de Notícias de Portugal*, 27 de Abril de 2009. Disponível em: [http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content\\_id=1213355](http://dn.sapo.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1213355), consultado em 28/04/09
  
- TOMÉ, Rosa. «O Processo de Bolonha e o Serviço Social em Portugal: os desafios à formação e à profissão». 2007. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF02/Rosa%20Tom%E9.pdf>, consultado em 20/12/07.
  
- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, GESTÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS. «Licenciatura: Serviço Social – Objectivos do Curso». Disponível em: <http://icm.crb.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1262&lang=1&artigoID=1376>, consultado em 13/04/08.
  
- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS. «Licenciatura em Serviço Social – Descrição». Disponível em: <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1558&lang=1&artigoID=1495>, consultado em 13/04/08.
  
- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS. «Saídas Profissionais». Disponível em: <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1558&lang=1&artigo=1495&artigoID=1497>, consultado em 13/04/08.
  
- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FACIS. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em: <http://www.braga.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1907&lang=1&artigoID=1309>, consultado em 13/04/08.

- UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FACIS. «Licenciatura em Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em:

<http://www.braga.ucp.pt/site/custom/template/ucptplfac.asp?SSPAGEID=1907&lang=1&artigoID=1309>, consultado em 13/04/08.

- UNIVERSIDADE DA MADEIRA. «Licenciatura Serviço Social – Finalidades/Objectivos». Disponível em:

[http://www.uma.pt/portal/modulos/curso/index.php?T=1208100127&TPESQ=PESQ\\_CURSO\\_DADOSGERAIS&TPESQANT=PESQ\\_ENSINOLST\\_LIC&IDM=PT&IdCurso=286&Cod\\_Especialidade\\_Cx=0&NPAG=&TORDANT=&CORDANT=&SCRANT=/portal/modulos/curso/index.php&NV\\_MOD=MODCURSO&NV\\_EAGR=EAGR\\_CURSOLICENC&NV\\_MOD\\_ANT=MODCURSO&NV\\_EAGR\\_ANT=EAGR\\_ENSINOLST&NV\\_TAB=&NV\\_TAB\\_ANT=](http://www.uma.pt/portal/modulos/curso/index.php?T=1208100127&TPESQ=PESQ_CURSO_DADOSGERAIS&TPESQANT=PESQ_ENSINOLST_LIC&IDM=PT&IdCurso=286&Cod_Especialidade_Cx=0&NPAG=&TORDANT=&CORDANT=&SCRANT=/portal/modulos/curso/index.php&NV_MOD=MODCURSO&NV_EAGR=EAGR_CURSOLICENC&NV_MOD_ANT=MODCURSO&NV_EAGR_ANT=EAGR_ENSINOLST&NV_TAB=&NV_TAB_ANT=), consultado em 13/04/08.

- UNIVERSIDADE DA MADEIRA. «Plano de Estudos». Disponível em:

[http://www.uma.pt/portal/modulos/curso/index.php?T=1215343660&TPESQ=PESQ\\_CURSO\\_DADOSGERAIS&TPESQANT=PESQ\\_ENSINOLST\\_LIC&IDM=PT&IdCurso=286&Cod\\_Especialidade\\_Cx=0&NPAG=&IdLingua=1&TORDANT=&CORDANT=&SCRANT=/portal/modulos/curso/index.php&NV\\_MOD=MODCURSO&NV\\_EAGR=EAGR\\_CURSOLICENC&NV\\_MOD\\_ANT=MODCURSO&NV\\_EAGR\\_ANT=EAGR\\_ENSINOLST&NV\\_TAB=&NV\\_TAB\\_ANT=](http://www.uma.pt/portal/modulos/curso/index.php?T=1215343660&TPESQ=PESQ_CURSO_DADOSGERAIS&TPESQANT=PESQ_ENSINOLST_LIC&IDM=PT&IdCurso=286&Cod_Especialidade_Cx=0&NPAG=&IdLingua=1&TORDANT=&CORDANT=&SCRANT=/portal/modulos/curso/index.php&NV_MOD=MODCURSO&NV_EAGR=EAGR_CURSOLICENC&NV_MOD_ANT=MODCURSO&NV_EAGR_ANT=EAGR_ENSINOLST&NV_TAB=&NV_TAB_ANT=), consultado em 29/01/08.

- UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO. «Licenciatura em Serviço Social 1º Ciclo de Estudos – Objectivos». Disponível em: [http://www.utad.pt/pt/ensino\\_formacao/1ciclo/achs/servico\\_social/index.html](http://www.utad.pt/pt/ensino_formacao/1ciclo/achs/servico_social/index.html), consultado em 13/04/08.

- UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO. «Licenciatura em Serviço Social 1º Ciclo de Estudos – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.utad.pt/pt/ensino\\_formacao/1ciclo/achs/servico\\_social/index.html](http://www.utad.pt/pt/ensino_formacao/1ciclo/achs/servico_social/index.html), consultado em 13/04/08.

- UNIVERSIDADE DOS AÇORES. «Plano de Estudos». Disponível em: <http://sanet.uac.pt/netpa/DIFTasks>, consultado em 29/01/08.
  
- UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA - FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. «Plano de estudos». Disponível em: [http://candidatura.ufp.pt/pdf/Servico\\_Social\\_1\\_ciclo-DR\\_172\\_2\\_serie\\_06.09.2006.pdf](http://candidatura.ufp.pt/pdf/Servico_Social_1_ciclo-DR_172_2_serie_06.09.2006.pdf), consultado em 29/01/08.
  
- UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA. «Licenciatura em Serviço Social – Objectivos». Disponível em: [http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/bolonha/ciclos\\_2007\\_2008/servicosocial/1\\_ciclo/default.htm](http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/bolonha/ciclos_2007_2008/servicosocial/1_ciclo/default.htm), consultado em 13/04/08
  
- UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA. «Licenciatura em Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/bolonha/ciclos\\_2007\\_2008/servicosocial/1\\_ciclo/default.htm](http://www.lis.ulusiada.pt/cursos/bolonha/ciclos_2007_2008/servicosocial/1_ciclo/default.htm), consultado em 13/04/08.
  
- UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS. «1.º Ciclo – Serviço Social – Objectivos». Disponível em: [http://www.grupolusofona.pt/portal/page?\\_pageid=135,514732&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.grupolusofona.pt/portal/page?_pageid=135,514732&_dad=portal&_schema=PORTAL), consultado em 13/04/08.
  
- UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS. «1.º Ciclo – Serviço Social – Saídas Profissionais». Disponível em: [http://www.grupolusofona.pt/portal/page?\\_pageid=135,514732&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.grupolusofona.pt/portal/page?_pageid=135,514732&_dad=portal&_schema=PORTAL), consultado em 13/04/08.
  
- WANDERLEY, Luiz Eduardo. «Conjuntura, a universidade e o profissional», in *Cadernos ABESS, n.º 1 – O Processo da Formação Profissional do Assistente Social*, São Paulo, Cortez Editora, 1986.



# Apêndices



**APÊNDICE N.º 1 - Instituições de Ensino Superior com curso de Serviço Social antes e após a adequação ao Processo de Bolonha**

<b>IES com Licenciatura em Serviço Social antes do Processo de Bolonha</b>		
<b>Data da criação do curso</b>	<b>Instituições Ensino Superior</b>	<b>Observações</b>
1935	Instituto de Serviço Social de Lisboa	Posteriormente designado por Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e actualmente integrado na Universidade Lusíada de Lisboa.
1937	Escola Normal Social de Coimbra	Posteriormente designado por Instituto de Serviço Social de Coimbra, depois por Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra actualmente designado por Instituto Superior Miguel Torga.
1956	Instituto de Serviço Social do porto.	Posteriormente designado por Instituto Superior de Serviço Social do Porto.
1990	Instituto Superior de Serviço Social de Beja.	_____
1991	Instituto Superior Bissaya Barreto.	Não efectuou registo de adequação ao Processo de Bolonha, desactivou a Licenciatura em Serviço Social.
1996	Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Católica Portuguesa (Lisboa).	_____
1997	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais -Universidade Fernando Pessoa.	_____
1999	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias.	_____
2000	Faculdade de Ciências Sociais - Universidade Católica Portuguesa (Braga).	_____
2000	Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais - Universidade dos Açores.	_____
2002	Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – Instituto Superior Politécnico de Leiria.	_____
2004	Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais - Centro Regional Beiras - Universidade Católica Portuguesa (Beiras).	_____
2004	Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Lamego) - Instituto Superior Politécnico de Viseu.	_____

2004	Escola Superior de Educação – Instituto Superior Castelo Branco.	_____
2004	Escola Superior de Educação – Instituto Superior Politécnico de Portalegre.	_____
2004	Escola Superior de Educação – Instituto Superior Politécnico de Beja.	_____
2005	Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo.	_____
2005	Faculdade de Psicologia e de ciências da Educação – Universidade de Coimbra.	_____
2005	Departamento de Psicologia e Estudos Humanísticos - Universidade da Madeira.	_____

**Quadro n.º 1-** IES com Licenciatura em Serviço Social antes do Processo de Bolonha.

<b>IES com Licenciatura em Serviço Social após Processo de Bolonha</b>	
<p><u>Todos os mencionados no quadro anterior com a excepção:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Instituto Superior Bissaya Barreto (ISBB)</b> - desactivou a Licenciatura em Serviço Social.</li> <li>• <b>Instituto Superior Serviço Social de Beja (ISSSB)</b> - efectuou registo da adequação ao Processo de Bolonha mas encerrou o curso.</li> </ul> <p>Não estão contemplados os cursos de Serviço Social no ISBB e ISSSB por se encontrarem a terminar esta formação não tendo aberto inscrições para o 1.º ano desde 2006.</p>	
<p><b>Com o Processo de Bolonha novos cursos surgiram com a designação de 1.º ciclo em Serviço Social que anteriormente apresentavam outras designações.</b></p>	
<b>Data</b>	<b>Instituições de Ensino Superior</b>
2006	Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário – Instituto Superior Politécnico Gaya.
2006	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa.
2006	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

**Quadro n.º 2 -** IES com Licenciatura em Serviço Social após Processo de Bolonha.



## APÊNDICE N.º 2 - Registo da adequação do 1.º Ciclo em Serviço Social

Ensino Superior Público Universitário	2006/2007							2007/2008						
	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro	1.º	SS	L	7 Sem	210	TS	L	-	-	-	-	-	-	-
Faculdade de Psicologia e de ciências da Educação – Universidade de Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica Lisboa	-	-	-	-	-	-	-	1.º	SS	L	7 Sem	210	PS	L
Universidade Açores	-	-	-	-	-	-	-	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L
Universidade Madeira	-	-	-	-	-	-	-	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L

**Quadro n.º 1** – Registo da adequação do 1.º Ciclo em Serviço Social no Ensino Superior Público Universitário em 2006/2007 e 2007/2008.

**Fonte** – Site da Direcção Geral de Ensino Superior e o documento de *Rosa Tomé* (2007).

Ensino Superior Público Politécnico	2006/2007							2007/2008						
	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Escola Superior de Educação – Instituto Superior Politécnico Castelo Branco	1.º	SS	L	6 Sem	180	SS	B+L	-	-	-	-	-	-	-
Escola Superior de Tecnologia e Gestão (Lamego) – Instituto Superior Politécnico Viseu	1.º	SS	L	6 Sem	180	SS	B+L	-	-	-	-	-	-	-
Escola Superior de Educação – Instituto Superior Politécnico Beja	-	-	-	-	-	-	-	1.º	SS	L	6 Sem	180	SS	B+L
Escola Superior Educação e Ciências Sociais – Instituto Superior Politécnico Leiria	-	-	-	-	-	-	-	1.º	SS	L	6 Sem	180	SS	B+L
Escola Superior de Educação – Instituto Superior Politécnico Portalegre	-	-	-	-	-	-	-	1.º	SS	L	6 Sem	180	SS	B+L

**Quadro n.º 2** – Registo da adequação do 1.º Ciclo em Serviço Social no Ensino Superior Público Politécnico em 2006/2007 e 2007/2008.

**Fonte** – Site da Direcção Geral de Ensino Superior e o documento de *Rosa Tomé* (2007).

Ensino Superior Privado Universitário	2006/2007							2007/2008						
	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Instituto Superior Miguel Torga	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L	-	-	-	-	-	-	-
Universidade Lusíada – Instituto Superior Serviço Social Lisboa	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L	-	-	-	-	-	-	-
Instituto Superior Serviço Social Beja	1.º	SS	L	7. Sem	210	SS	L							
Universidade Fernando Pessoa	1.º	SS	L	6 Sem	180	SS	L	-	-	-	-	-	-	-
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	1.º	SS	L	6 Sem	180	SS	L	-	-	-	-	-	-	-
Instituto Superior Serviço Social Porto	-	-	-	-	-	-	-	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L

**Quadro n.º 3** – Registo da adequação do 1.º Ciclo em Serviço Social no Ensino Superior Particular Universitário em 2006/2007 e 2007/2008.

**Fonte** – Site da Direcção Geral de Ensino Superior e o documento de *Rosa Tomé* (2007).

Ensino Superior Privado Politécnico	2006/2007							2007/2008						
	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário - Instituto Superior Politécnico Gaya	1.º	SS	L	6 Sem	180	Intervenção Social e Comunitária	B+L	-	-	-	-	-	-	-
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo	1.º	SS	L	6 Sem	180	SS	B+L	-	-	-	-	-	-	-

**Quadro n.º 4** – Registo da adequação do 1.º Ciclo em Serviço Social no Ensino Superior Particular Politécnico em 2006/2007 e 2007/2008.

**Fonte** – Site da Direcção Geral de Ensino Superior e o documento de *Rosa Tomé* (2007).

Ensino Superior Concordatário (UCP)	2006/2007							2007/2008						
	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom.	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Faculdade Ciências Humanas - Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L	-	-	-	-	-	-	-
Departamento de Economia, Gestão e Ciências Sociais - Centro Regional Beiras - Universidade Católica Portuguesa (Beiras).	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L	-	-	-	-	-	-	-
Faculdade de Ciências Sociais - Universidade Católica Portuguesa (Braga).	1.º	SS	L	7 Sem	210	SS	L	-	-	-	-	-	-	-

**Quadro n.º 5** – Registo da adequação do 1.º Ciclo em Serviço Social no Ensino Superior Concordatário (UCP) em 2006/2007 e 2007/2008.

**Fonte** – Site da Direcção Geral de Ensino Superior e o documento de *Rosa Tomé* (2007).

**APÊNDICE N.º 3 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Serviço Social por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Serviço Social		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	12	39,05%	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	11	38,09%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	18	60%	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	13	57,14%	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	21	63,09%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	16	52,78%	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	20	56,11%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	14	50,55%	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 4 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Sociologia por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Sociologia		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	4	8,57%	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	3	7,14%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	5	14,28%	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	1	3,57%	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	5	10,71%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	7	15,28%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	6	17,78%	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 5 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Psicologia por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Psicologia		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	9	20%	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	2	4,76%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	2	5,71%	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	4	14,28%	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	3	6,19%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	2	5.28%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	4	10,55%	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 6 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Direito por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Direito		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	1	2,86%	210
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	1	2,38%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	2	5,71%	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	1	3,57%	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  (PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)	2	3,81%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  (PÚBLICO POLITÉCNICO)	0	—	180
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  (PÚBLICO POLITÉCNICO)	3	5%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  (PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)	1	3,33%	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.



**APÊNDICE N.º 7 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Economia por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Economia		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	1	2,86%	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	3	7,14%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	1	3,57%	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	2	3,81%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	4	9,44%	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	2	3,89%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 8 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Estatística/ Matemática por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Estatística/ Matemática		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	1	2,86%	210
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	0	—	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	1	2.86%	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	1	3,57%	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  (PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)	2	4,28%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  (PÚBLICO POLITÉCNICO)	0	—	180
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  (PÚBLICO POLITÉCNICO)	1	1,9%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  (PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)	0	—	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 9 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Informática por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Informática		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	1	1,90%	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	2	6,11%	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	1	2.22%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 10 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Línguas Estrangeiras por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Línguas Estrangeiras		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	0	—	210
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	0	—	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  (PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  (PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)	0	—	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  (PÚBLICO POLITÉCNICO)	1	2.22%	180
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  (PÚBLICO POLITÉCNICO)	1	1.94%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  (PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)	3	6,67%	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 11 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciência Política por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Ciência Política		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	1	2,38%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	1	1,90%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	1	1,90%	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 12 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciências Sociais por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Ciências Sociais		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	210
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	11	29,44%	180
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	2	4,44%	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 13 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Ciências Educação por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Ciências Educação		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	1	1,90%	210
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	180
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	1	1.94%	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 14 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Demografia por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Demografia		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	1	2,38%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	2	5,71%	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.



**APÊNDICE N.º 15 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Antropologia por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Antropologia		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	1	2,38%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	1	1,90%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 16 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de História por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – História		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	1	1,43%	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.

**APÊNDICE N.º 17 - N.º de unidades curriculares e total de ECTS da área científica de Metodologia por cada IES – 1.º ciclo**

Instituições de Ensino Superior	Área Científica – Metodologia		Total ECTS
	N.º U.C.	Total ECTS (%)	
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DE COIMBRA (U. COIMBRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	<b>210</b>
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS – UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA (UTL)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	3	7,14%	
UNIVERSIDADE DOS AÇORES (U. AÇORES)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
UNIVERSIDADE DA MADEIRA (U. MADEIRA)  <b>(PÚBLICO UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA (ISMT)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO (LAMEGO) – INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE VISEU (IP. VISEU)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	<b>180</b>
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA (IP. BEJA)  <b>(PÚBLICO POLITÉCNICO)</b>	0	—	
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA (UFP)  <b>(PARTICULAR UNIVERSITÁRIO)</b>	0	—	

**Fonte:** Sites dos planos de estudo das várias IES.



FORMAÇÃO DE 1.º CICLO EM SERVIÇO SOCIAL APÓS ADEQUAÇÃO  
AO PROCESSO DE BOLONHA EM PORTUGAL

Telma Duarte

F.S. 640A | Ano: 2009 | 7 Exemplares (1ª Edição) | Produção Gráfica: AJNet | [www.ajnet.net](http://www.ajnet.net)

